

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

Helena de la Rosa da Rosa

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MOVIMENTO:
uma análise pelo trabalho como atividade**

Porto Alegre

2016

Helena de la Rosa da Rosa

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MOVIMENTO:
uma análise pelo trabalho como atividade**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós- Graduação em psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Spanier Amador

Porto Alegre

2016

Helena de la Rosa da Rosa

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MOVIMENTO:
uma análise pelo trabalho como atividade**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação em psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Spanier Amador

Aprovada em 29 de julho de 2016.

**Profa. Dra. Fernanda Spanier Amador
(Orientadora)**

**Profa. Dra. Claudia Elizabeth Abbês Baeta Neves
(Universidade Federal Fluminense)**

**Profa. Dra. Vanessa Soares Maurenre
(Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)**

**Profa. Dra. Lilian Rodrigues da Cruz
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)**

Ao Richard, pelo amor-confiança.

AGRADECIMENTOS

À querida orientadora Fernanda Spainer Amador, por ter me acolhido nos diferentes desafios desse percurso, por tornar possível essa caminhada ainda em movimento.

Aos colegas do grupo N-PISTA(s), por compartilharem as angústias e alegrias da vida acadêmica. Especialmente a querida Cháris, companheira e amiga desde o início do mestrado.

Às professoras Cláudia Abbês e Lilian Cruz, por acolherem nossa pesquisa e proporcionarem contribuições valiosas para compor esse trabalho.

À professora Vanessa Maurente, por aceitar compartilhar a finalização desse percurso.

Aos colegas-trabalhadores, por acolherem a pesquisa, por me permitirem acompanhar sua atividade.

Aos colegas do CREAS Leste, por compartilharem o início das aventuras e desventuras na esfera da Assistência Social.

À equipe da Proteção Social Especial, por apoiar e sustentar as minhas ausências com tanto afeto. Especialmente, à Júlia, por ser, sempre, um tanto de “poesia” em meio as durezas do nosso trabalho. À Lirene, pela escuta amiga, pelo amparo nos dias mais difíceis. À Aline, pelas mensagens e abraços da “pimentinha” mais doce que já conheci. À Cintia, pela disponibilidade constante, pela leveza em todos os processos que se fizeram necessários.

À Maria Célia, por me ajudar a reconhecer a “invenção”, pela potência de um bom encontro.

À minha amada família. E quando digo família, é com a intensidade de uma família cheia de primos, tios, avós, que sempre foram presentes em todos os momentos da minha vida.

À minha mãe Rosaura, por, desde sempre, trazer coragem e determinação aos meus caminhos.

Ao meu pai Júlio, por me despertar para as “sutilezas” da vida, como o gosto por um bom chimarrão, que tanto me acompanhou no percurso do mestrado.

Ao meu irmão Thomaz, orgulho e inspiração nos laboriosos caminhos do estudo.

Ao meu pequeno Gui, pela doce presença, por me fazer descobrir novos caminhos de amor-fraternal. A Cris, por cultivar esse amor, e pela leveza de sua presença.

À minha família porto-alegrense, nascida do coração, minha doce Nice, Olmiro e Renan que, com o Richard, fizeram dessa cidade, também, o meu lar.

Aos amigos da “Batalha Culinária”, por trazerem tanto sabor e novos temperos de amizade em dias difíceis.

À Zilah, amiga-irmã de alma e coração, sempre presente nos meus desafios e nas minhas conquistas. Um presentinho dessa vida.

Às “Amigas sem Fronteiras”, por serem porto seguro e (ins)piração. Nesse percurso, em especial, agradeço à Iza, gringa amada, por ser meu “saber médico” nos dois anos do mestrado em que a saúde nos exigiu tanto.

Aos amigos do “Sicredi”, por serem “linhas de fuga”, pela alegria e pelas festas que, a partir de agora, serão possíveis.

Ao meu “corpo-fronteiriço”, por sustentar as intensidades do mestrado.

Por fim, um especial agradecimento a quem me acolheu a cada dia, tornando mais leve essa trajetória. Com todo o meu AMOR, ao Richard, pelo amor-confiança que me amparou e incentivou no difícil cotidiano de trabalhar-pesquisar. Amor-confiança que fortaleceu em mim, em nós, não só a entrega ao processo do mestrado, mas a entrega ao viver e amar em infinitas possibilidades.

RESUMO

ROSA, H.R. (2016). *A Política da Assistência Social em movimento: uma análise pelo trabalho como atividade*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

A presente dissertação compreende uma pesquisa que buscou investigar os modos de trabalhar e subjetivar nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Este Serviço, destinado a ofertar trabalho social especializado, à famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, é vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) da Política Nacional de Assistência Social. Pelas abordagens Clínicas do Trabalho, especialmente pela Clínica da Atividade e pela Ergologia, propostas respectivamente por Yves Clot e Yves Schwartz, em interlocuções com o conceito de micropolítica - formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari – tomamos o trabalho enquanto atividade. Isto é, consideramos os modos de trabalhar e subjetivar nos atos empreendidos, pelos trabalhadores, quando fazem a gestão entre Trabalho Prescrito e Trabalho Real, por onde entendemos que se opera, uma micropolítica. Nessa direção, e valendo-nos de pistas cartográficas, foi desenvolvido um percurso de pesquisa com os trabalhadores em situação de trabalho, acompanhando algumas rotinas e propondo grupos de discussão, em que os próprios trabalhadores pudessem ser analistas do seu trabalho. A análise dos materiais produzidos aponta para três eixos referentes a atividade de trabalho no CREAS: os constantes esforços de renormatização face ao vazio de normas potencializado pela dimensão relacional inerente ao trabalho no CREAS; a coexistência de uma inflação e uma ausência de normas que tem atravessado a atividade de trabalho em políticas públicas, servindo, por vezes, a (re)produção de ‘urgências’; e os desafios na construção de coletivos de trabalho para enfrentar o real do trabalho. A partir desse estudo, apontamos a importância de criação de dispositivos teóricos-metodológicos de formação que possibilitem aos trabalhadores serem analistas do seu trabalho, na experimentação do SUAS, em meio a zona de tensão que se faz entre Política de Estado e Política Pública.

Palavras-chaves: Trabalho Social, Atividade, Micropolítica, Política Pública

ABSTRACT

ROSA, H.R. (2016). *Social Assistance Policy in Movement: an analysis through work as activity*, Master's thesis, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

This Masters thesis comprises a research on the ways of working and *subjectifying* at the Specialized Social Assistance Reference Centers (CREAS). This service is designed to offer specialized social work to families and individuals who are in a situation of rights violation, and is part of the Medium Complexity Special Social Protection (PSEMC) of the National Social Assistance Policy. Using the Clinics of Work approach, specially the Clinics of Activity and Ergology (which were proposed, respectively, by Yves Clot and Yves Schwartz), in dialogue with the concept of micropolitics (formulated by Gilles Deleuze and Félix Guattari), we deal with work as activity. That is, we consider the ways to work and to subjectify in the acts undertaken by the workers when they make the management in between Prescribed Work and Real Work – space where we understand a micropolitics operates. In this way, and relying on cartographic clues, a research course was developed with workers in their work situation, by following some routines and proposing discussion groups, so that the workers themselves could be analysts of their work. Three axis related to work activity at the CREAS are hinted by the analysis of the produced material: the constant reformatization efforts in relation to the *void of standards* potentiated by the relational dimension of the work in the CREAS; the coexistence of an inflation and an absence of norms [rules] which cuts through the work activity in public policies, sometimes feeding the (re)production of 'urgencies'; and the challenges in constructing work collectives to face the *real* of work. From these studies, we point out the importance of generating theoretical-methodological *apparatuses* of formation which enable workers to be analysts of their work, during their experience in the SUAS, and amid the tension zone which becomes the in between a State Policy and a Public Policy.

Keywords: Social Work, Activity, Micropolitics, Public Policy

SUMÁRIO

LINHAS PROBLEMÁTICAS POR UMA PESQUISA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	9
2. TRABALHO ENQUANTO ATIVIDADE: POR ENTRE (RE)NORMATIZAÇÕES, A MICROPOLÍTICA	14
3. TRABALHO NA POLÍTICA (PÚBLICA) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE O PODER SOBRE A VIDA E A VIDA CONTRA OS PODERES.....	38
3.2 Os CREAS: espaço de trabalho social especializado	56
4. PERCURSOS TRANSVERSOS POR UMA CARTOGRAFIA	66
4.1 Entre PesquisADORA e PesquisaDORa: Pesquisar.....	73
5. O REAL DO TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE PELA ATIVIDADE EM UM CREAS	96
5.1 (Des)dobrar o trabalho: Usos de si e renormatizações no fazer do educador social.....	96
5.2 Por entre renormatizações: produção de “urgências” e resistência	107
5.3 Os desafios na construção de um coletivo de trabalho para enfrentar o real	121
6. POR UMA FORMAÇÃO INVENTIVA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	132
REFERÊNCIAS.....	139

LINHAS PROBLEMÁTICAS POR UMA PESQUISA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A presente dissertação trata do trabalho na Política de Assistência Social. É impulsionada pelas inquietações, desassossegos, vivenciadas a partir da nossa trajetória em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na qual produzem-se afetos, encontros, que nos convocam a pensar sobre o fazer, nesta esfera, atualmente orientado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se, assim, de uma dissertação realizada por uma pesquisadora, também trabalhadora¹, que parte de uma experiência encarnada, concreta, para problematizar o trabalho no contexto de políticas públicas.

Nesse percurso, destacamos cenas do trabalho no CREAS, que inauguram a problemática sobre a qual se debruça nosso estudo. Tais cenas envolvem o acompanhamento de uma adolescente, de dezessete anos, que há muito era tomada como desaparecida, pela família, e é encontrada após a realização de um ato infracional: uso de maconha e agressão a um policial. Nessa situação, uma juíza entra em cena e estabelece uma medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), que pela condição de dependência química da adolescente, é substituída por uma internação compulsória. Uma psicóloga, uma assistente social e educadores sociais contracenam, o encontro ocorre com a jovem amarrada em uma clínica para "tratamento". Nessa clínica, descobre-se uma confirmação de gravidez seguida de um diagnóstico de HIV. História já vivenciada pela família com a filha primogênita, falecida aos 17 anos. Situação essa que leva a rede de atendimento a pensar na possibilidade de uma internação a longo prazo na intenção de "proteger"² mãe e bebê de um retorno

¹ Destacamos que a experiência de trabalho no CREAS impulsionou a pesquisa, mas que, no decorrer do processo do mestrado, estávamos trabalhando em outro serviço na Assistência social, a equipe de Referência para os Serviços da Proteção Especial de Média Complexidade (PSEMC), que se configura enquanto espaço de Gestão.

² Cabe destacar que a internação de longo prazo foi um dos momentos de grande conflito da equipe, deu-se um intenso debate de normas, valores sobre como cuidar sem aprisionar. Conhecedores e militantes de todo um movimento da Reforma Psiquiátrica, de um entendimento da importância do cuidado na comunidade, na família, na rede básica da saúde, nos deparávamos com a internação a longo prazo como parecendo a única possibilidade de cuidado e sofriamos pelo aprisionamento, sofriamos por uma ação muito distante do que esperávamos. Nos questionávamos, então, a respeito de outros caminhos possíveis.

a rua como espaço de vida. Decisão apoiada e facilitada judicialmente, devido a jovem estar em cumprimento de uma medida socioeducativa. Uma equipe de saúde toma a cena: durante a internação em um Hospital denominado “Materno-Infantil” a jovem é avaliada como perigosa ao espaço hospitalar e mais um cenário se configura: Centro de Atendimento Sócio Educativo Feminino (CASEF), espaço de cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado. Trajetória que terá outros desdobramentos, mas, nessa escrita, finalizamos com a cena de uma profissional fisicamente agredida, pela adolescente, durante o processo de acolhimento institucional de mãe e bebê, do retorno da jovem às ruas e, posteriormente, a uma série de novas internações.

Esta, é mais uma história, dentre tantas, protagonizadas por entre as tramas da rede das Políticas que se pretendem públicas³, mas com cenas que ativam essa escrita pela intensidade com que mobilizam nosso pensamento no cotidiano e pela potência de interrogar o trabalho na Assistência Social. Tais cenas, dentre tantas, nos desacomodam, insistem, resistem e nos convocam a indagações relativas aos modos de trabalhar e subjetivar⁴ nessa esfera.

Afinal, que outros encaminhamentos seriam possíveis nessas situações? Como se deu o processo de gestão de imprevisibilidade que tal situação evidencia? Com que universo de normas e orientações os trabalhadores se defrontam em tais situações? Em quais espaços os trabalhadores da Assistência discutem as microgestões diárias que caracterizam o trabalho nessa esfera? Tais questões são por nós formuladas entendendo que o trabalho se realiza, sempre, a partir do agir cotidiano coletivo e de cada um, configurando a dimensão de uma prova a realizar (Lhuillier,2013)

³ Aqui demarcamos que não entendemos políticas públicas apenas por serem estatais. Conforme Barros e Pimentel (2012), uma política realmente pública é construída a partir de um plano comum, entendido como uma multiplicidade composta por diferenças singulares, ou seja, que não está pronto na implantação de uma política, mas pode ser construído cotidianamente entre todos os seus operadores, incluindo as diferenças entre trabalhadores e pessoas atendidas nos serviços, abrindo-se as forças do coletivo.

⁴ Temáticas também pautadas dentro do projeto guarda-chuva no qual essa pesquisa se insere: "Trabalho, Subjetivação e Clínica: Análises nos Setores da Assistência Social, Justiça e Comunicações" do grupo de Pesquisa N-PISTAs (Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise [s])/ UFRGS, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Fernanda Spanier Amador.

Reconhecemos que o trabalho está inscrito socialmente, imbricado num registro econômico produtivo no sistema capitalista e, ao mesmo tempo, que o trabalho pressupõe uma mobilização de energia, um esforço, uma ação orientada em relação a um objetivo. Compreendido, dessa forma, o trabalho é abordado como uma situação em que o trabalhador testa limites, recursos, pois seu exercício acompanha, sempre, um encontro com o imprevisto, com situações novas, com problemas para os quais não se está preparado (Lhuillier, 2013).

Ao reconhecer o trabalho como prova, assumimos um modo de enfrentar o tema da subjetividade, no que concerne à esfera laboral, que se posiciona na zona onde os trabalhadores fazem a gestão das variabilidades que se situam, sobretudo, no plano que ainda não assumiu o contorno de trabalho prescrito, nem de trabalho realizado. Com isso, tomamos o trabalho enquanto atividade, inspirados pelas abordagens Clínicas do Trabalho⁵, especialmente conforme os referenciais da Clínica da Atividade e da Ergologia, remetendo aos rearranjos e renormatizações⁶ empreendidas pelo sujeito em situação laboral.

Pela perspectiva da Atividade, ressaltamos, a dimensão de movimento do trabalho, e articulamos uma via de análise em interlocução com o conceito-ferramenta de micropolítica. Tal conceito nos aponta a possibilidade de tomarmos o trabalho por uma via processual, que se efetua na indissociabilidade de dimensões macro e micropolítica, molar e molecular, apostando na multiplicidade de intersecção desses planos, que tanto podem produzir processos de sujeição às modelizações capitalísticas, quanto de rupturas e de invenção face as mesmas. Micropolítica, aqui, é tomada como uma via que privilegia, não só as formas estabelecidas/resultados, mas uma análise dos processos de trabalho em seu fazer-se (Neves & Heckert, 2010), na intersecção

⁵ Refere-se a um campo com diferentes correntes teóricas- metodológicas constituídas pela Psicologia Social Clínica e pela Psicopatologia do Trabalho, e seus desdobramentos pela psicodinâmica do trabalho de um lado, e pela Clínica da Atividade e a Ergologia de outro. Trata-se de um campo que pensa em “clínicas” enquanto modalidades de intervenção que visam à relação trabalho, saúde, sofrimento e adoecimento mediante o enfoque de situações laborais. Sobretudo, “Clínicas” que tomam o trabalho enfocando os processos de resistência e de reposta frente as provas que toda a ação de trabalhar impõe (Lhuillier, 2013)

⁶ Optamos por usar renormatização, ainda que, na esfera da Ergologia, com base em Canguilhem, o termo apareça como renormalização. Nós o assim fazemos, porque queremos demarcar uma diferença no sentido do normal.

de representações sobre o trabalho e as situações concretas vividas pelos trabalhadores frente ao real.

Desde essas abordagens, vislumbramos colocar em análise um plano de processualidade do trabalho na Assistência Social, considerando as microgestões realizadas pelos trabalhadores, para gerir a distância entre o trabalho prescrito, atualmente orientado pelas Normas Operativas e Cadernos de Orientações do SUAS, e o trabalho real na Assistência Social, o qual implica, sempre, uma confrontação ao real físico, ao real das relações. Assim, nos indagamos sobre como a política pública vem sendo construída, no cotidiano, pela atividade dos trabalhadores sociais, especialmente nos CREAS.

Pensamos que a atividade dos trabalhadores possibilita interrogar o fazer na Assistência Social e entendemos que o trabalho é a força propulsora do SUAS. Nessa direção, o trabalho tematizado enquanto atividade nos fornece elementos para focarmos na ação em situação de trabalho, problematizando-o com os trabalhadores. Dessa forma, propusemos, no percurso desta pesquisa, a constituição de um coletivo de trabalhadores para análise do trabalho, enquanto atividade (Clot, 2010) e seguimos uma orientação Cartográfica.

Ao propormos nos orientar pelas pistas da cartografia, não estamos restritos a proposição do coletivo de análise. A Cartografia, como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do percurso do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, com regras prontas e objetivos pré-estabelecidos. No entanto, não se trata de não ter direção, mas de um caminhar que traça, no percurso, suas metas (Passos & Barros, 2009). Cartografar propõe uma aposta na experimentação do pensamento, um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude (Passo, Kastrup & Escóssia, 2009). Ao acompanhar o processo de trabalho junto aos trabalhadores de CREAS, vamos afetando e também sendo afetados. Ao *experimentar* modos de existência, conexões vão produzindo linhas, capazes de desenhar paisagens, mapas de uma realidade sempre em (des)construção.

Assim, nas próximas páginas, apresentamos as conexões e linhas problemáticas que foram sendo produzidas no processo de pesquisar. Primeiramente, tratamos do Trabalho enquanto Atividade e Micropolítica. Logo

após, no segundo capítulo, discorreremos sobre a emergência do trabalho Social, Política de Assistência Social e suas novas configurações a partir do SUAS, em uma conversa com contribuições de Foucault (2008), a respeito da Biopolítica, conectada, ainda, com a perspectiva do trabalho como atividade.

No lastro de tal inspiração, no terceiro capítulo, elucidamos os percursos transversos por uma cartografia na atividade de trabalhar-pesquisar, colocando em análise o próprio percurso metodológico. Já o quarto capítulo, é dedicado a análise da atividade do trabalho no CREAS produzida com os trabalhadores participantes da pesquisa. Por fim, no último capítulo, produzimos reflexões a respeito de uma formação inventiva no âmbito do SUAS.

Para tanto, nosso percurso de escrita, será entremeado por “flashes”⁷ do campo que operaram na atividade conceitual da dissertação. Tais “flashes” que, por vezes, podem parecer “clarões repentinos” ou “cenas rápidas”, vão emergindo como importantes operadores para possibilitar nosso percurso teórico-metodológico. Dizemos com isso que, tal como um fotógrafo que busca “aperfeiçoar” a imagem, ou o olhar sobre determinada cena, utilizando-se da luz como uma abertura possível em meio a espaços escuros ou nebulosos, utilizamos o recurso de “flashes-cenas” para produzir aberturas conceituais e iluminar os diferentes percursos, ou diferentes paisagens, produzidas em meio ao trabalhar-pesquisar. Tendo em vista, ainda, como nos inspiram Amador e Fonseca (2014, p.20), que o trabalho tematizado como atividade, põe em cena uma espécie de obscuridade gerativa. “Geratividade por aquilo que gera trabalhadores em sua atividade profissional; névoa, por vezes indiscernível e imperceptível, que lança a questão para o plano dos devires no trabalho.”

⁷ Destacamos que os flashes, por vezes, serão palavras dos trabalhadores, essas estarão entre aspas e emergindo em diferentes posições no texto. Em outros momentos, os flashes serão trechos do diário de campo escritos pela pesquisadora. Tais Trechos, estarão em itálico e sempre à direita do texto.

2. TRABALHO ENQUANTO ATIVIDADE: POR ENTRE (RE)NORMATIZAÇÕES, A MICROPOLÍTICA

No contexto deste estudo, ao tomarmos o trabalho enquanto atividade, pensamos, sobretudo, os modos de trabalhar e subjetivar nos atos empreendidos, pelos trabalhadores, quando da gestão entre Trabalho Prescrito e Trabalho Real (Clot, 2010). Nesse sentido, o desafio está em compreender como os trabalhadores vivenciam e dão sentido ao trabalho, produzindo modos de relação consigo mesmos e com o mundo, através de microgestões, renormatizando, incessantemente, seu trabalho por meio da atividade, levando em consideração os arranjos tecidos pelo Capitalismo Mundial Integrado (Guattari & Rolnik, 2010) e pelo neoliberalismo⁸ (Foucault, 2008).

Com isso, no presente capítulo, nos dedicaremos a pensar o trabalho, enquanto atividade, a partir das contribuições da Ergologia e da Clínica da Atividade, em articulações com o conceito-ferramenta de micropolítica, por entendermos que este expande a potência analítica do trabalho como atividade. Inflexão essa, que desdobremos no decorrer do texto.

Cabe destacar, que não nos propomos a fazer uma análise pela Clínica da Atividade *stricto sensu* ou uma análise Ergológica propriamente. Trata-se sim, de uma análise dos processos de trabalho pela perspectiva do trabalho enquanto atividade, para a qual nos valem de alguns conceitos operadores, que colocamos em funcionamento, dialogando com a perspectiva da micropolítica. Dessa forma, nas próximas linhas, transcorreremos sobre o trabalho enquanto atividade e desdobramos algumas formulações possíveis para pensar conexões entre atividade e micropolítica.

Segundo Lhuilier (2013), o trabalho tematizado como atividade refere-se ao encontro singular de um sujeito e de uma situação concreta, na qual se confrontam a relação consigo mesmo, a relação com o outro e uma relação com o real. Ao falar em encontro com o real, reafirma-se o entendimento de que o

⁸ Movimento político e econômico que se desdobrou na formulação de um conjunto de políticas e de redefinição do papel do Estado, na perspectiva de constituir uma sociedade autorregulável pelo mercado (Krein, 2011), no bojo do qual Foucault (2008) analisa a emergência de transformações na governamentalidade biopolítica, temática sobre a qual discorreremos no próximo capítulo.

exercício do trabalho acompanha sempre o encontro com o imprevisto, ou seja, com questões para as quais ainda não foram produzidas respostas ou meios de trabalho. Face a esse encontro, trabalhar será sempre uma prova para o sujeito, prova que pode ser dolorosa, mas, também, uma possibilidade de descoberta para além da reprodução de normas e prescrições.

“Dentro do ECA tem algumas diretrizes que tu tens que cumprir. Normativas da Criança e do Adolescente, entendendo um processo de desenvolvimento...Mas daqui a pouco, tu percebes que um adolescente de dezesseis anos, dentro da estrutura dele, ele vai se virar melhor sozinho em uma casa que ele conseguiu com a companheira, do que na casa da família ou na rua como ficava. E aí, como lidar com isso? Como tu vais trabalhar isso? É um adolescente que vai morar sozinho, que não está na escola, como lidar com essa situação em si? Agora como que eu faço, escutar mais a pessoa né, tu ficar ali, escutar, porque daqui a pouco passa a vida dele ali na rua e ninguém escuta ele. Então um dia tu vais escutar e o processo vai se dando(...).”

Os regulamentos, normas que enquadram as diferentes atividades, são colocadas à prova e desvelam seus limites pela confrontação do real na ação de trabalhar. É, nesta zona, na atividade, que as representações do trabalho podem ser colocadas em questão (Lhuillier,2013), pois é na ação que os trabalhadores se deparam com limites, estranhamentos, que podem se colocar como potência de problematização do trabalho e, assim, de sua, incessante, invenção⁹ (Kastrup, 2001). Problematização tanto dos modos organizativo-operacionais do trabalho, quanto de instituições, aqui entendidas como pautas, regramentos prescritos e/ou proscritos que se dão em uma trama de poderes, e que os atravessam.

Nessa direção, afirmamos com Schwartz (2007,2011) e Clot (2006, 2010) que a situação de trabalho ultrapassa a execução de tarefas planejadas,

⁹ O conceito de invenção, conectado ao caráter imprevisível do processo de aprender e a invenção de problemas (Kastrup,2001), ganha relevância nessa dissertação porque ele está justamente ligado a possibilidade do trabalhador retirar seu trabalho das evidências, problematizá-lo quando convocado pelo real, possibilitando o novo em situação de trabalho.

previamente definidas. Deslocando-se do trabalho prescrito, a atividade consiste em um processo que implica, sempre, criação de meios para viver, meios para fazer viver o trabalho.

Mais do que prévia, é no executável do trabalho que a atividade se faz, como nos diz Clot (2006). Pois, para o autor, a atividade “é na realização da tarefa, por ela, assim como, por vezes, contra ela, produção de meio de objetos materiais, simbólicos e de relações humanas ou, mais exatamente, recriação de um meio de vida”. Assim, trabalhar, pela perspectiva da atividade, será “sempre um fazer de outra forma, um trabalhar de outra forma. Não é uma palavra de ordem projetada no futuro: está dentro da realidade, é uma espécie de obrigação mesma de qualquer situação de atividade de trabalho humano já incluir uma dimensão de transformação” (Schwartz,2007, p.35),ou seja, de criação de normas.

Dizemos com isso, que ao tomarmos o trabalho como atividade, entendemos que este nunca se restringe a execução de tarefas, a aplicação de determinados procedimentos e protocolos, pois isso seria invivível para o homem em situação de trabalho. Em outras palavras, como nos aponta Schwartz (2011), a atividade de trabalho é uma forma específica da atividade humana que, como tal, implica, sempre, uma espécie de ‘debate de normas’, um certo espaço de criação incessante.

No lastro das formulações de Canguilhem, Schwartz (2007), nos convoca a pensar o trabalho em um processo constante de dupla infidelidade. O autor parte da compreensão da “Infidelidade Crônica do Meio” e afirma que todo meio de trabalho é sempre infiel, ou seja, ele jamais se repete exatamente de um dia para outro, ou de uma situação para outra. Sendo a combinatória de um ambiente técnico, humano, cultural, dentre outros, dependendo de cada espaço laboral, implica, sempre, variabilidades.

Ao mesmo tempo, pode-se entender uma segunda fonte de variabilidade a partir de uma atividade viva. Isto é, ainda inspirado em Canguilhem, Schwartz (2007) afirma a atividade como uma forma de vida que não se limita simplesmente a executar normas, viver é poder sempre estar criando novas normas e novas formas para esse viver. Para o sujeito que trabalha, deparar-se,

sempre, com o mesmo, seria invivível: “O fato de viver é forçosamente algo que diz respeito a uma atividade, uma tentativa de esboçar, de desenhar um meio de vida no trabalho que esteja mais de acordo com suas próprias normas de vida (Schwartz, 2007, p.192)”.

Para Schwartz (2007) essas duplas variabilidades se retroalimentam, incessantemente, e nos permitem compreender a constatação ergonômica de que o Trabalho prescrito nunca corresponde ao Trabalho real. A partir dessa dupla fonte de variabilidade, Schwartz (2011) refere-se a um impossível e um invivível na atividade. Impossível ao perceber que nunca se poderá prever ao máximo a execução laboral. E, invivível, na medida em que trabalhar implicará, sempre, uma necessidade vital de renormatização.

Dito de outra forma, frente as variabilidades e imprevistos inerentes a todo meio de trabalho, cada trabalhador tem que renormatizar, tem que desviar de alguma maneira e reinventar o caminho, reinventar o meio. Com isso, trabalhar, será sempre uma prova a enfrentar. Em diferentes momentos do trabalho, na Assistência Social, é possível identificar esse processo. Por exemplo, tratando-se da execução das tarefas no CREAS, a variabilidade pode ser reconhecida quando os trabalhadores relatam os desafios encontrados na realização das abordagens sociais, referindo que o trabalho na rua é muito dinâmico, implicando, sempre, microgestões em situação de trabalho.

“Às vezes tu pensas que tem que observar mais, e num piscar de olhos, a criança sumiu, então são situações que tua avalia o momento de abordar, se já é hora ou não, mas se tu não decides tu podes perder aquele momento, mas se tu fores ansioso pode também dificultar.”

Tratando-se do trabalho na esfera da Política de Assistência Social, a variabilidade e os imprevistos podem ser entendidos pela própria natureza do trabalho, nessa esfera, que consiste em ir ao encontro de pessoas e de uma extrema diversidade de maneiras de viver e sobreviver. Sobretudo, nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), tendo em vista que, os serviços oferecidos em tais locais, são destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de

abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio- educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil dentre outras violações de direitos (PNAS, 2004). Tais situações, são engendras em múltiplas configurações e convocam o trabalhador a sempre precisar lidar com situações muito diversas.

Com isso, pensamos com Schwartz (2011, p.138) que trabalhar é, sobretudo, experiência e encontro, “uma combinatória sempre parcialmente ressingularizada entre meios técnicos, objetos técnicos e humanos”. No entanto, não se trata de negar a necessidade de prescrições para o trabalho. Por sua capacidade de antecipação, o ser humano e, nesse caso, o Ser Humano na esfera laboral, procura sempre programar, organizar o trabalho e a vida em diferentes protocolos, prescrições. Estruturas essas, que são denominadas por Schwartz (2007) de normas antecedentes.

Por um lado, reconhece-se a normatização como necessária para a atividade humana. As normas antecedentes, normas gerais que não consideram as singularidades, são um patrimônio cultural do qual somos herdeiros e acontecem por estarmos inscritos na humanidade, em sua história de leis, regras, valores¹⁰ que orientam a atividade em diferentes níveis e prescrições (Schwartz,2011). Para viver e sobreviver, nos orientamos pelas múltiplas normas criadas na e pela história humana.

Dessa forma, o trabalho, como atividade humana, não pode prescindir de normas antecedentes para sua execução. Na esfera laboral, as normas antecedentes podem ser entendidas a partir de protocolos, instruções técnicas, manuais, procedimentos, dentre outros, que não só procuram prever a atividade, mas, também, garantir meios para que ela aconteça, configurando múltiplas normas que orientam determinado ofício.

No âmbito da Assistência Social pode-se considerar as normas que envolvem as diretrizes e os princípios do SUAS, além de outros marcos

¹⁰ O conceito de valor, para Schwartz (1996), e como aqui o tomamos, conecta-se ao trabalho como realidade complexa, como dramáticas nas diversas situações sociais do trabalho que também são universos de valores. Desloca-se da análise mercantil para aprender uma dimensão de valor que entendemos ligada a experiência do trabalhador, valor enquanto percepções, compreensões, o que o trabalhador entende que tem que fazer no trabalho, como ele percebe o lugar dele no processo laboral.

normativos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a organização do processo de trabalho (através da tipificação dos serviços socioassistenciais, incluindo cadernos de referências e projetos dos serviços). Assim como, a composição com as normativas de outras políticas públicas (Saúde, Educação, Habitação), do Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar), tendo em vista que a Política de Assistência Social se realiza de forma integrada às políticas setoriais (PNAS, 2004).

Podemos pensar, ainda, que o avanço na criação de legislações e normativas no trabalho na Assistência Social, contribui para afirmação do trabalho nesse campo, tendo em vista se tratar de uma Política recente, com longo histórico de práticas baseadas na lógica assistencialista. No entanto, tomando o trabalho como atividade, entendemos que tais normas não se impõem, ou seja, não se constituem como determinantes absolutos da atividade face as variabilidades e imprevistos do meio, assim como, devido a tendência de renormatização do homem em situação de trabalho.

Para potencializar nossa análise sobre o trabalho, cabe ainda lembrar, a compreensão de norma a partir da Ergologia:

A norma exprime o que uma instância avalia como devendo ser: segundo o caso um ideal, uma regra, um objetivo, um modelo. Esta instância pode ser exterior ao indivíduo (normas impostas e mais ou menos assumidas), como pode ser do próprio indivíduo (normas instauradas na atividade), porque cada um procura ser produtor de suas próprias normas (Schwartz & Durrive, 2008, p.26).

Nesse sentido, as normas antecedentes, aquilo que tem função de prever e antecipar, predefinir as tarefas e as atividades, referem-se a modelos já dados, ou seja, expressam modos de pensar, sentir, trabalhar, historicamente construídos. Com isso, não se considera como normas antecedentes apenas as regras, os regulamentos e os procedimentos a serem seguidos, nem as tecnologias disponibilizadas em determinada situação de trabalho. Esse conjunto de normas antecedentes é de fato, mais tangível, porém, seus pressupostos só podem ser identificados quando se admite que refletem o patrimônio histórico- cultural- científico e político de uma determinada sociedade (Brito, Muniz, Santorum & Rammingner, 2011)

Dito de outro modo, as normas antecedentes são também produção da atividade de uma sociedade, como nos lembra Schwartz (2000, p.42) a atividade humana, em sua tessitura individual e coletiva, é “matriz de histórias e de normas antecedentes que são sempre renormatizadas no começo indefinido das atividades”. Em outras palavras, enquanto produção, tais normas estão, também, intrincadas nas diferentes visões de mundo que conformam determinadas Instituições e seus correspondentes valores. Isto é, as regras, tecnologias, os regulamentos e procedimentos estão sempre relacionados a modos de viver-trabalhar (Brito, Muniz, Santorum & Ramming, 2011). Nessa perspectiva, entendemos que a atividade de trabalho é operada, ainda, em meio a normas-instituições menos tangíveis, como poderíamos pensar políticas econômicas e subjetivas.

As normas antecedentes correspondem àquilo que está disponível antes mesmo de a atividade se iniciar e estabelecem condições para que a atividade se desenvolva, no que tange a aspectos materiais, técnicos, organizacionais, mas, também, políticos, econômicos, subjetivos. Dessa forma, pela perspectiva da atividade, podemos pensar que o trabalho se desenvolve em meio a uma zona de tensão agonística. Isto é, no encontro entre diferentes normas. Tal entendimento, nos é muito caro para analisar o trabalho em políticas públicas, especificidade a qual nos dedicaremos no próximo capítulo.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos as normas antecedentes como necessárias para a atividade, tendo em vista que é partir delas que será possível renormatizar, também afirmamos que a antecipação exaustiva, ou uma simples execução de normas, é impossível. Tal afirmação vem no sentido de que nenhuma norma antecedente, nenhum protocolo, poderá abstrair o que o Schwartz (2007,2011) refere como um *vazio de normas*, o momento em que ao se defrontar com o real o trabalhador percebe que as normas antecedentes, os conhecimentos constituídos já não são suficientes. Cabe aqui ressaltar, que esse vazio de normas não se trata de uma ausência de prescrições para o trabalho, mas, que diante da constante variabilidade do trabalho real, as prescrições e conhecimentos adquiridos precisarão sempre serem reinventados.

No âmbito do trabalho do CREAS, retomando as variabilidades e imprevistos descritos pelos trabalhadores em situações de abordagem social, as estratégias utilizadas pelos educadores sociais, nos mostram esse processo.

"Outro dia, estávamos com uma bola, e o menino que estava na reciclagem nos viu, deixou um pouco o carrinho de lado, e veio jogar, vamos tentando então inserir um pouco de lúdico nessa dureza, as vezes o brincar em meio a um trabalho, que nos vincula de outra maneira e também mostra outras opções para aquela criança. Lembramos também de um caso difícil, um menino que não queria conversar com ninguém, estava numa rua no centro tocando flauta, mas era da nossa região. Então, pegamos um violão, um tambor e começamos a tocar perto dele, dessa forma, ele foi se aproximando, conseguimos conversar, saber onde ele aprendeu a tocar. Digo então que cada educador tem que ser também um pouco artista. "

Pela perspectiva da atividade, entende-se que, em meio as dificuldades encontradas, as provas que se impõem, os trabalhadores criam estratégias para fazer o trabalho acontecer. Com isso, é possível pensar que, deparar-se com um “vazio de normas”, pode não ser entendido como um desamparo, mas como possibilidade de criação acionada em situação de trabalho. Dito de outra forma, cada trabalhador, frente ao vazio de normas, recorrerá a diferentes recursos, criando meios para fazer viver o trabalho os quais poderão, ou não, resultar em soluções inventivas.

Cabe aqui destacar, que a criação é por nós entendida, a partir de uma relação problematizadora com o trabalho. Isto é, como já referido, conectada a possibilidade de invenção na esfera laboral, que é mais do que fazer coisas de outro jeito, mas a partir de uma relação problematizadora em relação ao seu universo de pautas, regramentos. Assim, pensamos, que a criação tem a ver com a ideia de invenção e não de criatividade, tão convocada em um discurso neoliberal no campo do trabalho e que muitas vezes coloca o trabalhador nessa condição de estar sempre criando outros modos de manter a própria precariedade. É nessa direção, que articulamos conexões entre atividade e micropolítica, visando uma análise crítico-clínica conforme discorreremos no decorrer desse segmento.

Seguindo o pensamento de Schwartz(2007), a renormatização é duplamente convocada: para gerir vazios de normas e para viver em saúde. O sujeito que trabalha é sempre convocado, tanto a criar normas para gerir as infidelidades do meio, quanto a renormatizar para tornar o meio mais próximo de sua singularidade. Ou seja, “tenta mais ou menos (e sua tentativa nem sempre é bem sucedida) recompor, em parte, o meio de trabalho em função do que ele é, do que ele desejaria que fosse o universo que o circunda (Schwartz & Durrive, 2007, p.31)”. Nesse sentido, a saúde, a partir dessas abordagens, implica que o sujeito seja capaz de criar novas normas: “Criar um contexto para viver, é nesta condição que atividade e saúde são sinônimos (Clot, 2011, p.72)”.

Desse ponto de vista, trabalhar será, de alguma forma, colocar-se a prova do real, testar seus conhecimentos, seus próprios limites, ou, nas palavras de Schwartz (2007), fazer Uso de si. Como as normas antecedentes não antecipam tudo, trabalhar será se arriscar através de um ‘uso de si’ que posiciona o trabalhador diante de uma dramática. Para Schwartz (2007), a infidelidade precisa ser gerida constantemente, mas essa gestão não é possível com uma simples execução, é imprescindível o que ele denomina ‘uso de si’, uso de suas próprias capacidades, de seus próprios recursos.

Nesse sentido, falar da dimensão dramática, não significa que cada agir seja semeado de dramas, mas que nada pode ser mecânico (Schwartz, 2011, p.132) nas atividades humanas. Refere-se, então, como já citamos, a um ‘debate de normas’, uma obrigação em fazer escolhas, arbitrar entre o grau de pertinência em respeitar normas antecedentes e a necessidade de transgredilas, modificá-las. Logo, trabalhar, envolve, em alguma medida, fazer a gestão das situações encontradas. Nesse processo, o Uso de Si, desdobra-se em duas dimensões em tensão constante ‘uso de si por si’ e ‘uso de si pelos outros’. O ‘Uso de si pelos outros’ remete as normas, prescrições, "ao fato de que todo universo da atividade de trabalho é um universo em que reinam normas de todos os tipos: científicas, técnicas, organizacionais, gestionárias, hierárquicas, que remetem a relações de desigualdade, de subordinação" imbricadas em relações de poder (Schwartz & Durrive, 2007). Ao mesmo tempo, o vazio de normas, possibilita ao trabalhador fazer valer normas próprias de vida, referências próprias, através de uma síntese pessoal de valores (Schwartz, 2007.p.196).

Trata-se de um movimento sempre presente e necessário na atividade de trabalhar, articular o uso de si pelos outros e o uso de si por si, afirmando o encontro de dimensões singulares e coletivas. Nessa direção, tanto nas formulações de Clot (2006, 2010) quanto de Schwartz (2007, 2011), reconhecemos importantes contribuições para pensarmos o trabalho para além de dicotomias indivíduo-coletivo, macro e micro.

Embora o fazer laboral possa ser operado por um trabalhador em determinada situação, através de um Uso de Si, para renormatizar, para fazer o trabalho acontecer, ele precisará ter instâncias as quais recorrer. Tratando-se da atividade, Schwartz (2007) e Clot (2010) nos sinalizam que esses recursos consistem em dimensões relativas tanto as normativas de vida de cada trabalhador, que não deixam de expressar normativas construídas numa determinada sociedade, bem como, a valores e critérios construídos, pelo trabalho coletivo, do ofício ao qual pertencem.

Nessa direção, Schwartz (2007), assinala a dificuldade, de pensar o sujeito da atividade, "porque não é nem o sujeito perfeitamente consciente, nem o sujeito perfeitamente inconsciente, esta entidade atravessa tudo isto". Nessa direção, opta por operar com a noção de 'corpo si'. Trata-se de um conceito-operador, que marca a presença de um corpo, na sua multidimensionalidade, que toma decisões e faz escolhas de forma nem totalmente consciente nem totalmente inconsciente (Cunha, Fischer & Franzoi, 2011). Refere corpo, principalmente, porque a maneira pela qual o trabalhador vai arbitrar e gerir essas variabilidades permanentes e essas dramáticas, passa muito por economias do corpo, por sinalizações sensoriais e visuais, até nas atividades mais imateriais (Schwartz & Durrive, 2007).

O 'corpo-si' assinala, assim, para uma espécie de centro de arbitragem:

Ora, se a atividade é efetivamente conduzida por alguém em carne e osso, – ela inscreve-se em funcionamentos neuro-sensitivos de tal forma complexos que não se consegue dar a volta – esta atividade tem, além disso, prolongamentos que ultrapassam a pessoa física. São solicitados e mesmo incorporados, inscritos no corpo: o social, o psíquico, o institucional, as normas e os valores [do contexto e retrabalhados], a relação às instalações e aos produtos, aos tempos, aos homens, aos níveis de racionalidade, etc. Este alguém que trabalha – este centro de arbitragens que governa a atividade – pode assim ser designado corpo-si ou corpo-pessoa (Durrive & Schwarz, 2008, p. 24)

Para Schwartz (2007) este conceito procura não reproduzir dicotomizações e categorizações entre corpo-alma, consciente-inconsciente, indivíduo-social. Ao assinalar que o 'corpo si' contempla as diversas dimensões citadas, este seria uma expressão mais problemática, mais complexa do que a noção de subjetividade e, por isso, o autor opta pela primeira em detrimento da segunda.

Contudo, em nosso ponto de vista, pensamos que a noção de subjetividade como a tomamos nesse estudo, também contempla a diversidade das dimensões problematizadas por Schwartz (2007) no escopo do conceito de corpo-si. Como já demarcamos, entendemos a subjetividade a partir de processos de subjetivação, uma produção incessante que acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro, em meio as tramas institucionais, produzindo ao mesmo tempo o trabalho e o sujeito trabalhador (Guattari & Rolnik 2010). Nesse caso, um outro que pode ser compreendido como o outro social, mas também como a natureza, os acontecimentos, as invenções, enfim, aquilo que produz efeitos nos corpos e nas maneiras de viver (Mansano, 2009).

Com isso, entende-se que face a provação que todo trabalho enfrenta com as resistências do real, as formas como os trabalhadores realizam suas ações laborais passam por decisões tanto conectadas às maneiras de pensar, sentir vinculadas as suas histórias singulares, quanto por arbitragens articuladas no lastro de uma dimensão sempre coletiva.

Schwartz (2011) afirma que a atividade em sua dimensão de renormatização e de tratamento de vazios de normas, se faz sempre em uma gestão coletiva. Para o autor, trata-se de um coletivo que não é imposto pela prescrição, mas tecido na atividade. Dessa forma, é um coletivo "indefinidamente variável no tempo, no espaço, e infinitamente mais instável do que as interações previstas pelos protocolos, pelos organogramas" (Schwartz, 2011, p.139)". Constituem-se, assim, nas palavras do autor, como Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes- ECRP.

Tratando-se de tal constituição, sinalizamos que, em determinado momento no encontro com os trabalhadores do CREAS, estes verbalizam que a sintonia da equipe no processo de abordagem é muito importante, quando muda

algum integrante na equipe, de alguma forma, é como se começasse tudo de novo.

“Tem a questão da afinidade. Daqui a pouco a compreensão que eu já tenho, tu também tens, nós já tivemos os ‘gre-gre’ de início, mas a gente está se entendendo, quando um não está bem, o outro já base que tem que entrar. Mas daqui a pouco, quando existe a rotatividade na equipe, tu vais ter que começar de novo, porque aqui tem que ser no olhar, tu estás dentro da comunidade pô.”

Podemos entender que a “afinidade”, trata-se de um coletivo fabricado na experiência de trabalho, no movimento de renormatização, balizado por um debate de valores entre os trabalhadores, que será experimentado pelo coletivo de trabalhadores, produzindo instrumentos, estratégias coletivas para enfrentar o real do trabalho. Seguindo esse entendimento, na medida em que mudam os arranjos coletivos, modificam-se as possibilidades dos sujeitos agirem nesse meio.

Nessa esteira, nos valemos, ainda, de Clot (2010), que nos afirma que é preciso um ofício ao quadrado coletivamente organizado. Trata-se de um trabalho coletivo de organização do trabalho que envolve acordos e negociações na composição do comum que conjuga os trabalhadores em um mesmo meio para superar os conflitos do real: “ a história aberta de uma estilização genérica indispensável para conservar, diante do real, uma capacidade de agir conjuntamente”. Em outros termos, tem de haver um “ofício ao quadrado”, um trabalho sobre o trabalho.

Por ofício, Clot (2013) entende não apenas uma prática, uma atividade ou uma profissão:

“Preferimos defini-lo como uma discordância criativa – ou destrutiva – entre as quatro instâncias em conflito de uma arquitetura fundamentalmente social que pode adquirir uma função psíquica interna. Uma ligação-desligamento a sustentar e sempre refazer entre os espaços-tempos irredutivelmente pessoal, interpessoal, transpessoal e impessoal (Clot, 2013, p. 6)”.

Tratam-se de quatro dimensões articuladas no processo laboral, através das quais o ofício se constitui em um elemento fundamental que conecta o trabalhador a atividade. É a conexão e retroalimentação entre as diferentes instâncias que mantêm o ofício como meio pelo qual é possível realizar determinado trabalho.

A dimensão 'impessoal', refere-se a tarefa ou a função definida, ou seja, as prescrições indispensáveis a partir da qual os trabalhadores tentarão fabricar sua atividade. Configura-se como uma instância descontextualizada de cada situação particular, mas necessárias para manter o ofício cristalizado na organização ou instituição. Tratando-se do trabalho na Assistência Social, tais prescrições e normativas impessoais parecem fundamentais para uma Política Pública ainda em construção, com longo histórico de práticas executadas na lógica de ações assistencialistas e higienistas. A importância de tais prescrições pode ser pensada, por exemplo, no âmbito da Proteção Social Especial, face a determinações equivocadas do Poder Judiciário através de avaliações e investigações que não competem aos serviços da Assistência Social. Assim como, face a demandas "políticas" de higienização através dos Serviços de Abordagem Social.

Já a dimensão 'pessoal', diz respeito a atividade de cada sujeito. E, a 'interpessoal' refere-se ao destinatário, sendo sempre uma ação dirigida (Clot, 2013). E, por fim, o ofício é, também, 'transpessoal', atravessado por uma história coletiva. Nessa direção Clot (2010) aponta que entre o prescrito e o real, há sempre um terceiro termo sem o qual o trabalho não acontece. Trata-se de uma instância coletiva denominada pelo autor de 'gênero profissional do ofício'. Tal instância consiste numa série de "obrigações" compartilhadas pelos que trabalham para conseguir trabalhar. Pode ser melhor entendido como uma espécie de pré-fabricado social, uma espécie de estoque de registros, maneiras de comportar-se, de dirigir a palavra, de executar uma atividade e de levá-la a termo. São atos, conceitos, que estarão à disposição de um certo grupo que o compartilha e o revitaliza na ação.

O gênero está, então, ligado à história de um ofício, não apenas à história dos sujeitos, não pertence a ninguém e particular mas pela qual todos são

responsáveis. Essa condição explicita sua dimensão de instância transpessoal, ele organiza atribuições e organizações independente da pessoa que o executa.

O gênero social, ao formar um repertório de atos e maneiras de considerar as coisas e pessoas em determinado meio, fixam, de alguma maneira, os previsíveis que permitem suportar – em todos os sentidos do termo – os imprevisíveis do real. Em outras palavras, pode ser assim entendido, como uma ferramenta para a ação. Uma forma de trabalhar que os profissionais de determinado meio reconhecem, o que eles sabem que devem fazer, graças a uma comunidade de avaliações pressupostas, sem que seja necessário reespecificar a cada vez que a situação se apresenta (Clot, 2006, p. 129).

Ao mesmo tempo, o gênero é sempre inacabado e transitório, pois é constantemente submetido a prova do real. Os trabalhadores agem por meio do gênero; enquanto satisfazem as exigências da ação: "Assim, quando necessário, eles ajustam e aperfeiçoam os gêneros (Clot, 2011p.126)".

Trata-se de um processo de 'estilização' que mantêm os gêneros em funcionamento. Ao se apropriar de um gênero profissional, cada trabalhador toma o trabalho para si e o executa do seu jeito, ou 'estilo'.

"Lembro que quando comecei nesse trabalho, saia com um colega, mas achava ele muito complicado, chegava já abordando direto, pensava vou ter que falar com esse cara, acho que não é bem assim, aí tu vais aprendendo com os colegas, com o jeito que é legal que cada um faz e desenvolvendo teu jeito de fazer"

Na atividade, os trabalhadores experimentam variações dos modos já conhecidos de atuar, expandindo, dessa forma, os recursos coletivos para enfrentamento do trabalho real. Para Clot (2010), o estilo pode ser definido como uma metamorfose do gênero em curso de ação. São as recriações estilísticas que mantêm o gênero vivo, mas ao mesmo tempo, é o domínio do gênero e suas variantes que possibilita uma estilização pelos trabalhadores. Cabe destacar, a interioridade recíproca entre estilos e gêneros profissionais, o que exclui a possibilidade de remeter ao estilo um simples atributo psicológico do sujeito.

No decorrer da atividade, a estilização operaria em duas linhas. Primeiramente, conforme transcrevemos, trata-se do desenvolvimento do gênero, enquanto expansão das possibilidades de ação, mantendo-o como instrumento coletivo no embate com as provas postas pelo trabalhar. Concomitantemente, “ele emancipa a pessoa de seus invariantes subjetivos e operatórios incorporados, não por sua rejeição, mas, também, pela via do seu devir possível, inscrevendo-os em uma história que os reconverte (Clot, 2010, p.129)”. Ou seja, nessa criação de modos sempre novos de fazer o trabalho, inerente a atividade, não apenas o trabalho é transformado, mas, também os sujeitos que o executam. O coletivo, nessa esteira, é entendido por Clot (2006) como recurso para o desenvolvimento subjetivo, que por sua vez, é pensado como expansão do poder de agir. Ressaltamos aqui, a importante concepção de que desenvolver-se, no trabalho, é expandir o poder agir.

Nas palavras de Clot (2013, p.7) essa história comum que constitui o gênero profissional, tem como horizonte o desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos sobre a organização do trabalho e sobre a instituição “essa história é – em maior ou menor grau – um recurso decisivo para que a instituição conserve um devir e os sujeitos, sua saúde”. Dito de outro modo, no processo que configura a atividade de trabalhar cada sujeito ultrapassa a execução de tarefas prescritas e, para realizar o que deve ser feito, precisa criar modos outros de operar, ampliando, assim, suas formas de atuação.

Mais do que um mero executor da tarefa, o trabalhador constitui a atividade e é constituído por ela. Dizemos com isso, que na perspectiva da atividade, as relações entre trabalho e subjetividade estão centradas na atividade de trabalho como fonte permanente de recriação de formas de viver no e pelo trabalho. Pode-se pensar que atividade e a subjetividade são entendidas como produtoras e produto de um mesmo processo (Silva & Barros, 2013):

A atividade não é o contrário da subjetividade. A subjetividade eu a defino claramente – claramente pra mim pelo menos, isso abre muitas questões já que é difícil de fato – como uma relação entre atividades. A subjetividade é uma atividade sobre a atividade. É a minha atividade ou a atividade de meu colega de trabalho como objeto de pensamento. É assim que se desenvolve a produção subjetiva de minha experiência. Portanto, não somos obrigados a escolher entre atividade e subjetividade (Clot, 2010, p.225).

Com isso, entende-se que, face a provação que todo trabalho enfrenta com as resistências do real, as formas como os trabalhadores realizam suas ações laborais passam por decisões tanto conectadas as maneiras de pensar, sentir vinculadas as suas histórias singulares, quanto por arbitragens articuladas no lastro de uma dimensão sempre coletiva. Nessa direção, Clot (2010) aponta que a existência dos sujeitos é tecida nos conflitos vitais da atividade, que implicam uma composição incessante entre a história dos sujeitos e a história do ofício ao qual se vinculam.

Tomando essas compreensões como ponto de partida, compreender as relações entre trabalho e subjetividade, no contexto deste estudo, passa pelo desafio de colocar em análise um plano de processualidade, buscando escapar das dicotomizações, tendo em vista que, “analisar o trabalho é acompanhá-lo no seu movimento instituinte-criador (Silva & Barros, 2013)”

Para potencializar a analítica da criação inerente a atividade, Clot (2010, p. 104) formula o conceito de ‘real da atividade’. Sob a influência de Vygotsky, afirma que “o homem é pleno a cada minuto de possibilidades não realizadas”. Isto é, se focarmos apenas no trabalho realizado, negligenciamos as potenciais possibilidades contidas no real da atividade. Para compreender a atividade, é preciso considerar ainda, a atividade (re)engolida, impossível, impedida, ou seja, “o real da atividade é, igualmente, o que não se faz, o que se tenta fazer sem ser bem-sucedido – o drama dos fracassos- o que se desejaria ter feito o que se pensa ser capaz de fazer noutro lugar. (Clot, 2010, p. 104)”

Com isso, entendemos que a atividade pode ser pensada como lugar de um devir. Entre trabalho prescrito e trabalho real, o vazio de normas (Schwartz, 2007) e o real da atividade (Clot, 2010) nos sinalizam a existência de uma zona de diferenças e repetições de modos de trabalhar. Trata-se de uma zona onde as representações do trabalho podem ser colocadas em questão face as resistências do real.

Dizemos com isto, que “a atividade é sempre colocação a prova das representações socialmente construídas, propondo uma definição de tarefas a realizar, visando a orientá-las e normatizá-las (Lhuillier, 2013, p. 483)”. Assim, tomando o trabalho como atividade, tem-se acesso aos modos como os

trabalhadores enfrentam as provas do real, ou seja, como eles enfrentam aquilo que não está contido nas normas e que se oferecem como potência de problematização do trabalho pelos próprios trabalhadores.

" Tem que cuidar para não ficar com o olhar viciado também, às vezes tu olhas e aquelas crianças só tão na rua brincando, não tão trabalhando, mas teu olhar parece treinado, aí a equipe é importante."

Por isso, tais referenciais são tão caros a esse estudo, uma vez que nos interessamos, de maneira especial, pelas situações concretas vividas pelos trabalhadores em seus locais de trabalho. Assim como, pelos modos como a subjetivação vai seguindo seu curso na gestão do trabalho pelos próprios trabalhadores, no cotidiano dos Serviços.

No lastro de tais conceitos, tomar o trabalho pela via da atividade, nos convoca a pensar que, na experiência de renormatização, que pode ser entendida tanto pela dinâmica entre gênero e estilo, formuladas por Clot (2010), quanto nas questões de Schwartz (2007,2011), indicando-nos que cada trabalhador opera sempre um debate de normas, trabalhar, é produzir história, a história de um ofício. Dizemos com isso, que diante de um caso social particularmente complexo, por exemplo, os trabalhadores trataram o vazio de normas, recorrendo a instâncias singulares e coletivas e, assim fazendo, operam escolhas que podem reafirmar normativas de uma história já construída, ou criar novas formas de continuar essa história.

Analisar o trabalho sob o ponto de vista da atividade, nos permite acompanhar como os próprios trabalhadores da Política de Assistência Social continuam a fazer a história desse ofício, seja decidindo sobre dar ou não um benefício, sobre como abordar uma criança ou um adulto em situação de rua, ou como avaliar a necessidade de inclusão em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)¹¹.

"-Estávamos aqui conversando, como é difícil porque já enxergamos de uma maneira única, se a família está crescendo,

¹¹ Serviço da Proteção Social Básica do SUAS, que deve ser ofertado de forma complementar a Trabalho Social com Famílias.

melhorando, já ficamos desconfiados se é tráfico. Se não precisa do SCFV pensamos que pode estar em risco.

- Temos como que um check list da Assistência Social: trabalho, escola, SCFV e no automático vamos preenchendo, tem que colocar a família nessa lista.

- Bom, as vezes a família melhora a condição e que bom o filho poder ficar em casa, coisa boa, não é assim que pensamos quando os nossos podem ficar em casa...mas colocamos como que uma vestimenta para pensar as famílias pobres e outras para pensar as famílias de classe média."

Não se trata de definir certo ou errado em cada escolha, mas reconhecer que, nas renormatizações operadas pelos trabalhadores em situação laboral, são reafirmadas tanto dimensões prescritas, como dimensões que compõem com a potência de criação que escapam as prescrições. Uma escolha que, pode parecer, operacionalmente, muito objetiva, dar ou não um benefício, esta imbricada nas diferentes normas que atravessam o trabalho nessa esfera.

Fazer escolhas, fazer história é, assim, fazer política. Se a política diz respeito aos modos de existência coletiva, se em todas as modulações desse conceito o que se mantém é a ideia de política como atividade ou práxis humana (Barros & Pimentel, 2012), bem como, se trabalhar como atividade pressupõe uma situação de gerir um encontro com o outro, que diz respeito a destinos na vida, é no fazer cotidiano que se produz política.

Assim, pela perspectiva do trabalho como atividade, reconhecemos um deslocamento fundamental que amplia o trabalho do entendimento de uma repetição incessante, bem como de constante submissão a prescrições prévias e normas absolutas. Trabalhar, sob essas perspectivas, consiste em uma atividade de criação de modos de fazer-viver singulares e coletivos, portanto, impossíveis de serem definidos previamente por estarem em constante transformação.

Nessa direção, pensamos as conexões possíveis entre o trabalho tematizado como atividade e o conceito-ferramenta de micropolítica. Tal conceito, conforme o tomamos nesse estudo, é pensado a partir das formulações de Deleuze e Guattari (1996) que nos permitem pensar a micropolítica como lugar de 'trânsito' por entre linhas duras, flexíveis e de fuga.

Demarcamos que para esses autores, os grupos e os indivíduos são sempre segmentarizados e constituídos por linhas de natureza diversas. As linhas de segmentariedade dura são linhas que determinam uma posição e implicam dispositivos de poder. Temos, ao mesmo tempo, linhas de segmentariedade flexível, de certa maneira, moleculares. São linhas que traçam pequenos desvios, modificações na segmentariedade mais dura. Há, ainda, uma terceira espécie de linha, a linha de fuga, quando uma ruptura é produzida, abrindo a segmentariedade para a potência da variação; da diferença, para a emergência de algo novo (Deleuze e Guattari, 1996).

Cabe destacar que, tais linhas, embora se distingam, são inseparáveis, configurando, em diferentes arranjos, tanto planos Macropolíticos (molares), quanto Micropolíticos (moleculares). É nessa direção, que Deleuze e Guattari (1996 p. 83) afirmam que toda "toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica".

Ou seja, entre uma norma do trabalho e outra norma, entendendo que a norma é um plano molar (Instituído), acontece justamente a micropolítica, um processo de renormatização e criação de normas. Com isso, tal criação não se faz desconectada da macropolítica (dimensão das normas antecedentes-molares). Como já referimos, é a partir das normas antecedentes, do que já está instituído, que o processo molecular, de desvio e criação, pode acontecer.

Ao afirmarmos que a atividade opera uma micropolítica, referimos que a perspectiva do trabalho, sob essa ótica, nos remete a um movimento incessante que convoca o trabalhador a operar em um plano de co-engendramento dessas linhas. Zona de criação, a partir da qual são constituídos, dependendo dos agenciamentos que as produzem, segmentos duros (Molares) através de normas antecedentes, protocolos (Schwartz, 2011) que configuram uma dimensão impessoal do ofício Clot (2013), também necessárias para a realização laboral. Assim como, agenciam fluxos moleculares, que produzem modificações, desvios nas normas instituídas e nos modos de executar o trabalho. Tais fluxos se encontram no diálogo abaixo:

“- (...) Então um dia tu vais lá escuta e o processo vai se dando. (...) Tu percebes os entraves da escola a aceitar a forma que ele está. A alfabetização é assim uma questão. Aos poucos começar a falar sobre alfabetização. Uma música. Então por exemplo, isso não está escrito, será que o educador social teria que estar fazendo a questão

da alfabetização? Mas daí a pouco tu bah, ele falou tal coisa, ah, então essa música aqui ó. Vamos lá, tá, nessa música que tu falou, qual é a sílaba? Como que ele não sabia ler com dezesseis aos? E a partir daí aos pouquinhos né...Na nossa equipe acontece isso porque a gente também estuda Educação. Faz cadeira de Educação e muitas vezes às famílias, os pais, não sabem ler (...) É a forma que a gente envolve a Educação no nosso trabalho

- Porque tem o título de educador, mas a gente questiona muito o que que a gente faz.

- A gente tem que trazer eles para a Educação, nós somos um educador social, mas a gente tem que ser um educar lúdico, a gente tem que ser educador psicólogo, educador assistente.

-Nós tínhamos um adolescente que ele se irritava muito no SCFV porque ele não conseguia ler. Então os guris debochavam. Aí a gente chamava ele para atendimento e também fazia jogo para ele ver, tipo silábicos, para ele conseguir entender as palavras. Então foi só a nossa equipe, na nossa equipe a gente também faz esse trabalho.”

No entanto, cabe ressaltar, que ao entender que os processos de renormatização operam uma micropolítica, tomada como (re)criação incessante de norma, não estamos afirmando uma dimensão melhor ou pior, ou uma boa maneira de executar o trabalho. Dito de outra forma, sob o ponto de vista da atividade, reconhecemos que, por entre renormatizações, operam-se processos de subjetivação em meio a resistências e assujeitamento. Como nos lembram Guattari e Rolnik (2010 p. 155), “a questão micropolítica é a de como reproduzimos, ou não, os modos de subjetivação dominantes”.

Seguindo esse entendimento, ao pensar os trabalhadores em situação de trabalho, é de um Ser que está no devir que nos ocupamos, de um trabalhador que embarca nos devires que toda a atividade de trabalho implica, no emaranhado de linhas que a compõem (Amador, 2014). Por entre o plano das formas e o plano imanente das forças, podemos pensar, com Schwartz (2007), que é dentro do infinitamente pequeno do trabalho, que se encontram os maiores problemas do político, dos modos de existência coletiva, com o outro.

Dizemos com isso, que trabalhar é criar, coletivamente, meios para fazer viver o trabalho face aos imprevistos do real. Ou seja, como nos lembra Lhuillier (2013) a insuficiência das normas e as resistências postas pelo real, conduzem

a uma reavaliação das representações que orientam a atividade. Reavaliações sobre o trabalho que não poderão ser resolvidas apenas na esfera do indivíduo.

Isto é, conforme apresentamos, a expansão da potência de ação sobre si e sobre o trabalho, necessárias para a execução da atividade, não é atingida apenas por cada trabalhador individualmente. O trabalho como atividade implica a ativação de um plano coletivo. Coletivo esse, entendido para além da reunião de trabalhadores ou equipes de trabalho, mas, segundo demarcado por Clot (2013), um coletivo forçosamente heterogêneo. Nas palavras do autor, tal constituição, passa pela capacidade de debater as diferentes maneiras de trabalhar e de “inventariar as questões de ofício deixadas à margem”, ou seja, pela possibilidade de formularem perguntas aos seus modos de trabalhar.

Tal movimento é entendido por Clot (2013) como um cuidado do ofício e um operador de saúde no trabalho. Segundo o autor, a saúde pode ser perdida no meio profissional quando o ofício deixa de ser objeto de cuidado. Pois, não sendo “cuidado” pela organização do trabalho e por aqueles que o exercem, o ofício pode deixar de ser um recurso para a saúde e se transformar em fonte de doença. Citando Canguilhem, Clot (2013) afirma que a saúde passa pela possibilidade de criar entre as coisas relações que não surgiriam sem nós. Em outras palavras, o autor demarca, como já referimos, que somos feitos para fabricar contextos para neles vivermos, assim, quando essa possibilidade está diminuída ou impedida, apenas sobrevivemos submetidos a contextos profissionais, sem nos reconhecer naquilo que fazemos.

Com isso, entende-se que o trabalho pode ser operador de saúde. Para Clot (2013) o ofício é um operador de saúde no trabalho à medida que pode ser um objeto de incessante (re)construção partilhada pelos trabalhadores. Isto é, a melhor maneira de manter um ofício é também atacá-lo coletivamente para forçar seus limites face ao real da atividade, questioná-lo cultivando os afetos, as técnicas e as emoções que o mantêm vivo.

Se é o ofício que possibilita conectar o trabalhador a atividade, é o cultivo do ofício, pelo trabalho coletivo, a via que permite ao trabalhador se reconhecer como protagonista, mestre de seu fazer. Atacando, cultivando o ofício, aqueles que trabalham se servem da prescrição para viver outra história e, assim

fazendo, eles conservam um devir possível para essa prescrição, uma religação aberta na qual cada um pode tomar parte (Clot, 2013).

Nesse sentido, “trabalhar o ofício”, ou colocar o trabalho em análise, enquanto atividade, pode ser entendido como dispositivo clínico, ou seja, como nos afirmam Silva e Barros (2013), um modo de intervenção que têm como objetivo ampliar a vitalidade dos coletivos de trabalho e de seus recursos para a atividade. O quê, ao nosso ver, pode ser o lastro para se pensar a afirmação da política pública, enquanto abertura às forças do coletivo (Barros & Pimentel, 2012), conforme discorreremos no próximo capítulo. Sobretudo, por entendermos que, essa dinâmica, pode ocorrer nos espaços laborais através dos processos de trabalho já desenvolvidos, sem a interferência de um ‘especialista’.

“É que também se adquire bastante com os erros. Não erros assim, mas uma questão de aproximação. E esse é um dos motivos dessa reunião de educadores, entende, ela surgiu para a gente conversar sobre isso que o educador faz, as ferramentas que ele tem para trabalhar. É, porque, assim, o que o outro traz, vai nos nutrindo, porque não tem um script. As funções, as atribuições, até onde podemos ir? Papéis de mãe, pai, irmão mais velho, de professor? Não é algo escrito, mas vai se misturando, se formando.”

Em outras palavras, reconhecendo a atividade como processo vital que mantêm a vitalidade do ofício no movimento incessante entre gênero e estilizações, coletivo e singular, Clot (2010) afirma que a atividade não se limita a um objeto de estudo, mas torna-se também um dispositivo clínico. Ou seja, a análise do trabalho visa, antes de mais nada, apoiar os coletivos nos seus esforços de ampliar seu poder de agir. Dessa forma, entendendo que a ampliação do poder de ação passa pela ativação de uma dimensão coletiva, por entre contribuições da história comum do gênero e estilizações de cada trabalhador, tal movimento permite pensar a atividade como uma zona de criação. Isto é, comporta a potência de transformar o próprio ofício ao criar meios para fazer viver o trabalho. E, assim fazendo, também transforma o sujeito trabalhador, à medida que expande o seu poder de agir não só sobre o meio como, ainda, sobre si mesmo.

Nessa direção pensamos, ainda, que o próprio exercício do trabalho, pode operar um efeito clínico, isto é, enquanto experiência de desvio, entendendo Clínica como *Clinamen*:

O sentido da clínica, para nós, não se reduz a esse movimento de inclinar-se sobre o leito do doente, como se poderia supor a partir do sentido etimológico da palavra derivada do grego *klinikos* derivada do grego *klinikos* (“que concerne ao leito”; de *klíne*, “leito, repouso”; de *klíno* “inclinar, dobrar”). Mais do que essa atitude de acolhimento de quem demanda tratamento, entendemos o ato clínico como a produção de um desvio (*clinamen*), na acepção que dá a essa palavra a filosofia atomista de Epicuro (1965). Esse conceito da filosofia grega designa o desvio que permite aos átomos, ao caírem no vazio em virtude de seu peso e de sua velocidade, se chocarem articulando-se na composição das coisas. Essa cosmogonia epicurista atribui a esses pequenos movimentos de desvio a potência de geração do mundo. É na afirmação desse desvio, do *clinamen*, portanto, que a clínica se faz (Barros, Benevides de Barros & Passos, 2001, p. 93).

Ato clínico pode, assim, ser pensado como produção de um desvio que permite aos trabalhadores experimentarem uma bifurcação produtora de novidade. Se, no encontro com o real, os trabalhadores se defrontam, sempre, com o inantecipável, este encontro é também uma abertura ao que ainda não foi feito no/do trabalho e deles mesmo. E, nessa direção, a análise do trabalho, enquanto atividade, amplifica o que já acontece no próprio processo de trabalhar.

Barros e Passos (2004) entendem assim, a experiência Clínica, como a possibilidade do sujeito se (re)encontrar no plano da subjetivação, plano da produção micropolítica, que é o plano do coletivo. Coletivo este que diz respeito ao plano de produção, plano coletivo de forças, no qual lidamos com o que é da ordem do impessoal. E aqui, reencontramos a atividade, uma fonte permanente de recriação de novas formas de viver, de viver com o outro que se opera, também, a partir de um plano coletivo, que passa sempre pela ativação da instância impessoal do ofício no horizonte de uma expansão do poder de agir.

Como nos lembram Teixeira e Barros (2009) “esse ‘poder de agir’ tem se mostrado como um operador conceitual importante na Clínica da Atividade, pois afirma o potencial inventivo próprio da vida, que no trabalho humano não se deixa aprisionar pela lógica capitalista”. Com isso, a análise do trabalho, enquanto atividade, em conexões com a micropolítica, sinaliza a possibilidade de desvios por entre as forças de assujeitamento, deslocando territórios e abrindo-se ao fluxo do co-engendramento de linhas que nos constituem.

Se tomar o trabalho como atividade, consiste em acompanhar o traçado das problematizações que os trabalhadores tecem aos seus modos de trabalhar, por entre os imprevistos e as restrições com os quais se deparam no trabalho em situação (Amador & Barros, 2011), e, tendo em vista que, no lastro de um coletivo, tais problematizações podem ser potencializadas, produzindo novos modos de trabalhar, é nessa direção que entendemos possível atingir um plano de análise que chamamos de crítico-clínico.

Crítico por se aproximar da problematização das verdades constituídas, desestabilizando o presente imbricado nas tramas do trabalho atravessado pelas modulações do capitalismo contemporâneo, conforme já sinalizado no início dessa dissertação. Tratando-se do trabalho na esfera da Assistência Social, implica, ainda, considerar que tais modulações interferem, de modo peculiar, no trabalho em políticas públicas. Isto porque, pela via do trabalho enquanto atividade, ao acompanhar o traçado de problematizações referentes aos modos de trabalhar, junto aos trabalhadores, pode-se colocar em questão como se produzem, tanto exercícios de biopoder, de regulação da vida, quanto de resistência e desvio no e pelo trabalho em meio as renormatizações que dão consistência a determinados modos de operar a política pública.

Tal movimento, passa, assim, pela desnaturalização do instituído que, ao nosso ver, pode ser atingida pela análise do trabalho como atividade. Como nos aponta Clot (2013) o desenvolvimento da história comum do ofício, “tem como horizonte o desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos sobre a organização do trabalho, para além da organização do trabalho; sobre a instituição, para além da instituição”. Nessa direção, entende-se (des)envolver como ultrapassamento de um plano de normatividade estabelecida, recriando meios para fazer viver o trabalho num processo que transita por entre normas e (a) norma (Amador & Fonseca, 2014).

O desafio, então, transita pela possibilidade de desvios que façam vazar as multiplicidades que compõem o campo social e o trabalho nessa esfera de atuação, na direção de diferentes modos de trabalhar/viver que abram brechas nas molaridades dominantes e contemplem processos coletivos singulares, operados em âmbito micropolítico.

3. TRABALHO NA POLÍTICA (PÚBLICA) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE O PODER SOBRE A VIDA E A VIDA CONTRA OS PODERES

Na engrenagem do SUAS o foco de atenção do trabalho deve ser a família, com situações de vulnerabilidade, risco/e ou violação de direitos, o território a base da organização das ações e, as pessoas atendidas, protagonistas, tanto na construção da política, nos espaços de controle social, quanto, no processo de acompanhamento psicossocial. Para a realização dessas ações, prevê-se um trabalho interdisciplinar, intersetorial, e, no âmbito da Proteção Social Especial, ainda, especializado. Tais diretrizes, ao mesmo tempo que buscam consolidar a execução de um trabalho profissionalizado na esfera de Assistência Social, vêm impulsionando questionamentos, evidenciando uma linha tênue, entre cuidado e controle, entre proteção e Judicialização.

Em nome de trabalhar pela Proteção Social que, segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), são formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros, em decorrência de certas vicissitudes da vida, e implicam a maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, corre-se o risco de trabalhar numa sintonia fina com a Judicialização. Isto é, em um movimento no qual o Poder Judiciário não só se torna instituição mediadora do viver, por atuação de seus operadores diretos (juízes, promotores), como por uma capilarização das funções do tribunal às diversas esferas do cotidiano (Nascimento, 2012). Temática essa, crucial e chave no trabalho da Assistência Social, principalmente a partir do SUAS, a qual retomaremos no segmento do capítulo.

Nesse lastro, entendemos ser, ainda, fundamental, pensar a atividade, foco desse estudo, tecida nas tramas do trabalho enquanto “produção social, histórica, capitalista, subjetiva, inscrita em jogos de poder que se redefinem nos movimentos que articulam e desarticulam capital, trabalho e subjetividade” (Trein, Tittoni & Prudente, 2013, p. 56). Trata-se de pensar o trabalho social engendrado na emergência de uma *questão social* no bojo do capitalismo, pois, o campo social, frequentemente, tomado como um *a priori*, é pensado por Silva

(2005), e no contexto desta dissertação, como um objeto produzido a partir de um conjunto de práticas humanas que não cessa de se transformar ao longo do tempo. Consiste em um campo que começou a se esboçar no decurso dos séculos XVIII-XIX, na aurora da Revolução Industrial, em função de um novo tipo de relação entre a questão do trabalho e da pobreza, que conduziu a uma objetivação do social enquanto um novo domínio de saber.

A emergência de um novo domínio de saber, é correlata a constituição de um quadro profissional especializado para atuar nesse campo, aos quais Guatarri e Rolnik (2010) denominam trabalhadores sociais (jornalistas, psicólogos, assistentes sociais, educadores e etc). Situam-se, assim, duas indagações-chave, a saber: primeira, os trabalhadores operadores de Políticas Públicas atuam em uma fronteira tênue, na qual, por um lado, configuram plano de intervenção do Estado *sobre* as populações, envolvendo, por outro, o desafio de produzir política pública *com* as populações¹². Nesta direção, argumentam Barros e Pimentel (2012), afirmando que a política pública não é garantida pelo fato de ser estatal, ela só se faz pública na aliança com as forças do coletivo, exigindo um trabalho de construção de um *plano comum* entre seus operadores. Plano este que pode ser produzido no exercício do trabalho enquanto atividade.

Essa questão se liga a segunda indagação: os trabalhadores da Assistência, assim como advertem Guatarri e Rolnik (2010) a respeito dos trabalhadores sociais, encontram-se em uma encruzilhada crucial, qual seja, ou trabalham para potencializar processos e agenciamentos que possibilitem singularizar ou para o jogo de reprodução, este articulado pelas forças sociais que, hoje, administram o capitalismo e que têm a produção de subjetividades como uma de suas principais produções¹³.

¹² Tal questão se cruza com as perguntas do Projeto Trabalho-Subjetivação e Clínica – Análises nos Setores da Justiça, Assistência Social e Comunicação, desenvolvido pelo grupo NPISTAS, ao qual esta dissertação se vincula.

¹³ A ideia de uma subjetividade de natureza fabricada, modelada, recebida, consumida é trabalhada por Guattari (2010) no bojo do que o autor designa Capitalismo Mundial Integrado (CMI) que para além da sujeição econômica, ocupa-se também da sujeição subjetiva. Para Guattari (2010), o capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque tende a agir de forma que nenhuma produção, nenhuma atividade humana, fique fora do seu controle. Uma poderosa fábrica capitalística que funciona na produção de subjetividade da sociedade e dos indivíduos, articulados uns aos outros segundo sistemas de valores e submissão que não são explícitos.

Na máquina de produção da subjetividade capitalística, Guattari e Rolnik (2010) destacam três funções articuladas: a *culpabilização*, a *segregação* e a *infantilização*.¹⁴ Trata-se de procedimentos micropolíticos que dissolvem elementos de culpabilização dos valores capitalísticos, que, por sua vez, operaram a segregação através de categorias hierárquicas e a infantilização por meio de constante mediação do Estado. Procedimentos estes, que podem ser operados na rede de atenção no SUAS, emergindo, ao nosso ver, entrelaçados na produção de categorias de violação de direitos, que parecem definir e hierarquizar pessoas, populações e, assim, dar passagem a intervenção do Estado, colocando-nos interrogações sobre as fronteiras pouco espessas entre a Proteção e a Tutela. Dizemos com isso, que a prerrogativa de proteção social ativa, prevista no SUAS, que não submete o usuário ao princípio de tutela, mas à conquista de condições de autonomia, protagonismo, condições de convívio e socialização (PNAS, 2004) imbrica-se, no cotidiano dos serviços, com ações que transitam a borda e, por vezes, adentram a esfera de um trabalho tutelar podendo operar uma certa Judicialização.

Ao nosso ver, tais questões evidenciam o “espinhoso” campo de inserção dos trabalhadores sociais e a complexidade presente em seu trabalho. Tal dimensão, nos conecta, então, nesta dissertação, com as formulações foucaultianas a respeito da Biopolítica¹⁵. Assim, no presente capítulo, problematizamos sobre como o trabalho, enquanto atividade, nesse âmbito, pode ser operado em uma rede que entendemos como paradoxal, onde os trabalhadores da Assistência Social se vêm frente a um ‘mandato de cuidar da vida’, muitas vezes, participantes e ativos de verdadeiras tecnologias biopolíticas, de governo do vivo, de regulação da vida.

¹⁴ A culpabilização consiste em sempre propor uma imagem de referência *a partir da qual se questiona "quem é você?", "que etiqueta poderia classificar você?"*, que nos coloca na obrigação de assumir uma posição com o máximo de consistência, pois qualquer vacilação levaria a um buraco negro. Diretamente vinculada a culpabilização está a segregação, ambas pressupõem a identificação de qualquer processo com quadros de referência imaginários: sistemas hierárquicos onde os diferentes indivíduos e camadas sociais terão que se situar. Já a infantilização consiste em tudo que se faz, se pensa ou se possa vir a fazer ou pensar seja mediada pelo Estado- a infantilização dos loucos, de certos setores sociais ou de qualquer comportamento dissidente.

¹⁵ A Biopolítica, formulada por Foucault (2008) torna-se um conceito importante para pensarmos tanto os efeitos sobre o trabalhador da Assistência Social, quanto uma regulação da vida operada no fazer desse trabalhador.

Nessa direção, esse capítulo é movido por uma cena, por um trecho do diário de campo:

Em uma reunião de referência e contrarreferência, um técnico do CRAS traz, para a discussão, a situação de duas crianças identificadas como estando em risco a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Trata-se de um menino com onze anos e uma menina de quatorze anos, que parecem estar sem certidão de nascimento e nunca ter frequentado a escola. Identificou-se a situação, pois a menina foi buscar, outras crianças, no SCFV, e apresentou-se como cuidadora das mesmas. Por perceber uma situação de possível trabalho infantil doméstico a responsável pelo serviço fez uma escuta da menina, identificou a família e referenciou a situação para o CRAS. Ao ser relatada a história familiar, emergem questões, entre os trabalhadores, sobre como, ainda hoje, isso é possível? Como essa família não foi atendida por nenhuma política pública, como ‘escapou’ dessa rede? Com tais questões, nos perguntávamos: Se a família ‘escapou’, outras famílias são ‘capturadas’? Como essa família seria agora ‘capturada’? Como se opera o trabalho entre ‘escapes’ e ‘capturas’?

Poderíamos perguntar se aqui começaria um trabalho na Assistência Social? Justamente pelo ‘escape’? Nesse processo, se trataria de otimizar a rede, ‘tapar seus furos’, ‘apertar suas tramas’, ou repensá-la a partir daquilo que lhe escapa? O que isso tem a ver com o poder sobre a vida e vida contra o poder? Isto é, poderíamos tomar o ‘escape’ como uma indagação sobre como se tem produzido o trabalho nessa esfera? Há que se dar passagem criadora, problematizadora ao trabalho na Assistência Social a partir dessa situação?

Tais questões são por nós formuladas entendendo que, se por um lado, a analítica foucaultiana nos remete a uma governamentalidade contemporânea em cuja as tramas do biopoder (2008) parece que estamos todos enlaçados e capturados, por outro lado, a própria Biopolítica, nos permite pensar uma política de relação com a vida (Barros & Passos, 2004), que a perspectiva do trabalho como atividade nos possibilita interrogar.

Dizemos com isso que, ao tomarmos o trabalho pela perspectiva da atividade, no processo de renormatização e criação de normas, dimensões relativas a um controle biopolítico da população e, dos próprios trabalhadores, tornam-se muito passíveis de acontecer, sobretudo pela própria produção do campo social (Silva, 2005) e, nesse lastro, da natureza do trabalho nessa esfera.

Contudo, há, a todo momento, escapes a essa rede. Escapes, linhas de fuga que pedem problematização, as quais são cotidianamente produzidas pelos próprios trabalhadores. Dessa forma, não se trata de negar a construção histórica e as diferentes forças que atravessam esse campo. Diferentemente, trata-se de buscar, pela perspectiva do trabalho como atividade, interrogar como a história do trabalho, nessa esfera, continua a ser construída, e traçar elementos que possam dela desviar, ‘escapar’.

Tais questões ganham relevância, nessa dissertação, à medida que, com Foucault (1984), entendemos a emergência de uma arte de governar que conduziu, a partir do século XVIII, a uma governamentalização do Estado. Por *governamentalidade* o autor refere três eixos de entendimento. No primeiro eixo, pode-se entender que se trata de um conjunto de instituições, procedimentos, táticas, cálculos que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumento essencial os dispositivos de segurança. Com isso, o segundo eixo refere-se à tendência ocidental de preeminência desse tipo de poder, que se pode chamar de governos, sobre os outros – como soberania, disciplina - o que possibilitou a construção de aparelhos específicos de governo e um conjunto de saberes. Tal configuração, é entendida, então, como resultado do processo através do qual o Estado de Justiça da Idade Média, foi se tornando Estado Administrativo e sendo governamentalizado (Foucault, 2008).

Governamentalidade, não seria, portanto, a forma como diferentes governantes governaram no decorrer da história, e sim, a ‘racionalização da prática governamental no exercício da soberania política’ (Foucault, 2008, p. 4), entendida como arte de governar, a reflexão e o modo de governar o melhor possível. Para governar o melhor possível, a família passa a ser um elemento fundamental, não mais o modelo de gestão da família da Idade Média, mas tomada como segmento privilegiado dentro da população, na medida que, quando se quiser obter alguma coisa da população, é sobre a família que se deve incidir. De um lugar privado, a família passa a ser colocada na esfera do Estado. A partir do século XVIII é sobre ela que recairão diferentes campanhas: contra mortalidade, relativas a sexualidade e diferentes discursos: médico, pedagógico, psicológico e assistencial.

Trata-se do desenvolvimento da racionalização de uma arte de governar que, inserida no problema de grandes cidades, desdobra o desenvolvimento de uma ciência de governo e de uma economia política que ultrapassam a casa, transbordam os muros das grandes instituições e buscam alcançar a todos os grupos e indivíduos: "Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente no detalhe (Foucault, 1984, p.291)".

Numa sociedade que passa a ter novas configurações econômicas e sociais, os meios de governar passam também a convocar novas articulações. A Biopolítica da população e a anátomo-política do corpo são constituídas como tecnologias de poder no contexto de passagem do poder de soberania as artes de governar, ou a governamentalização do Estado. Com o advento das sociedades modernas, o crescimento da população, a necessidade de mão de obra para manter a riqueza e concorrência dos Estados, o poder do príncipe torna-se insuficiente. Assim, emergem novas técnicas de governo que ao contrário do poder de soberania, consistem em "fazer viver e deixar morrer".

Essa passagem do poder de soberania, ao poder sobre a vida, pode ser pensada como um pilar de sustentação da política moderna que vai sofrendo modulações que não se excluem, mas se complementam. Com isso, entendemos, que saberes como a estatística, diagnósticos populacionais, se somam aos saberes do poder disciplinar e conformam uma rede de relações de poder sobre a vida, o indivíduo, e a população, entendido como biopoder:

O conceito de biopoder trabalhado por Foucault aponta para uma nova perspectiva sobre as relações de poder entre o estado e os indivíduos. A racionalidade (bio)política incide sobre um elemento fundamental: a vida. Isso significa que o estado, em suas ações de governo sobre os indivíduos e sobre a população, apóia-se neste elemento e desenvolve uma série de intervenções políticas que vão configurar o que Foucault chamou de biopolítica (Fonseca, 2016 p. 78)

O controle dos indivíduos antes exercido através das grandes instituições, manicômio, hospitais, escolas, orfanatos, é complementado e potencializado pelo biopoder. Acompanhando um processo de transformação social, se fazia necessário gerir para além dos corpos individualizados, tornava-se necessário um poder que regulasse a população.

Nessa direção, na esteira do pensamento de Foucault, Silva (2005) opera uma desnaturalização do campo social, e nos fornece elementos para pensar

uma história que, ao nosso ver, não cessa de ser (re)constuída. Para entender como o social se constituiu como objeto de conhecimento e campo de atuação das ciências humanas, a autora propõe que passemos a tomá-lo como um problema. Tomar algo como um problema é passar a constituí-lo como uma multiplicidade de acontecimentos e práticas construídas por relações de forças num campo historicamente dado (Silva, 2005). É assim que tematizamos o trabalho social e, por ele, a emergência do trabalho na Política Pública de Assistência Social.

Silva (2005) aponta que cada formação histórica cria um campo de possibilidades de onde emerge uma configuração específica do social engendrando uma certa problemática que, por sua vez, implica um modo de intervenção e um novo arranjo da sociedade. Nessa direção, propõe pensarmos que o social é colocado em questão quando a sociedade não consegue mais regular algumas situações através de suas relações informais e cria espaços institucionais, aos quais vincula um corpo profissional especializado, para dar conta de tais "disfuncionamentos". Para melhor explicar essa construção, a autora se utiliza do exemplo das sociedades ditas "primitivas". Referindo o caso de idosos ou órfãos, lembra que nessas sociedades, os casos em tela, são reabsorvidos no próprio tecido das relações informais. Nesse sentido, Cruz e Guareschi (2012) nos lembram dos chamados filhos de criação, tão comuns em determinados momentos históricos, exemplo onde intervenções formais ainda não eram reconhecidas como necessárias para dar conta de crianças órfãos.

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se conceber uma primeira configuração do social começando a ser desenhada tendo como pano de fundo uma problemática no campo assistencial. Ao falar de uma primeira configuração do social, Silva (2005) se refere "as condições segundo as quais se atualizam um conjunto de práticas que levam a criação de determinados espaços institucionais, como asilos, hospícios, orfanatos". Esse arranjo se caracterizaria por um modelo denominado "social-assistencial" que tem como objetivo atender certos segmentos da população carente. Nesse modelo, a intervenção ocorre através da colaboração de instâncias religiosas e leigas (senhores da nobreza) e fica conectada a um vetor espacial: a pertença a um determinado território.

Assim como, a uma impossibilidade de a pessoa prover suas necessidades em decorrência da incapacidade para o trabalho.

Contudo, é só a partir do século XIX e ganhando contornos definidos na metade do século, que se pode falar da emergência de uma "questão social" propriamente dita, configurando-se como um problema específico. Essa questão emerge ligada ao fato político da democracia, que ao colocar em prática o ideal republicano, torna evidente a fratura entre duas ordens que inauguram o contexto moderno: por um lado, uma nova ordem jurídico-política, sustentada na ideia de direito do cidadão, concebendo uma soberania igual a todos e, por outro, uma ordem econômica, que estimula uma liberalização do mercado e pressupõe uma intervenção mínima do estado, a saber, o liberalismo.

A emergência dessa fratura, tendo como cenário uma reorganização do trabalho e um crescimento das cidades impulsionadas pela Revolução Industrial, coloca em evidência uma nova relação entre trabalho e pobreza, que ultrapassa o prover assistência aos incapacitados para o trabalho, anteriormente colocada em questão. A partir das transformações sociais, foi se criando a necessidade de "cuidar" dos "disfuncionamentos" que, antes, talvez, se dissolviam e se "resolviam" no cotidiano das interações entre os grupos da sociedade. Em um novo contexto social, esses "disfuncionamentos" crescem ameaçando tornar evidente as contradições do modo de produção capitalista (Silva,2005), e se tornam um problema para o Estado moderno.

Essa fratura marca, não só, a emergência da questão social como problema, mas o coloca indissociável de uma questão subjacente ao conjunto da sociedade capitalista, o pauperismo (Silva, 2005). Não o pauperismo que exigia uma intervenção pública no modelo "social-assistencial", dispensado para certas categorias da população. Trata-se, agora, de um "novo pauperismo" que cresce proporcionalmente ao crescimento da riqueza no modelo do capitalismo industrial.

Em meio a esse abismo crescente, nas sociedades modernas, se esboça uma segunda configuração que, paulatinamente, vai demarcando o social como um problema para o Estado e um objeto de conhecimento. Principalmente através da necessidade de controle do fenômeno das multidões que se

intensifica na Europa no século XIX e ameaçava uma certa ordem social: "o social se torna além de tudo, um objeto de conhecimento. Aí reside a principal diferença com relação a primeira configuração: a objetivação do social enquanto um domínio de saber (Silva, 2005, p. 26)."

Com Silva (2005), demarcamos que tais configurações não se restringem a uma dimensão cronológica. Trata-se de mostrar como um certo tipo de problema requer um modo de intervenção específico que exige por sua vez, um novo arranjo do tecido social entre as estratégias de poder e as técnicas de subjetivação que a atravessam. Produções e práticas, que como apontam Cruz e Guareschi (2012) geram marcas e produzem sujeitos, tais como famílias vulneráveis e instâncias de intervenção, como aplicação de medidas de proteção e, acrescentaríamos ainda, trabalhadores sociais. Com isso, pensamos que a emergência dessa nova configuração do campo social, enquanto saber, possibilita a profissionalização do trabalho social, e o produz atravessado e imbricado pelo capitalismo.

Com Foucault (1995) poderíamos dizer que se tratam de diferentes modos, construídos em nossa cultura, pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos. Dizemos com isso que, para o autor, e como aqui reconhecemos, não se trata de um poder coercitivo, mas de uma certa configuração de relações de poder que se estabelecem. Sobretudo, nas sociedades modernas, como já formulamos, trata-se de um certo modelo que prevalece em decorrência dessa nova forma política de poder que se constituiu: o Estado. Estrutura essa, que é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora. Isto é, uma combinação articulada das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização da população.

Pensando em território brasileiro, as reverberações da constituição de uma "questão social" teriam um início tardio em relação ao cenário mundial, tendo em vista que o Brasil, enquanto país capitalista periférico, ingressa tardiamente na revolução industrial. Cruz e Guareschi (2009) apontam os anos 30 como o período em que o Estado passou a interferir nas relações entre capital e trabalho a partir de ações na esfera social.

Até esse período, por exemplo, é possível identificar diferentes fases na trajetória brasileira: da filantropia caritativa à higiênica, disciplinadora, pedagógica profissionalizante, vigiada e de clientela. Essas ações eram evidenciadas na catequização e tutela das crianças indígenas, separadas dos pais e levadas para Instituições Católicas e nas práticas do modelo de esmola, da Irmandade de Misericórdia, que consistia em dotes aos órfãos e caixões para enterrar os pobres. Nesta mesma lógica, foram fundadas diversas Instituições nas principais cidades do país, que acresciam ações de albergagem, alimentação e precários atendimentos de saúde a escravos e homens livres; assim como, a criação das primeiras Rodas dos Expostos, nas Santas Casas de Misericórdia, onde eram acolhidos os órfãos da sociedade, nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro. É através da regulação dessas rodas, já em um Brasil independente, que se perdia um caráter apenas caritativo das práticas para inaugurar uma fase filantrópica, associando público e privado. Uma lei chamada "Lei do Municípios", em 1828, incentiva a iniciativa privada a assumir a tarefa de criar as crianças abandonadas entrando o governo com verba para manutenção dos estabelecimentos (Cruz & Guareschi, 2009). Pensando a atual configuração da Assistência Social, nos questionamos o quanto esses modelos ainda se fazem presentes, tendo em vista que grande parte da rede de serviços, principalmente de acolhimento institucional, por exemplo, é executada a partir de convênios com entidades religiosas.

A semelhança do que vimos emergir na Europa do século XIX é com a intensificação do processo de industrialização, mas com marcas da história colonialista e escravocrata, que se assiste, no início do século XX, a emergência de uma questão social no Brasil e um movimento de intervenção do Estado na área social. As transformações impulsionadas pelo fim da escravidão, estabelecendo novas relações de trabalho com meio milhão de homens livres; somadas a intensificação da imigração europeia que vinha com a intenção de substituir a mão de obra escrava, acarretaram uma saturação do mercado de trabalho. Com isso, as cidades cresceram de forma desordenada sem políticas sociais proporcionais em termos de saúde e educação, com um aumento da pobreza e da violência. Nesse cenário, a intervenção social que, anteriormente

era relegada apenas a Igreja, passa a exigir outras ações (Cruz & Guareschi, 2009).

No contexto da Segunda Guerra Mundial, em 1942, surge a Legião Brasileira de Assistência – LBA, inicialmente organizada para prestar assistência a soldados e suas famílias, passa a ser o órgão coordenador dos serviços e ações assistenciais no âmbito nacional. Este órgão institucionaliza o que se convencionou chamar de “primeiro damismo”, pois era coordenado pelas mulheres dos presidentes; e institui a ação social como ato de boa vontade, não de direito, sendo executado por mulheres voluntárias (Cruz & Guareschi, 2009), demarcando uma lógica na configuração ainda social-assistencial.

Com isso, a Política de Assistência Social, na configuração que, atualmente reconhecemos, emerge no lastro das lutas no cenário de reabertura democrática do país, pós ditadura militar, que em meados dos anos 80, fortalecem os movimentos sociais. Cenário que aumenta a importância do papel do Estado e das instituições sociais, visando o fortalecimento da democracia com a criação de conselhos, fóruns de negociação entre governo e sociedade civil, que culmina com a promulgação da chamada Constituição Cidadã de 88, na qual a Assistência Social passa a ser garantida como dever do Estado e direito do cidadão.

Cabe destacar, como nos lembram Cruz e Guareschi (2009), que esse período foi paradigmático e paradoxal no que diz respeito a nova configuração do cenário político, econômico e social no Brasil. Se por um lado, se fortalecia a democracia e o entendimento da importância de políticas públicas. Por outro, em decorrência da crise econômica, iniciou-se um processo de recessão na tentativa de diminuir a inflação e retomar o crescimento, tendo como eixo uma centralidade no campo econômico em detrimento do social.

Neste cenário, o Brasil já estava sendo agitado pelos "ventos do neoliberalismo", chegavam ao país as recomendações já estruturadas pelos organismos internacionais, pautando os princípios das "novas formas da gestão dos riscos sociais", a política social focalizada e a centralidade na família (Mioto, 2014, p.6). Dessa forma, não só as lutas pelos direitos sociais fazem parte das condições de emergência das Políticas Públicas no Brasil, mas, também, o que

Foucault (2008) analisa como arte de governar neoliberal, uma política ativa e extremamente vigilante, que necessita da concorrência e das desigualdades sociais.

É nessa transformação social/construção histórica, intrincada nas modulações do capitalismo no neoliberalismo, que se constituem o emaranhado de instituições/normas que atravessam o trabalho social, hoje, no SUAS e que ganham vida pelo exercício do trabalho como atividade. Com Schwartz (2000) poderíamos pensar que as diferentes configurações que foram produzidas em relação ao campo social, são matrizes de normas antecedentes que continuam provocando renormatizações, no trabalho, na atual Política de Assistência Social.

Nesse sentido, posicionamos nossa indagação em como esse governo da vida se produz por entre a atividade de trabalho, por entre prescrições e renormatizações, na gestão de imprevisibilidades, realizada através de debates de normas e valores (Schwartz, 2006), campo dinâmico da micropolítica nos processos de trabalho. Nesse sentido, a questão que se coloca refere-se a como essa regulação da vida se dá pelo plano da gestão do trabalho em situação, traçando linhas de reprodução, bem como de resistência em meio a relação de forças no campo social? E mais, como isso se dá por entre as relações, pelo contato entre trabalhadores(as)-usuários(as) do serviço e entre os próprios trabalhadores?

Para potencializar nossa analítica, recorreremos, ainda, ao Curso *O Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), no qual Foucault (2008) focaliza suas pesquisas na análise das novas formas de controle biopolítico, segundo o eixo das economias de mercado, o liberalismo e o neoliberalismo e nos auxilia a pensar como esse processo ocorre no e pelo trabalho. Neste, encontramos algumas análises que nos convocam a pensar como essa Estrutura de relações de poder, denominada Estado, compõem técnicas e procedimentos que produzem um modelo de subjetivação pela via de uma regulação da vida ao constituir o *Homo economicus* como grade do homem moderno.

Tais análises, são formuladas por Foucault (2008) a partir do neoliberalismo norte-americano, assim como o ordoliberalismo alemão. Para o autor, estas

políticas econômicas emergem no contexto Pós-Guerra e em oposição aos pactos desse período, a política Keynesiana (que poderíamos dizer que ficou conhecida como “Estado de Bem Estar Social”) e ao crescimento da administração federal através de programas sociais e econômicos. Nessa oposição, caracteriza-se como uma maneira de ser e pensar, um tipo de relação entre governantes e governados, ‘muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados (p.301)’. Um modo de ser e pensar que vai se difundindo por países que se aproximam da política neoliberal. Dentre os quais, podemos pensar o Brasil, como já citado, principalmente no período de redemocratização do país.

Para a análise desse neoliberalismo norte-americano Foucault (2008, p. 302) localiza dois elementos: a teoria do capital humano e o programa da análise da criminalidade e delinquência. Na análise da teoria do Capital humano, o autor ressalta que para os neoliberais, trata-se de introduzir, em termos econômicos, um campo que até então era considerado não-econômico, o trabalho.

Conforme Foucault (2008), a economia clássica, desde Adam Smith até Karl Marx, “nunca analisou o trabalho propriamente, ou antes, empenhou-se em neutralizá-lo, e em neutralizá-lo restringindo-o exclusivamente ao fator tempo” (Foucault, 2008, p.303). Assim, o trabalho era somente analisado em seu aspecto quantitativo e temporal. Na crítica a economia clássica, a Teoria do Capital Humano opera uma mutação epistemológica da economia. Ou seja, propõem mudar o que havia até então sido o objeto, o domínio de objetos, o campo referencial da análise econômica: o estudo dos mecanismos de produção, dos mecanismos de troca e dos fatos de consumo.

Diferentemente dos economistas clássicos, as proposições neoliberais inserem o trabalho na análise econômica destacando que o estudo de como os indivíduos fazem a alocação desses recursos, deve ser o quadro geral. Citando Robbins, que considera um dos fundadores da doutrina neoliberal, Foucault (2008, p. 306) aponta que a “economia é a ciência do comportamento humano, a ciência do comportamento humano como uma relação entre fins e meios raros que tem usos mutuamente excludentes”.

Trata-se de pensar o comportamento enquanto objeto da economia, o que conduz a pensar o trabalho a partir do ponto de vista de quem trabalha. Ou seja, consistem em estudar o trabalho como conduta econômica, tomando-o enquanto conduta aplicada, racionalizada e calculada por quem trabalha. O trabalhador passa a ser um sujeito economicamente ativo, e não apenas um objeto de oferta e procura (Foucault, 2008, p. 308): “Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, uma competência;(…) e, por outro lado, uma renda, isto é, um salário ou melhor ainda, um conjunto de salários(…) um fluxo de salários.”

Nesse entendimento, Foucault (2008) aponta que o trabalhador passa a ser visto como uma máquina, ou melhor, a competência do trabalhador é uma máquina que vai produzir fluxos de renda:

De modo que se deve considerar que a máquina constituída pela competência do trabalhador(...) por competência e trabalhador individualmente ligados vai, ao longo de um período de tempo, ser remunerada por uma série de salários (...) sendo salários relativamente baixos a medida que a máquina começa a ser utilizada, depois vão aumentar, depois vão diminuir com a obsolescência da própria máquina ou o envelhecimento do trabalhador(...).

No decorrer dessa análise, Foucault (2008, p.311) situa o retorno do *homo economicus*, que passa a ser compreendido como um ser que responde as exigências do mercado, um empresário de si mesmo: “(...) sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo sua fonte de renda”. Distanciando-se do homem como parceiro de troca da análise Clássica, na engrenagem neoliberal, o trabalhador é tomado como um empresário de si mesmo.

Contudo, enquanto no liberalismo, buscou-se manter a liberdade do mercado, sem produzir grandes distorções sociais, no neoliberalismo, a racionalidade do mercado passa a buscar para além da economia. É preciso regular a família, o indivíduo, a vida, a delinquência. “Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial (Foucault, 2008, p. 201)”.

O desafio passa a ser, então, manter os indivíduos sob um controle capaz de garantir a concorrência e o funcionamento da dinâmica de mercado. Para

tanto, por um lado, afirma-se o direito de ser diferente e enfatiza-se tudo aquilo que reafirma identidades individuais. Dentro de uma referência de normalidade, a “ biopolítica é uma política aplicada sobre a vida pela instauração da norma em nome de uma racionalidade política econômica, o liberalismo (Amador e Barros, 2011) e o neoliberalismo.

Conforme Foucault (2008), é no *homo economicus*, estão as condições de fortalecimento de um Estado neoliberal, pois este é um homem governável, capaz de autocondução e autogestão. Em outras palavras, podemos dizer que o poder disciplinar sobre o homem que trabalha é, sobretudo, operado, agora, pelo próprio trabalhador sob efeitos de uma norma, de um modelo, um certo arranjo que produz o sujeito.

Ao se dirigir (a si próprio) e estando imerso nas redes que o constituíram, tenderá a agir da mesma maneira sobre as condutas e os desejos dos outros. Tais condutas serão sempre legítimas para o próprio Estado que as criou, que as possibilitou e que as inventou. A competição instaurada entre indivíduos formados nessa ordem estruturante é uma das estratégias para que a dispersão não ocorra e para que o perigo da multiplicidade seja transformado em risco controlável. Ao mesmo tempo em que a multiplicidade se torna uma estratégia interessante para que o neoliberalismo possa se firmar como forma de organização e de distribuição de recursos e de formas de vida, ela também se constitui como uma ameaça à governamentalidade de um tipo de Estado. A multiplicidade toma formas e proporções distintas, adentra movimentos e é desejada por aqueles tidos como em situação de risco por estarem em posições distintas e ameaçadoras dentro de uma curva de normalidade. (...) A questão parece estar na produtividade da multiplicidade para os Estados que partilham formas de vida engendradas em princípios globalizados (Lopes, 2009)

No lastro das contribuições Foucaultianas, podemos pensar que a emergência do Estado, como matriz moderna da individualização e da totalização, produz, pelo arranjo de suas técnicas, tanto um certo homem-trabalhador, capaz de regular a si mesmo, bem como, campos específicos de trabalho, nos quais podemos inferir a esfera da Assistência Social, para que esse novo sujeito auto-governável possa também incidir sobre a população. Dessa forma, o trabalhador da Assistência, pode se deparar com a imposição de atuar como instrumento do capitalismo contemporâneo para produção de capital Humano, ou mesmo, fazendo a gestão de misérias necessárias (Oliveira & Herckler, 2013).

Com tais formulações, tomar o trabalho pela via da atividade, implica, assim, considerar, que o trabalho social está imbricado com as configurações do trabalho na esteira do capitalismo contemporâneo, considerando que as modulações do capitalismo vêm constituindo não só o trabalho na esfera social como, também, modos de trabalhar e subjetivar, neste âmbito. Frente a isso, ao problematizar o fazer no âmbito da Assistência Social, tecemos nossas análises atentos aos modos como o neoliberalismo se expressa¹⁶ nos modos de organização do trabalho, e na execução das políticas públicas, pensando as mudanças geradas no campo social e na gestão do processo de trabalho neste âmbito.

Nessa esfera, intrincada com a grade de análise econômica do *Homo economicus*, marcada pela dinâmica da concorrência, operando pela norma, na qual a tendência é de fragmentação dos coletivos e fortalecimento das lógicas individuais, o “lugar de trabalhador também é colocado sob a vigilância e o zelo estatal enquanto representante do poder público (Trein, Tittoni & Prudente, 2013, p.58)”.

Contudo, pela perspectiva da atividade, podemos inferir que o biopoder, enquanto configuração de uma determinada norma, embora, também, se imponha no e pelo trabalho social, ele não o determina. Ou seja, trabalhar pela perspectiva da atividade é, também (des)envolver-se de normatividades estabelecidas face as provas enfrentadas pelo real. Nessa direção, pensamos a gestão dos processos de trabalho, nessa esfera, operando na fronteira entre a reprodução de modelos de produção de subjetividade capitalística e as possibilidades de singularização.

Trazemos tais formulações, nessa dissertação, sobretudo, por entendermos que a atividade, na Assistência Social, é tecida em um campo de tensão, de relações de poder, que se produz em meio ao trabalho em políticas estatais ditas públicas, ou seja, que “[...] da política de governo à política pública não há uma passagem fácil e garantida (Benevides & Passos, 2005, p.391)”. Em outras palavras, ao tomar o trabalho como atividade, no âmbito da Assistência Social, entendemos que ele é operado em uma zona de tensão agonística

¹⁶ Entendemos expressão também como produção.

(Neves & Heckert, 2010), por entre as normas que compõem um Plano relativo a Política de Estado – que podemos entender como Molar por compor uma institucionalidade – bem como, por entre as resistências e ‘escapes’, no cotidiano laboral, face ao real do trabalho que, forçam o trabalhador a pensar.

De acordo com Barros e Pimentel (2012) as Políticas de Estado são constituídas por determinadas linhas, programas e projetos que não podem ser modificadas pela alternância de governantes, enquanto as Políticas de Governo podem sofrer quebra de continuidade, por serem articuladas a partir de uma determinada conjuntura de forças políticas que assumem, temporariamente, o aparelho do Estado. Assim, reconhecemos que o SUAS na máquina do Estado pode ser pensado como estando intrincado em relações de poder expresso em programas, projetos, burocracias, instâncias e esferas de governo político enquanto política de Estado.

Por outro lado, não há dúvidas de que o SUAS é uma conquista nascida das lutas pelos direitos sociais que ganham estatuto constitucional, necessários para garantir sua continuidade e o trabalho de atores concretos e engajados em práticas locais. Nessa afirmação, queremos dizer que, entendemos o processo de construção de uma política pública, para além de programas, serviços e portarias ministeriais, “construir políticas públicas na máquina do Estado exige todo um trabalho de conexão com as forças do coletivo, com os movimentos sociais, com as práticas concretas no cotidiano dos serviços (Benevides & Passos, 2005, p.391)”, pelo exercício do trabalho como atividade.

O que queremos ressaltar é que não podemos negligenciar que o advento do Estado moderno se faz em um contexto marcado pelo desenvolvimento do capitalismo, produzindo postos de trabalho nas políticas de Estado e um modo de subjetivação do sujeito-trabalhador. Mas o que move a análise aqui proposta, concerne a pensar a atividade dos trabalhadores sociais, no que se refere a especificidade do trabalho em Políticas Públicas, reconhecendo o tênue fio que separa a captura política pela máquina estatal e a política efetivamente tornada pública no cotidiano com as populações, pelo trabalho que com elas se realiza, pelas provas enfrentadas pelos trabalhadores sociais quando da gestão das variabilidades do meio pelas decisões que os trabalhadores tomam e pelos atos

que afirmam no trabalho. Ou seja, referimos política pública pensando que a condição de sua constituição não está garantida pelo fato de ser estatal, é pela abertura às forças do coletivo que entendemos a possibilidade de sua incessante (re)construção. Coletivo que está implicado, sempre, como dimensão no processo do trabalho enquanto atividade.

Para Barros e Pimentel (2012) o caráter público das práticas, serviços, projetos e programas se faz quando expressam interesses coletivos, que se opõem ao funcionamento particularizante com seus totalitarismos e individualizações, tão presentes na maquinaria estatal. Tais autores, apontam que trabalhar com políticas, que se pretendem públicas, passa pela construção de um plano comum. Trata-se, de "construir coletivamente estratégias de transformar para conhecer uma realidade que se constitui a partir de semióticas singulares, é incluir diferentes protagonismos (p.12)" entre trabalhadores, entre trabalhadores e usuários, entre uma norma e outra norma.

Nessa direção, no lastro da cena que inaugura esse capítulo, não poderíamos pensar aquelas famílias que 'escapam' como problema capaz de reinventar o próprio trabalho na Assistência Social? Isto é, será que não é a rede que tem que se repensar?

Cabe destacar, que a dimensão coletiva, apontada pelas autoras, e como aqui entendemos não se trata de uma oposição dicotomizante indivíduo/sociedade. Trata-se sim, de uma abertura à composição de singularidades, acolhimento à multiplicidade de encontros que não se fecha a um conjunto de pessoas, refere-se à capacidade de diferir, de um certo modo de viver junto na diferença (Barros & Pimentel, 2012). Com isso, constituir, cotidianamente, política pública, implica, também, deixar emergir as tensões, controvérsias, sustentar diferenças que desacomodam o instituído, deslocam saberes e modos de fazer, pensar, sentir.

Por esta razão entendemos que a análise do trabalho, na Assistência Social, sob a perspectiva da atividade, possibilita acompanhar os modos como os trabalhadores sociais enfrentam o desafio de produzir políticas, modos de relação como o outro, em âmbito local, em meio a uma encruzilhada de forças por entre Políticas de Estado, de Governo e Pública, remetendo-nos a uma

dramática sempre presente no exercício desses profissionais. Dramática que diz respeito à esfera coletiva do outro, esfera com o outro que é feita de imprecisões, de vazios de normas que aguardam por novos agenciamentos de forças.

Sobretudo, trata-se de pensar modos de gestão do trabalho, enquanto atividade, em meio a capturas em formas de regulação da vida, e por entre processos de desvios ou ‘escapes’ a essas formas, em singularizações produzidas no encontro entre trabalhadores, pessoas atendidas, gestores. Assim, reafirmamos o interesse em pensar o fazer a partir das Clínicas do Trabalho, especialmente com a Clínica da Atividade e com a Ergologia, pois, ao nosso ver, o trabalho tematizado como atividade, implica a ativação de um plano tecido coletivamente, conforme formulado no capítulo anterior.

3.2 Os CREAS: espaço de trabalho social especializado

“ – Estávamos conversando com uma residente que ficou quatro meses aqui no CREAS. E ela falou uma coisa básica, mas que eu nunca tinha me dado conta. Ela disse assim: ‘que estranho né, me chama a atenção que na Assistência Social o nível especializado não é que nem, por exemplo, especializado da saúde, vai para o hospital, que têm profissionais com outras especialidades, outros recursos tecnológicos’. (...). Que nós assim é sempre a psicóloga e a assistente social, né. Claro, o advogado é que faria uma diferença. Mas assim, né, no grosso é isso. Então, por exemplo, a gente numa reunião com a Básica de referência e contrarreferência, esses casos que eles querem encaminhar pra nós, que a gente até entende, que faz um sentido em algum lugar. Mas na verdade, (...), se fosse uma leitura sincera, não faz o menor sentido .”

Por entre as múltiplas normas que atravessam o trabalho social, a partir das configurações do SUAS, uma nova norma se coloca para ser gerida pelos trabalhadores na Assistência Social: o trabalho social especializado. Contudo, a partir da problematização trazida pelos trabalhadores, poderíamos pensar uma certa imprecisão nas normativas de trabalho no CREAS? E ainda, tal condição, apontaria para uma certa permeabilidade na execução desse trabalho?

A partir da Constituição de 88, a construção de normativas operam uma ampliação do escopo do campo da Assistência Social, visando atingir e trabalhar

estados de sofrimento, exclusão, vulnerabilidade, discriminação, dentre outros (Teixeira, 2010). Tal ampliação, cria, na esteira do SUAS, novos espaços institucionais, constituindo os CREAS, como Centros de Referência Especializados de Assistência Social, aos quais vincula um corpo profissional específico¹⁷: um coordenador, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um advogado, quatro profissionais de nível superior ou médico (abordagem) e dois auxiliares administrativos (NOBRH/SUAS,2006).

Conforme as normativas da Política de Assistência Social, o trabalho no SUAS, deve estruturar-se através do desenvolvimento de dois níveis de ação: A Proteção Social Básica (PSB), executada através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), devendo desenvolver ações, sobretudo, de prevenção a situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

E a Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC). Esta última, configura a rede de serviços para acolhimento institucional, buscando garantir a proteção integral de famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e/ou comunitários rompidos para famílias.

Já no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC), compondo a engrenagem do SUAS, os CREAS configuram-se como unidades públicas estatais, de abrangência municipal ou regional, de acordo com o porte dos municípios. Tais equipamentos foram concebidos para se constituírem como referência para a oferta de trabalho social especializado a famílias e indivíduos que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS, em decorrência de situações de risco pessoal ou social por situação de violação de direitos, tais como: violência física e sexual, trabalho infantil, situação de rua, ato infracional, dentre outras (Orientações Técnicas CREAS, 2011).

Dessa forma, poderíamos pensar que o que orienta o trabalho social especializado, não são os recursos dos quais ele dispõe, mas a complexidade da demanda a qual ele deve acompanhar? Com isso, ao tomar o trabalho como

¹⁷ Trata-se da equipe prevista para municípios com Gestão Plena da Política, considerando a capacidade de atendimento para 80 pessoas.

atividade, indagamos como são operados os modos de intervenção, nesse contexto, por entre normatizações e renormatizações cotidianas, face a prerrogativa de trabalho social especializado conectado à violação de direitos? Como a gestão do processo de trabalho, com tal normativa, opera por entre resistências e regulação da vida?

Tais questões são por nós formuladas, considerando, ainda, que, nesses espaços institucionais, está previsto a execução de três serviços principais: Serviço de Proteção e Acompanhamento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado de Abordagem Social e Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009).

O PAEFI deverá desenvolver-se como serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e/ou indivíduos com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos em decorrência de:

Violência física, psicológica e negligência; - Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; - Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;- Tráfico de pessoas; - Situação de rua e mendicância; - Abandono; - Vivência de trabalho infantil; - Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; - Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; - Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos." (Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, 2009)

O Serviço de Abordagem Social¹⁸ consiste em trabalho social de abordagem e busca ativa, de forma continuada e programada, com a finalidade de identificar e acompanhar, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua moradia, dentre outras. Já o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de

¹⁸ Cabe destacar que, no município de Porto Alegre, O Serviço de Abordagem Social subdivide-se em Abordagem Adulta e Abordagem de Crianças e Adolescentes. Esta última, executada por equipes de trabalhadores contratados por entidades da sociedade civil, conveniadas, que devem trabalhar sob a gestão dos CREAS. Estas equipes realizam o acompanhamento de famílias como crianças/adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil. São compostas por um articulador institucional, dois técnicos sociais e quatro educadores sociais que complementam a equipe do CREAS preconizada pela NOBRH (2006).

Medida Socioeducativa em Meio Aberto, tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas, determinadas judicialmente, em decorrência de ato infracional que não justificam medidas em meio fechado.

Ribeiro (2010) coloca que até a criação dos CREAS os serviços existentes nessa linha de atenção, apresentavam um histórico de programas fragmentados e descontínuos, divididos por segmentos (crianças, adolescentes, idosos) e/ou por tipo de demanda, propensos ainda as instabilidades da política governamental. Nesse sentido, os CREAS passam a ter o desafio de fazer coexistir diferentes programas socioassistenciais que possuíam pouca ou, nenhuma, ligação entre si, buscando constituí-los enquanto serviços e reunindo-os em um único centro para garantir uma atenção especializada e continuada a famílias e indivíduos.

Para orientar a execução do trabalho no CREAS, em novembro de 2011, é publicado o Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS que, até o momento, é a referência oficial para o trabalho desenvolvido nos CREAS, definindo estratégias e modos de funcionamento. Esse documento aponta como necessário compreender o trabalho social, neste âmbito, a partir de três principais dimensões: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em Rede, que devem atuar de forma complementar.

A acolhida inicial tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida nos Serviços do CREAS e identificar demandas imediatas de encaminhamentos. Esse momento norteia as primeiras ações do profissional, bem como contribui para o início da construção de vínculo de referência e de confiança, lançando as bases para a construção conjunta do Plano de Acompanhamento. Cabe destacar, que dependendo da situação apresentada, esta acolhida pode ocorrer numa abordagem social na rua, por demanda espontânea, por encaminhamento da rede socioassistencial ou agenda por medida judicial como é o caso na prestação de medidas socioeducativas.

Já o acompanhamento dito especializado compreende atendimentos continuados e com algumas possibilidades de ferramentas de trabalho segundo

as demandas e especificidades de cada situação (atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; abordagem social continuada; visitas domiciliares, etc.). Esse acompanhamento deve oferecer espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídico-social às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando o enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiar e com o contexto social. Tem como ponto de partida a elaboração do Plano de Acompanhamento (Orientações Técnicas CREAS, 2011).

Face a complexidade das situações acompanhadas nos CREAS, envolvendo sempre violação de direitos, a elaboração de Planos de Acompanhamento convoca a articulações intersetoriais. Pois, frequentemente, as famílias/indivíduos, precisam acessar serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Nessa direção, segundo o caderno de orientações do CREAS (2011) a articulação em rede deve comportar, além de estudos de casos conjuntos, o planejamento e desenvolvimento de atividades compartilhadas. Tais atividades, podem ser pensadas, desde as ações focadas no plano de uma família/indivíduo, quanto ações coletivas de intervenção no território, e de vigilância socioassistencial, voltadas à prevenção de situações de risco e de violação de direitos de maior incidência na região.

Contudo, na implantação do SUAS, o trabalho em rede tem se configurado como um grande desafio a ser constantemente gerido. Tanto na dimensão das relações internas ao sistema socioassistencial, que envolvem interlocuções entre os serviços da Assistência, tais como o Centro de Referência de Assistência Social e os espaços de Acolhimento Institucional, quanto na interface intersetorial. Tais dificuldades poderiam ser efeitos das próprias imprecisões de normativas do CREAS, da permeabilidade desse trabalho social especializado?

O trabalho de Pereira Junior (2014) aponta que apesar dos ordenamentos macropolíticos como a Tipificação Nacional e o Caderno de Orientação dos CREAS, orientarem uma uniformização do funcionamento dos CREAS, no plano micropolítico várias forças atravessam as possibilidades de concretização. Dentre essas forças, destaca um excesso de atribuições com limites difusos de

competência institucional que tornam o CREAS o alvo de todo tipo de encaminhamento da rede sociassistencial e intersetorial, gerando ansiedade e insegurança nos profissionais. O autor ressalta a imensa abrangência, por exemplo, do PAEFI que trata de situações que, embora se configurem todas na categoria violações de direitos, cada uma delas demandaria um embasamento teórico e metodológico próprio.

Tratando-se do PAEFI, Ribeiro (2010) verifica, ainda, que as mudanças de nomenclatura e estrutura dos serviços não trouxeram, necessariamente, transformações nos rumos das atividades de trabalho. Um exemplo desses programas é o anteriormente denominado Programa Sentinela¹⁹, que serviu de base para a estruturação de vários CREAS no país. Para a autora, estes, em muitos casos, permaneceram como modelo de atendimento para o PAEFI. Situação que nos leva a pensar a distância entre a promulgação das leis, diretrizes e orientações de uma política e a forma de colocá-las em prática no cotidiano de trabalho. Assim como, abre espaço, ao nosso ver, para uma análise do trabalho, enquanto atividade, por privilegiar o acesso ao debate de normas, valores, realizado pelos trabalhadores ao fazerem a gestão entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado.

Desse modo, cabe ressaltar que, cada Serviço, é orientado a partir de um projeto técnico, compondo prescrições específicas. Bem como, embora todos sejam atravessados pela pluralidade de normas que compõe esse campo, destacando as normativas relativas ao Sistema de Justiça²⁰, no real do trabalho, na execução de cada serviço, os trabalhadores se deparam com diferentes arranjos desses planos normativos, conforme apresentaremos no capítulo seguinte.

Por ora, destacamos que a natureza do trabalho, nessa esfera, tendo em vista ser ofertado para acompanhar situações que envolvem violações de direitos, implica operar o fazer laboral por entre normativas relativas aos

¹⁹ O Programa foi implantado em 2001 e visava o atendimento de crianças/ adolescentes em situação de violência sexual. Em Porto Alegre o Sentinela existiu até 2010 e desenvolvia ações de psicoterapia e apoio jurídico.

²⁰ Dizemos com isso que, as pessoas acompanhadas nos Serviços do CREAS, em grande parte, são encaminhadas por juízes, promotores, conselhos tutelares, já com aplicação de "medida protetiva" de acompanhamento pelos trabalhadores sociais. Por serem violações de direitos considerados de natureza mais complexa, diante das situações encaminhadas, há uma expectativa e exigência crescente do Sistema de Garantia de Direitos por um acompanhamento que passou a ser denominado especializado.

equipamentos de segurança pública (Delegacias Especializadas) bem como, aos órgãos de defesa e responsabilização (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar), que impõem um certo modo de regulação da vida pela via de ações fiscalização.

Pereira Junior (2014), ao pesquisar o trabalho dos psicólogos nos CREAS, destaca que o Sistema de Garantia de Direitos, atua em três eixos estratégicos em relação aos direitos humanos: defesa, controle e promoção de direitos²¹. Conforme o autor, é importante salientar que esse sistema funciona em uma rede não hierárquica, seus diversos eixos e instituições devem se agenciar de acordo com os objetivos de cada eixo e as atribuições de cada instituição. Contudo, aponta, que por haver um número reduzido de profissionais no Poder Judiciário e no Ministério Público, geram-se demandas excessivas e indevidas aos profissionais do SUAS.

Em grande parte, as famílias que acessam o CREAS, são encaminhadas por juízes, promotores, conselhos tutelares, já com aplicação de "medida protetiva" de acompanhamento pelos trabalhadores sociais. Ainda, é muito corrente, colocar o trabalhador da Assistência em um papel investigativo, sendo requisitado a fazer busca ativa de famílias com processos judiciais para avaliar se há violação de direitos.

Tal entendimento tensiona configurações de atendimentos cada vez mais individualizados. Tanto focados em famílias e sujeitos, sem ampliar para espaços coletivos, quanto centradas em um único profissional, em detrimento de acompanhamentos interdisciplinares, tendo em vista a grande demanda que é produzida. Configuração essa que, ao nosso ver, remete a dimensões, de cunho individual, a interrupção de violações de direitos e redução dos agravos de vulnerabilidade, sem questionar a produção social implicada em tais situações.

Com isso, problematizamos que, se por um lado, a Assistência Social, a partir da Constituição de 88, assume caráter de Política Pública e desde a Lei orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, inicia um processo de reorganização da assistência no país, buscando romper com o assistencialismo

²¹ O eixo da defesa, caracteriza-se pela garantia de acesso à justiça. O eixo de controle é exercido por instâncias colegiadas próprias (Conselho da Criança e do adolescente e outros conselhos setoriais) que devem avaliar e monitorar as ações públicas. Já o eixo de promoção visa promover condições para o exercício dos direitos através de uma política pública de atendimento, onde se inserem os serviços da Assistência Social

que permeava o campo social até então (Couto & Silva, 2009); por outro, sua expansão e centralidade, a partir do SUAS, tem servido também a uma certa produção no campo social que Dimenstein (2013) refere como uma completa judicialização da vida. Expressão essa que apreende um movimento no qual o poder judiciário se torna instituição mediadora do viver:

A judicialização se dá porque se acredita e se teme a lei. Ela se torna a referência para atuar, dificultando saídas singulares e criativas. Os tempos atuais criam toda uma máquina jurídica: os juízes, soberanos vitalícios, os promotores nos tribunais e o Ministério Público são instâncias que a todo momento podem ser acionadas. As leis estão aí mesmo para serem utilizadas com rigor, e em geral são vistas como sendo poucas e insuficientes. A demanda é que outras sejam criadas (Nascimento, 2012, p.43).

No âmbito da Assistência Social, muito se tem discutido sobre o excesso de demandas e equívocos do Sistema de Justiça em relação a essa política. Contudo, sem negar essa realidade, inclusive debatida e pesquisada em âmbito nacional²², podemos pensar, também, uma certa judicialização da vida, operado um traçado biopolítico, sendo corroborada e produzida nas tramas do trabalho social, principalmente no trabalho nos CREAS?

Cabe destacar que, para Nascimento (2012) a judicialização não é restrita as instituições do poder judiciário: "essa ampliação do domínio jurídico tem se estendido por espaços antes habitados por outros saberes e práticas, capilarizando a função do tribunal às diversas esferas do cotidiano (p.43)", muitas vezes, na figura de técnicos que passam a modular a vida de famílias consideradas negligentes, ou como ainda referimos, violadoras de direitos. Ao discutir a negligência como uma categorização que passa a justificar a intervenção estatal sobre famílias pobres, Nascimento (2012) problematiza que uma lei não se estabelece por si só enquanto prática. Para a autora, as intervenções jurídicas e sociais continuam a punir os pobres, por exemplo, com a destituição do poder familiar, com abrigamentos apressados, com a imposição de normas de condutas. Com as novas legislações, o discurso não é mais o da

²² Trata-se da pesquisa "As relações entre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS e o Sistema de Justiça, produzida por uma articulação entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério da Justiça, a partir da constatação que nos últimos anos, cresceu, no Brasil, a presença do Estado na Vida das pessoas. Nesse processo, tal pesquisa aponta que a intervenção judicial pode impactar na vida das pessoas, possibilitando a produção de projetos de vida ou potencializando a situação de vulnerabilidade.

falta de condições materiais, anteriormente naturalizado durante a vigência do código de menores, mas, agora, o desrespeito aos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (lei federal n.8.069/90). Essa perspectiva, considera os filhos como sujeitos de direitos e os pais como passíveis de serem julgados por seus crimes e infrações. Colocar essas crianças no lugar da vítima, produz uma população que precisa de assistência, que se torna objeto de políticas públicas, criando novos arranjos no tecido social entre cuidado e práticas de governo, e ao mesmo tempo, demandam práticas de justiça e sua tradicional proposta de enquadramento da vida.

Contudo, se, por um lado, reconhecemos uma produção de subjetividade capitalística, intrincada na biopolítica, que se torna dominante no contemporâneo, colocando o trabalhador e as pessoas atendidas sob forças de reprodução de referências, segregação e infantilização, na esteira de um arranjo capaz de operar uma Judicialização da Vida. Por outro, ao tomarmos o trabalho como atividade, entendemos que, este, também comporta uma relação de expressão e criação, no qual os próprios trabalhadores experimentam desvios, bifurcações nas molaridades dominantes e interrogam seu fazer, tendo em vista que o próprio trabalho como atividade, consiste em fazer a gestão das normativas/instituições que o atravessam, face o vazio de normas.

Com isso, o que impulsiona nossas análises, nessa dissertação, implica interrogar como a gestão dos processos de trabalho, pela atividade, tem operado na encruzilhada micropolítica crucial na qual os trabalhadores se encontram cotidianamente. Com Guattari e Rolnik (2010), entendemos que o próprio desenvolvimento da subjetividade capitalística traz imensas possibilidades de desvio e reapropriação, desde que se reconheça que a luta não mais se restringe ao plano da economia política, abarca também o da economia subjetiva, as diferentes maneiras pelos quais os indivíduos e grupos entendem viver sua existência. Todo o processo de transformação passa então pela possibilidade de singularização²³, processo esse que, ao nosso ver, pode ser vivenciado a partir

²³ Cabe destacar, que a singularidade não é pensada pelos autores como individuada, ela se faz ao contrário, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies, criando processos de diferenciação, permanente, das modelizações da subjetividade capitalística e promovendo uma "revolução molecular". O que vai caracterizar um processo de singularização é que ele possa "captar os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa

da atividade no circuito ziguezagueante entre as instâncias que constituem o ofício, isto é, no movimento incessante entre recursos construídos pelo coletivo de trabalho e sua constante (re)construção a partir de estilizações. Movimento esse, que possibilita, aos trabalhadores, um trabalho coletivo.

Nessa direção, entendemos que, produzir análises pela via do trabalho como atividade, privilegia pensarmos o fazer, na esfera da Assistência Social, em seu possível movimento de singularização em meio a produção de normas, e não de assujeitamento. Tendo em vista que, como apontam Amador e Fonseca (2011) é a singularidade que emerge como objeto de estudo no campo do trabalho enquanto atividade. Dizemos com isso, que ao tomar o trabalho enquanto atividade, focamos nas ressingularizações de normas que portam a potência de uma singularização em relação as produções de subjetividade capitalística, ao serem tecidas no lastro de um plano coletivo sempre envolvido no exercício do trabalho enquanto atividade.

posição constante de dependência em relação ao poder global em nível econômico, em nível de saber" e tantos outros que são difundidos (Guattari & Rolnik, 2010, p.55).

4. PERCURSOS TRANSVERSOS POR UMA CARTOGRAFIA

Nossa pesquisa emerge adotando como foco a atividade de trabalho no âmbito da Política de Assistência Social, com recorte no trabalho nos CREAS, buscando compreender como as práticas, nessa esfera, se constituem no trabalho em situação. Ou seja, como os trabalhadores da Assistência Social estão enfrentando as provações e embates pelos quais passam e que soluções têm encontrado, o que, pela perspectiva do trabalho como atividade, implica colocar em análise a gestão de variabilidades que se encontram entre o prescrito e o trabalho realizado. Nessa direção, apostávamos na possibilidade de produzir

encontros para a análise do trabalho que se aproximassem da atividade e dos desafios vivenciados no fazer cotidiano do trabalho, como um dos caminhos que nos levaria a produção dos materiais de pesquisa. Contudo, não sabíamos, de antemão, o que iríamos encontrar nas situações concretas, deparando-nos com os desafios e variabilidades do real do trabalho de pesquisa.

Nosso percurso se desenvolve ancorado pelas abordagens Cínicas do Trabalho, especialmente a Clínica da Atividade e a Ergologia, e pelo método cartográfico, produzido a partir do pensamento de Deleuze e Guattari (1995), no qual a cartografia aparece como um dos princípios do Rizoma. Tal método, ao indicar um modo de operar a análise que toma a realidade a ser estudada em sua múltipla composição (Teixeira & Barros, 2009), entendemos ir ao encontro do trabalho pela perspectiva da atividade.

Dizemos com isso que, conforme já apontado, não nos propomos a fazer uma análise pela Clínica da Atividade *stricto sensu* ou uma análise Ergológica, propriamente. Contudo, ao tomarmos o trabalho por essa perspectiva, interessando-nos, portanto, por sua incessante (re)criação, devemos pensar em empregar métodos para analisar a atividade que sejam também processuais, ou seja, que visem acompanhar processos, e não representar uma realidade dada (Silva & Barros, 2013). Com isso, encontramos, no método cartográfico, pistas profícuas para uma pesquisa que se propõe a tomar o trabalho enquanto

atividade, em sintonia com pesquisadores brasileiros²⁴ que vêm produzindo inflexões entre a Clínica da Atividade, a Ergologia e as formulações de Deleuze e Guattari (1995).

Para eles, as multiplicidades são a própria realidade, e o rizoma é seu modelo de realização. Em oposição ao modelo da árvore que busca a origem, no rizoma não existem pontos ou posições como se encontra numa estrutura, numa raiz, numa árvore, existem somente linhas. O Rizoma ramifica-se em múltiplas direções e cresce de acordo com as conexões que realiza. Sendo mapa, e não decalque, ele é aberto, possui múltiplas entradas e é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, podendo ser rasgado, revertido. Nesse sentido, a cartografia, como um dos princípios desse campo de multiplicidades, é tomada como “um mapa em constante processo de produção, instaurando um processo de experimentação contínua capaz de criar novas coordenadas de leitura da realidade, criando uma ruptura permanente dos equilíbrios estabelecidos (Zambenedetti e Silva, 2011, p.457)”. A cartografia, poderia ser assim pensada, como a produção de mapas das diversas linhas que compõem a atividade, conforme elaboramos no capítulo anterior. E, indissociavelmente, o acompanhamento de processos de subjetivação, tomando a subjetividade em ato, como nos indica (Clot, 2010)

Nessa direção, a Cartografia, como método de pesquisa-intervenção, afirma a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir. Pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, não é um conjunto de regras a serem aplicadas. No entanto, não se trata de não ter direção, mas de um caminhar que traça, no percurso, suas metas (Passos & Barros, 2009). Ao experimentar modos de existência, conexões vão produzindo linhas, rastros, capazes de desenhar paisagens, mapas, redes, não de uma realidade estática, mas de uma realidade sempre em desconstrução.

Esse não é, portanto, um caminho linear, assim como, também, não é essa escrita. Durante o período da pesquisa, um diário de campo nos acompanhou, tanto escrito a mão, durante os cinco meses de visitas ao CREAS, e durante a

²⁴ Produções do Grupo de Pesquisa NPISTAS e Grupo NEPEP, dentre outros pesquisadores como Cláudia Abbês (2010), Miguel Maia (2015), José Mario Neves (2014).

realização dos seis grupos para análise do trabalho (três encontros com educadores sociais e três com técnicos de nível superior), quanto transcrito, logo após os encontros, de maneira mais detalhada, em meio eletrônico, relatando os acontecimentos e as reflexões a partir destes.

Destacamos, assim, o diário de campo, e a análise de implicação como importantes instrumentos em nosso processo de pesquisa. A Análise de implicação é um conceito-ferramenta trazido pela Análise institucional, que coloca em análise a institucionalização/naturalização de práticas presentes em diferentes territórios (Coimbra & Nascimento, 2012). Enquanto é dominante nas ciências a noção de não implicação ou desimplicação, Lourau (1993) aponta o conceito de implicação que afirma a necessidade de se analisar os vínculos afetivos, políticos, profissionais e institucionais de qualquer pesquisador. O desafio institucionalista concentra-se, então, em desmontar as dicotomias sujeito-objeto, teoria-prática. Reconhece-se que sujeito e objeto se constituem na relação, afirmando a desconstrução de uma pretensa "distância ótima" das forças que constituem o encontro pesquisador-campo de pesquisa (Coimbra & Nascimento, 2012)

Nesse sentido, ao apresentarmos o traçado das linhas da rotina de trabalho no CREAS que fomos acompanhando, essa escrita também puxará alguns fios, problematizando os efeitos sobre nós e o campo pesquisado. Dessa forma, os relatos dos encontros não acontecem de forma cronológica, eles emergem a partir das marcas e rastros que produzem/nos produzem.

Ao propormos construir uma estratégia de análise de trabalho junto aos trabalhadores do CREAS, nos encontrávamos na situação paradoxal de começar sempre pelo meio, por entre as múltiplas linhas que constituem a atividade laboral no âmbito da Assistência Social, assim como, na atividade de pesquisar. Face a tal paradoxo, não podíamos antever o que iríamos encontrar nas situações concretas de pesquisa. Isto é, se fazia necessário experimentar o *hódos-metá* do pesquisar, ou seja, entrar em atividade frente as provas do real da pesquisa.

Nessa direção, após qualificação do projeto e aprovação do órgão gestor, a FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), o primeiro contato formal

para a realização da pesquisa foi com a coordenação do CREAS²⁵. Através do contato telefônico, a coordenadora solicitou o envio de um e-mail com informações sobre o projeto de pesquisa, pois entendia ser importante conversar, primeiramente, com a equipe, antes de aprovar o desenvolvimento deste processo. Movimento, este, que nos sinalizava processos em curso, forças em movimento, que sempre estão presentes quando o cartógrafo entra em campo.

Tratando-se de nossa pesquisa, destacamos que a aproximação com o CREAS ocorre após um longo período de greve dos servidores municipais, com grande mobilização dos trabalhadores da Assistência Social na luta por melhores condições de trabalho e reconhecimento salarial. Período, ainda, de Pré-conferências da Criança e do Adolescente e Conferência Municipal da Assistência Social, que foi marcada por atos organizados pelos trabalhadores, no sentido de denunciar precárias condições de trabalho e limitações na implantação do SUAS no município. Assim como, por um forte movimento reivindicatório de trabalhadores de entidades da sociedade civil, que realizam trabalho na esfera da Assistência Social, através de convênios²⁶ com a FASC. Vivíamos, assim, um momento marcado pela insatisfação e descrédito dos trabalhadores em geral.

Ainda, por sermos trabalhadora da Assistência em uma equipe de Coordenação e Apoio Técnico aos CREAS, além das dúvidas e ansiedades que marcam a aproximação com o campo, nos indagávamos também sobre como essa relação atravessaria nosso processo de pesquisar-trabalhar. Nesse contexto, ao nos propormos a uma investigação cartográfica, onde conhecer as experiências equivale a transformá-las, nos inquietávamos sobre quais seriam os efeitos dessa pesquisa-intervenção e como fazer.

²⁵ Cabe ressaltar que, em Porto Alegre, município em que a pesquisa foi realizada, existem nove CREAS. Dentre eles, a escolha pelo CREAS para realização da pesquisa ocorreu a partir de um critério de localização próxima ao local de trabalho da pesquisadora, tendo em vista a necessidade de viabilizar carga horária de pesquisa e trabalho.

²⁶ Tais trabalhadores têm empreendido esforços no sentido de reconhecimento de seu trabalho em âmbito nacional por operarem a partir de Serviços que não são reconhecidos no SUAS, como o Serviço de Atendimento à Famílias- SAF. Este serviço desenvolve ações de Proteção Social Básica e se constitui como referência para o acompanhamento familiar em 36 regiões de Porto Alegre.

Embora não tenham regras instituídas de antemão, autores que vêm se dedicando a cartografia têm produzido pistas para auxiliar-nos no processo de pesquisa. As pistas “são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso de pesquisa (Barros, Passos & Kastrup, 2009, p.13)”. Dessa forma, não poderíamos prever os efeitos de nossos encontros no campo de pesquisa, mas seguíamos algumas pistas para a produção de nosso mapa, sempre em transformação.

Mergulhar na experiência de pesquisa passava por habitar o território (Alvares e Passos, 2009) de trabalho do CREAS, o que implica estarmos atentos à dimensão rítmica que se expressa nos encontros; *acompanhar processos* (Barros & Kastrup, 2009), em sua expressão de processualidade e não de representação de objetos e produzir um *ethos da confiança* que nos possibilitasse um fiar compartilhado da pesquisa (Sade Ferraz & Rocha, 2012).

Sobretudo, tratando-se de uma pesquisa que toma o trabalho enquanto atividade e visa uma análise do trabalho na constituição de encontros com os trabalhadores, a possibilidade de compartilhamento de experiências, da construção de uma experiência do dizer (Sade & Caliman, 2013), essa tão cara a análise do trabalho enquanto atividade (Clot, 2006), passava pela constituição dessa confiança na pesquisa.

Conforme Sade, Ferraz e Rocha (2012) a confiança como pista para o método da cartografia, ajuda-nos a discutir o aspecto ético em sua conexão com o aspecto metodológico, ressaltando a inseparabilidade entre estes dois aspectos ao pesquisarmos nessa perspectiva. Para os autores, a cartografia enquanto método, pressupõe uma descentralização nas práticas de pesquisa, em prol de um processo coletivo e compartilhado de produção do conhecimento. Nesse processo coletivo, a confiança na pesquisa não é alcançada apenas pela aplicação de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Tratando-se de uma metodologia que se propõe a pesquisar com o outro, constituindo, portanto, sempre um encontro, um termo de consentimento pode apenas assegurar algumas condições prescritas iniciais, mas não pode determinar os efeitos dos encontros no campo pesquisado e no pesquisador. Assim, a possibilidade de um pesquisar compartilhado, é ancorado não pela segurança e

previsibilidade de uma ação, mas justamente ao contrário, pela aposta nas infinitas possibilidades que uma ação pode criar na experiência.

Em outras palavras, não se trata de apelar para o imperativo: “Confie!” . A possibilidade de estabelecermos, com trabalhadores do CREAS, uma pesquisa compartilhada, não poderia ser garantida pela assinatura de um documento, embora esse também tenha sido utilizado conforme normativas do Comitê de Ética. Pesquisar cultivando um *ethos da confiança*, pressupõe operar confiando na potência do encontro e mantendo-se aberto aos seus efeitos.

Nesse sentido, afirmar a importância da confiança na experiência, significa que há confiança na potência dos encontros que acontecem com o (e no) campo durante o processo de pesquisa. E confiar na potência de um encontro, está imbricado em uma zona de indeterminação capaz de impulsionar a trajetórias inventivas, diferente de uma confiança baseada na certeza de resultados.

Para tanto, inspirados em tais pistas, lançamo-nos ao processo aventureiro, e muitas vezes confuso, que marca o início de uma pesquisa, tendo, como nosso primeiro movimento, a intenção de produzir, então, um *ethos da confiança*, uma zona de “inter-esse” na pesquisa, baseada na indeterminação (Sade Ferraz & Rocha, 2012). Nesse sentido, após o consentimento da coordenação, em poucos dias, já agendamos uma apresentação da pesquisa em uma reunião de equipe. Falando da proposta de realização de encontros em grupo para discussão do trabalho, assim como de visitas ao CREAS acompanhando algumas atividades de rotina, propomos nos aproximarmos do real do trabalho, o que faziam e como faziam frente aos desafios cotidianos. Apontamos, ainda, a intenção de realizar três grupos de discussão²⁷ com os educadores sociais e três grupos de discussão com técnicos sociais, dado a especificidade dos seus fazeres. No decorrer do percurso, proporíamos, também, encontros integrados.

Após a apresentação da proposta da pesquisa, os educadores relatam que já estava agendado, um dia no mês, em que todos se reúnem para debater temas e discutir seu processo de trabalho, o fazer do educador social no CREAS. Com isso, apontam a data do próximo encontro, e nos convidam a participar, delimitando um horário para suas atividades e, num momento posterior, para o

²⁷ A partir de tais grupos, visávamos produzir coletivos de análise.

grupo da pesquisa com aqueles que desejassem. Entre algumas questões sobre a pesquisa e breves comentários, advindos dos educadores, coordenador e supervisor, há um silêncio que ressoa entre os técnicos-sociais presentes.

Seguir linhas já traçadas no processo de trabalho que também convergiam com nosso projeto, embora nos indicasse um caminho, também nos produzia inquietações. Desde a construção de nosso projeto, debatíamos ao pensar sobre a formação dos grupos: Sugeriríamos grupos separados por categorias profissionais? Seria importante termos momentos diferentes entre técnicos e educadores? Acolhendo os efeitos no encontro com o campo, essas inquietações reverberavam em novas perguntas: Esse momento já nos dava pistas de territórios que se distanciavam? Que outras segmentariedades se estabelecem? Como se borram suas fronteiras? Como constituem um gênero profissional? Como esses gêneros se relacionam? Em que outros momentos trabalhadores silenciam?

Pesquisar e trabalhar na Assistência Social, vão aqui se misturando, criando zonas, por vezes, indiscerníveis, mas que vão nos deixando rastros, pistas para modos outros de pesquisar-trabalhar. Embora nossa pesquisa tenha emergido adotando como foco a atividade de trabalho nos CREAS, ao longo do processo, algumas linhas vão se rompendo e produzindo novas conexões. O foco da atenção, por vezes, vai sendo perturbado, produzindo questionamentos que nos forcem a redirecionar nosso olhar, voltando-nos para os processos de trabalho que envolvem a Proteção Social Especial, a gestão do trabalho em políticas públicas e de nossa própria pesquisa.

Nesse contexto, nossa “escolha-aposta” metodológica implicou que, “nós”, enquanto pesquisadora, estivéssemos também atentas ao nosso próprio processo produtivo, a nossa própria atividade, problematizando as relações, as diferenças e rupturas, as emergências, as linhas de força e relações de poder-saber que vão se tramando por entre a experiência do trabalho na Assistência Social e no trabalho como pesquisadora. Dessa forma, (des)construiu-se, conforme apresentaremos a seguir, incessantemente, muitas conexões trabalhadora-pesquisadora-cartógrafa e reafirmamos um modo de pesquisar. Tomar o trabalho e a pesquisa sempre enquanto processo: trabalhar, pesquisar, escrever, verbos sempre no infinitivo, sempre em devir, mas que vão produzindo

dobras singulares nos encontros. Trata-se, então, da escrita de um percurso de pesquisa a respeito do trabalho como atividade na Assistência Social, que não se realiza dissociado de uma análise da atividade de pesquisar.

4.1 Entre PesquisADORA e PesquisaDORa: Pesquisar

Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retorna segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas.(...)Todo rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há rupturas no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma de bom e mal. (Deleuze e Guatarri, 1995).

Entre uma pesquisADORA (pre)ocupada em construir uma pesquisa cartográfica, e uma pesquisaDORa desterritorializada no e pelo percurso, o pesquisar acontece no circuito ziguezagueante entre as “duas”, que não para de se (re)fazer. Mas como escrever uma experiência que continua sendo (re)feita? É pelo movimento entre “as duas”, que já são muitas “outras”, que escrevemos nosso processo de pesquisa. É pelo que que não cessa de ser (des)feito, que continua vibrando, produzindo novas fissuras e, assim, novas conexões. Tais vibrações ganham, na escrita, alguns “contornos”, ainda que necessários, sempre com brechas aos encontros que essas linhas possam proporcionar.

Tendo em vista que a escrita da pesquisa não é mera transcrição do pesquisar, mas também sua reinvenção, bem como do próprio pesquisador (Zanella, 2012), ela é (des)construção de um percurso por entre práticas, conceitos, “dores” e errâncias. Se escrever o percurso de uma pesquisa implica seguir seus traços, entraves e desvios, essa escrita é força indagadora, fissura desestabilizadora de tudo aquilo que se fazia tão “certo” e, ao mesmo tempo, angustiante, no cotidiano de trabalho na Assistência Social e no processo de pesquisar. Escrever esta trajetória, implicou, assim, insistir, resistir, sobretudo, existir, por dar passagem a criação de outros modos de escrever, pesquisar, trabalhar.

Tomamos a pesquisa-escrita não apenas pelo seu produto final, mas pelo movimento de seu traçado (processo) atentas ao nosso próprio processo

produtivo, a nossa própria atividade, pois como nos colocam Escóssia e Tedesco (2009), a atividade do próprio cartógrafo deve ser analisada no processo de pesquisa, uma vez que este movimento, da mesma forma como produz o campo, também produz o pesquisador.

Dizemos com isso, que a escrita da pesquisa, é entrar em atividade, pois produz no pesquisador-escritor-cartógrafo momentos de bifurcações, de escolhas na encruzilhada das explicações possíveis. E, nesse sentido, é experiência laboriosa, atividade sobre a atividade vivida, que produz, (re)cria meios de viver outras experiências.

Em outras palavras, escrever provoca um diálogo interno. Não o diálogo tomado como revelador de um vivido, não se trata de transmitir verdades sobre o pesquisar. Um diálogo interior no sentido de que o pesquisador-escritor, ao ser convocado a escrever sobre seu trabalho-pesquisa, é levado a pensar como fazer, como o colega faria (através da leitura de outras pesquisas), como poderia fazer de outra maneira. Ou seja, o pesquisador se põe a pensar sobre sua própria atividade e, assim fazendo, estiliza o trabalho de pesquisa fazendo (des)envolver a história do ofício pesquisador-cartógrafo, plano coletivo, co-engendramento micropolítico. E, dessa forma, torna-se sujeito da ação, considerando que, também, se (re)cria a partir dela, com ela. Como nos lembram Lemos e Rocha (2012), pensar é um ato criativo produzido na perturbação, quando não mais conseguimos sustentar um território existencial e nos lançamos a caminhos singulares.

Mas seria possível (re)escrever, (re)inventar um percurso? Se tudo que não é invento é falso, como diria Manoel de Barros, (re)escrever pode não ser visto como um 'erro' mas como um meio de viver outras experiências (Clot, 2006, 2010). Pode ser um ato clínico como produção de um desvio que permite experimentar uma bifurcação produtora de novidade, capacidade de diferir (Barros & Passos, 2001).

Nessa direção, ao referirmos a "PesquisADORA", trata-se de um certo modo de pesquisa que foi sofrendo "rachaduras", operando "dores", incitando-nos a novas formas de trabalhar-pesquisar. Rachaduras que foram abrindo

brechas no plano duro das concepções que imobilizavam nossos modos de trabalhar- pesquisar, como acompanharemos a seguir.

Essa pesquisa se dá em meio a um cotidiano marcado por muitas repetições, velozmente compassado por uma carga horária de trabalho e de inúmeros compromissos, tal como tem sido a vida de trabalhadores, pesquisadores, enfim, de nossas vidas no contemporâneo. Com Benjamin (1987) diríamos que nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência era cada vez mais rara, tendo em vista que uma PesquisADORA, entendia ser possível “dar conta” de um intenso movimento entre trabalhar-pesquisar. Entre o trabalho e a pesquisa, “tarefas” e “procedimentos” iam sendo cumpridos, executados.

Nesse processo, por vezes, embora nosso projeto de pesquisa tenha construído, teoricamente, um percurso que se pretendia cartográfico, se propondo a acompanhar processos enquanto processualidade, reconhecíamos em nosso caminhar de pesquisa, o desafio de romper com um modelo de processamento de dados (Barros & Kastrup, 2009). Como se a pesquisa pudesse ser apenas, o desenrolar de um protocolo experimental e, não, como ‘encontro de encontros’ (Schwartz, 2011). Contudo, em diferentes momentos do percurso, havia sempre algo que ‘insistia’, que vibrava, nos atravessava, mas contínhamos. Por algum motivo, a pesquisADORA, ainda não conseguia colocar em palavras. Mas o que seria que ‘insistia’ e que as palavras não traduziam? Ou como de outras formas eram expressas?

A partir de então, podemos pensar o real da atividade de pesquisa, em um movimento incessante entre “PesquisADORA” e “PesquisaDORa”, com ‘dores’ tal como intensidades que podem afetar e, assim, mobilizar palavras outras. Através de três pistas cartográficas que se tornam importantes operadores para uma pesquisa que se propõe a tomar o trabalho enquanto atividade: ‘Ethos da confiança’ (Sade Ferraz & Rocha, 2012), ‘Acompanhar processos’ (Barros & Kastrup, 2009) e ‘A experiência no dizer’ (Tedesco, Sade & Caliman, 2012), vamos percorrendo esse intenso e, por vezes, truncado movimento, a partir dos momentos que pareciam trazer maior intensidade no encontro com os trabalhadores do CREAS.

Destacamos, primeiramente, o início do encontro coletivo com trabalhadores técnicos sociais. Cabe destacar, que, nesse momento, participaram todos os técnicos da equipe PAEFI e MSE (três profissionais – uma assistente social, uma psicóloga e um advogado, duas técnicas da equipe de Abordagem (psicóloga e assistente social, que vieram ao CREAS especificamente para a realização do grupo), ainda, duas estagiárias e a coordenadora do CREAS.

Com a proposta da pesquisadora, o início das falas ocorreu depois de um significativo período de silêncio, sendo seguido de momentos de tensão e certos embates entre integrantes da equipe. Tal como uma “torneira fechada” há um bom tempo, as falas começaram a jorrar por alguns fios densos, que foram ganhando força, dando passagem a uma “água de palavras-turvas”, por vezes, difíceis de serem esclarecidas, acolhidas. Dentre as falas, algumas insistiam: *“É preciso assumir o que não se pode fazer”* _ *“ Parece que a Assistência Social é a prima pobre das Políticas que não consegue se bancar”* _ *“ A família parece uma família idêntica em todos os territórios, as necessidades são as mesmas, os vínculos rompidos um pouquinho mais um pouquinho menos.”* _ *“ Isso não está claro para todos nós, não é consenso entre nós da Assistência Social como um todo, entre todas as profissões”*. Entre a produção de “verdades contidas” e algumas divergências, sobre o trabalho no CREAS e na Política de Assistência Social, (des)envolve-se um encontro tenso, onde a PesquisADORA parecia preocupada com os embates estabelecidos entre os trabalhadores.

Por uma via, pode-se pensar o início de um regime de contratação da confiança, tendo em vista que as falas aconteciam face a indeterminação de seus efeitos. Contudo, a PesquisADORA também insistia, vibrava: O que precisa ser assumido pelos trabalhadores, o quê ou como não se pode fazer? Como a Política de Assistência se bancaria perante outras Políticas Públicas? Que família é essa tão idêntica? O que precisaria ser esclarecido, ou ainda estranhado, entre os profissionais do SUAS?

Por ora, demarcamos os efeitos desse processo que foram sendo acompanhados no encontro seguinte. No dia acordado para o grupo, apenas quatro técnicos participaram do encontro, sendo que uma delas não tinha participado do momento anterior. Face a significativa diminuição dos

trabalhadores, o grupo iniciou se questionando sobre isso. Quando foi possível falarmos sobre as diferentes relações de saber-poder que se estabelecem no trabalho no CREAS, assim como na pesquisa. Nesse processo, emergiam as múltiplas linhas da realidade complexa na qual estamos todos implicados: Excesso de demandas, o mandato de “dar conta”, as dificuldades para não aceitar acompanhar algumas famílias ou não fazer de determinada forma.

Aos poucos, algumas rotinas de trabalho acompanhadas no CREAS, vão entrecruzando-se, o que “insistia”, agora retorna, entorna. Emerge a cena que vivenciamos durante uma reunião de referência e contrarreferência, quando a equipe assume o acompanhamento da experiência familiar de um adolescente. Tratava-se da situação de um jovem que, embora, estivesse há algum tempo em acolhimento institucional, começava a se vincular com a família. De acordo com a avaliação do técnico do abrigo, o adolescente também estava frequentando o CAPS Harmonia, serviço considerado como muito importante para apoio, tratamento e "termômetro" sobre como seria a experiência familiar. O indicativo, na Assistência Social, era, então, de um serviço, que a família pudesse buscar, quando necessário, para conhecer e acessar recursos, mas, não necessariamente, configurar acompanhamento. Tendo em vista que, não avaliavam como benéfico, a intervenção de muitos atores públicos. Bem como, entendiam que a família apresentava uma organização importante para viver esse processo. Diante desse indicativo, algumas questões efervesciam: Porque nenhum trabalhador presente questionou se essa família não poderia ser atendida pelo CRAS, já que não havia uma violação de direitos vivenciada no momento? E, ainda, tendo em vista, que a intervenção não prescindia de acompanhamento focal especializado, lógica de atendimento preconizado na esfera da Proteção Social Especial de Média Complexidade? Embora as questões insistissem, a pesquisADORA não perguntou. Não falar, (re)engolir, seria então uma certa constante na esfera da Assistência Social?

Emerge, ainda, outra cena acompanhada em uma reunião entre a equipe do CREAS e uma equipe de saúde da região, onde discutia-se a demanda por uma abordagem social, demanda pelo Fórum de Segurança Regional. Tratava-se de um relatório sobre um local que seria de encontro de pessoas em situação de rua e usuários de drogas, situação que já havia tido intervenção da brigada

militar, sem muita resolução, pois apontavam que essas pessoas teriam demandas sociais. O mesmo documento foi enviado a Gerência Distrital de Saúde da Região. A partir disso, equipes da Assistência Social e da Saúde vinham observando o local e fazendo reuniões para avaliar a possibilidade de intervenção. Na reunião presente, os trabalhadores do CREAS, relatam suas avaliações sobre o local. Referem que observam em torno de 15 pessoas de dia, muitas vezes tendo um número superior e, que a maioria, parecia, realmente, estar fazendo uso de drogas. Em determinado momento se aproximaram com a Kombi e os mandarão vazar. Suspeitam que é um ponto de tráfico muito forte. A assistente social relata que conversou com uma pessoa atendida pelo serviço, que está em situação de rua, mas que já têm um longo histórico de acompanhamento e um bom vínculo com a equipe do CREAS. Esta jovem, frequentava o local junto com o companheiro, e a orientou a não fazer esta abordagem, que não seria para a equipe da Assistência Social, pois não teria nada para eles fazerem lá. A equipe do CREAS parecia desconfortável. Mas os profissionais da Saúde insistiam em uma abordagem conjunta, relatando inúmeras situações de violência que já tinham vivenciado no processo de trabalho.

A partir disso, iniciou-se um debate sobre as transformações que ocorreram no tráfico, que antes era comandado por adultos, e hoje é comandado por adolescentes com todas as implicações que essa fase acarreta. Avaliam que essa situação tem causado mais violência e menos respeito aos atores de políticas públicas nas regiões. Nesta reunião, muitas questões fervilhavam, algo estava "descompassado". A PesquisADORA insistia e a PesquisADORA se perguntava se deveria "intervir". Nesse momento, a PesquisADORA avalia que perguntas podem não ser tão 'devastadoras', e, entre "as duas", verbalizamos que gostaríamos de entender um pouco melhor a situação, se mesmo com toda a avaliação de risco eles entendiam importante a abordagem, nesse momento, ou quais outros caminhos seriam possíveis? Perguntamos sobre a possibilidade e avaliação com outros atores da rede? Seria possível abordar essas pessoas em outros momentos para que pudessem ofertar os serviços da Assistência Social? Embora as questões ressoassem um certo eco, já havia uma pactuação com a equipe da saúde para utilizar o carro do CREAS, ir até o local, e abordar

se fosse possível. Entre contrariedades, alguns técnicos e educadores do CREAS, seguiram os dois profissionais da saúde para efetivarem essa “tarefa”. Ficava, ainda, uma questão, quando e como é possível falar, como o dizer pode produzir caminhos outros?

Retomando os encontros coletivos como os trabalhadores técnicos, demarcamos que os efeitos desse processo, de alguma forma, puderam reverberar nos encontros seguintes, onde quatro técnicas continuaram a participar. A diminuição dos participantes, embora possa ser tomada como um momento de quebra na confiança, indicava que essa era, também, um percurso, meio e fim da pesquisa.

Essa situação, os efeitos dessa fissura-indagadora, provocou ‘rachaduras’, levando-nos a um deslocamento do território já habitado na produção da pesquisa. Tal deslocamento, tencionou-nos tanto à problematização de nossa implicação enquanto pesquisadora, interrogando-nos sobre as naturalizações que operamos em relação ao trabalho no âmbito da Assistência Social. Quanto sinalizando, algo que diz dos modos de trabalhar-viver-pesquisar no contemporâneo, pois a encruzilhada micropolítica em que se encontram os trabalhadores sociais, como nos apontavam Guattari e Rolnik (2010) não se opera apenas na relação com as pessoas atendidas, ela se faz também no cotidiano das relações entre trabalhadores. Assim como, entre trabalhadores-pesquisADORA.

Dizemos com isso, que a emergência de nosso problema de pesquisa, tendo se produzido por entre nossa vivência de trabalhadora, trouxe, a especificidade do campo de pesquisa ser, em algum âmbito, também, espaço de exercício profissional. Como já relatado, nossas questões emergem a partir de nosso trabalho como psicóloga em um CREAS. Contudo, durante o desenvolvimento da pesquisa, estávamos atuando na equipe de Coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Trata-se de uma equipe prevista na NOBRH (2006), para exercer funções de apoio técnico, articulação e planejamento de ações, no âmbito municipal, no que tange os Serviços de Média Complexidade do SUAS.

Embora tal condição nos trouxesse uma certa “inquietação”, entendíamos que, se trataria de um outro modo de inserção no campo/CREAS²⁸, tendo em vista que estávamos há dois anos sem atuar como trabalhadora nesses serviços e, no período da pesquisa, nossas atividades estavam voltadas para a construção de fluxos e processos de trabalho intersetoriais, sem relação direta com as equipes dos CREAS. Assim como, a partir das concepções teórico-metodológicas que nos ancoravam, não advogávamos nenhuma neutralidade.

Contudo, afirmar uma não dicotomia entre pesquisar-trabalhar-viver, trazer a discussão da co-emergência sujeito-objeto, dos princípios da cartografia e da pesquisa intervenção, não viabiliza, por si só, os riscos de esfumaçamento da análise de implicação e da sobreimplicação. Este é um conceito também trazido pela Análise Institucional Francesa, aponta para práticas onde a análise se faz de forma isolada, em um único nível, impedindo a emergência de outras dimensões (Coimbra & Nascimento, 2007 p.1)”. Dessa forma, a análise de implicações nos propõe perceber as multiplicidades, as diferenças, a potência dos encontros, sempre coletivos e a produção histórica desses mesmos objetos, sujeitos e saberes (Coimbra & Nascimento, 2012).

Nosso contato com o CREAS, ocorreu só após a qualificação do projeto e apresentação ao órgão gestor da FASC. Encontro esse, que, hoje, entendemos poderia ter se desenvolvido de outra forma. Ou seja, poderíamos ter buscado produzir um campo problemático com os trabalhadores desde a construção do projeto.

Não se trata do apontamento de erros, mas de um processo de errância que constitui o aprendiz cartógrafo, tendo em vista que pesquisar orientado pelas pistas da cartografia só é possível aprender fazendo. E é em meio as “rachaduras”, nas fronteiras entre pesquidADRORA-pesquisaDORa-Trabalhadores(as) que é possível experimentar um território existencial no pesquisar.

Dizemos com isso, que naquele infinitamente pequeno do trabalhar-pesquisar, acolher ou não uma família, abordar ou não um grupo de pessoas,

²⁸ Cabe destacar que o CREAS em que a pesquisa foi realizada não era o mesmo em que outrora trabalhamos.

assim como, perguntar-intervir ou não em uma reunião durante o percurso de pesquisa, encontrava-se os maiores problemas do político, como nos diria Schwartz (2007). Ou seja, era na atividade de trabalhar-pesquisar, por entre arbitragens e renormatizações, que produzíamos modos de nos relacionarmos com os outros, modos de fazermos Política de Assistência Social, modos de fazermos pesquisa. Em outras palavras, tais escolhas, nesse momento, nos pareciam renormatizar normas de práticas tutelares (no acompanhamento familiar), higienistas (na abordagem) e de pretensa neutralidade (na pesquisa).

Contudo, não se trata de apontarmos uma verdade sobre o trabalho e a pesquisa, tais processos não acontecem sem resistências e se encontram, sempre, em movimento, escapando numa fronteira tênue entre linhas de fuga e desvios que podem produzir linhas indenitárias. Processo esse, possível de ser acompanhado, a partir da análise do trabalho, pela perspectiva da atividade, conforme abordaremos no capítulo o *Real do Trabalho na Assistência Social*.

Por ora, vamos percorrendo outras “rachaduras” que foram sendo produzidas no percurso teórico-metodológico. Para tanto, destacamos que a pesquisa cartográfica se propõe ao acompanhamento de processos, e não na representação de objetos. Acompanhar processos, segundo Barros e Kastrup (2009) exige uma advertência, tendo em vista que a palavra ‘processo’ possui dois sentidos muito diferentes: processamento ou processualidade. A primeira ideia remete-nos a concepção de conhecimento baseado na teoria da informação. Assim, a pesquisa é entendida e praticada como coleta e análise de informações, e ancorada na prática de coleta, análise e discussão de dados como etapas separadas.

Já a ideia de processualidade, remete-nos ao que Barros e Kastrup (2009) entendem como o coração da cartografia:

Quando tem início uma pesquisa cujo objetivo é a investigação de processos de produção de subjetividade, já há, na maioria das vezes, um processo em curso. Nessa medida, o cartógrafo se encontra sempre na situação paradoxal de começar pelo meio, entre pulsações. Isso acontece não apenas porque o momento presente carrega uma história anterior, mas também porque o próprio território presente é portador e uma espessura processual. A espessura processual é tudo aquilo que impede que o território seja um ambiente composto de formas a serem representadas ou de informações a serem coletadas (p.58)

Para acompanhar processos, a cartografia convocava a habitar um território existencial, exigindo do cartógrafo uma posição de aprendiz, aberta e atenta, disponível a experiência (Alvarez & Passos, 2009). Estar um aprendiz-cartógrafo, sempre orientado por algumas pistas, implica cultivar uma receptividade ao campo.

Contudo, habitar um território existencial não significa atentarmo-nos aos seus aspectos utilitários e funcionais, não se reduz a espaços físicos e respostas motoras que se relacionam. Deleuze e Guattari (1997), no volume 4 de Mil Platôs, tomam o território privilegiando os sentidos e modos de expressão: "Há território, à medida que há expressividade do ritmo" e "há ritmo desde que haja passagem transcodificada de um para outro meio, comunicação de meios, coordenação de espaços tempos heterogêneos (p.104)".

Em outras palavras, é sempre pelo compartilhamento de um território existencial que sujeito e objeto de pesquisa se relacionam e se codeterminam: "O território é uma assinatura expressiva que faz emergir ritmos com qualidades próprias que, não sendo indicações de uma identidade, garantem formação de um certo domínio. As funções e as direções das condutas, não podem dar conta da formação do território. A assinatura expressiva se encarna em condutas, não podendo, no entanto, ser explicada por estas (Alvarez & Passos, 2009, p.133)".

Nessa direção, a pista cartográfica elaborada por Passos e Eirado (2009) é retomada como operador radicalmente necessário nesse percurso. Para além de uma suposta neutralidade ou pretensão distanciamento, trata-se de fazer variar os pontos de vista: "Ser atravessado pelas múltiplas vozes que perpassam um processo, sem adotar nenhuma como sendo a própria ou definitiva conjurando o que em cada uma delas há de separatividade, historicidade e fechamento tanto ao coletivo quanto ao seu processo de constituição (Passos & Eirado, 2009, p.116)"

Trata-se de um processo que não é fácil, tendo em vista que, conforme nos lembram Passos & Eirado (2009 p.122) trabalhamos com equipes (e deles fazemos partes) que 'sofrem' justamente de pontos de vista que encarnam, dos territórios existenciais que habitam como se fossem dados sólidos e inelutáveis. Em outras palavras, conforme já elaboramos no decorrer dessa dissertação, temos sido produzidos/produtores de processos de subjetivação imbricados nas

tramas de uma produção de subjetividade capitalista (Guattari & Rolnik, 2010) que reforçam territórios pela via da culpabilização e da segregação.

Tal processo, implica, assim, colocar em xeque pontos de vista proprietários e os territórios existenciais solidificados a ele relacionados (Eirado & Passos, 2009) tanto no trabalho quanto na pesquisa, pois:

(...)é nos encontros que experimentamos os movimentos que nos forçam a problematizar, mais do que a responder; alterando a nossa subjetividade e abrindo-a para o intensivo, já ali, onde os conceitos viram fluxo de intenção e nos conectam no circuito zigzagueante da coexistência macro/ micropolítica (Neves, 2004 p.3).

Fazendo um recorte da pesquisa, sem pretendermos dissociar do processo de trabalho, podemos pensar que, no debate de normas que constituía a pesquisa, lidávamos, também, em atividade, com toda uma formação acadêmica baseada na racionalidade de uma ciência positivista que constitui nossa caminhada, anterior ao mestrado, na psicologia. Com isso, por vezes, acabávamos por reproduzir dicotomizações. Contudo, se, primeiramente, a PesquisaADORA nos parecia adentrar as fronteiras de uma passividade e a manutenção de uma “exterioridade do pesquisar”. Havia, também, um processo de PesquisaDORa que continua vibrando, retornando, conectando-se por outros caminhos. Caminhos esses, reconectados no encontro coletivo com os trabalhadores.

Dizemos com isso que, o que parecia ter sido vivido acompanhando as rotinas de trabalho no CREAS, foi perturbando, produzindo “dores” e “fissuras” que foram abrindo brechas a experiência do dizer através dos encontros coletivos com os trabalhadores e no próprio processo de escrita. Trata-se, assim, de uma análise não sobre dados com uma objetividade independente da própria pesquisa, como se estivesse frente a uma atividade independente do ato de pesquisar, dados que se prestariam ao controle e à previsão. O que se coloca como tarefa da análise é permitir constantemente que a própria pesquisa seja interrogada:

Analisar é, de fato, sustentar um ethos analítico específico, permitindo que a pesquisa se volte para si mesma e se interroge acerca da implicação e da participação, levando à problematização e ao reposicionamento do lugar dos participantes. Daí o paradoxo da análise, o de constituir-se ao mesmo tempo como um acesso à objetividade e como um procedimento de proliferação de sentidos e de singularização (Barros & Barros, 2014).

Na pesquisa cartográfica a análise consiste, então, em dar visibilidade às relações que constituem uma dada realidade, na qual o pesquisador se encontra enredado. Recusa-se, assim uma, pretensa neutralidade analítica do pesquisador, que está sempre implicado no campo de pesquisa.

Nessa direção, os efeitos dos encontros, produzem, simultaneamente, um plano de pesquisa e trabalho. Por entre silêncios e encontros coletivos tensos, emergiam palavras já cansadas de dizer o mesmo, produzindo um trabalhador que “dava conta”, e um sujeito que precisava ser usuário do seu trabalho. Situações que colocaremos em análise no próximo capítulo.

Tendo em vista que o que move as análises aqui presentes, se refere ao trabalho na Assistência Social, enquanto atividade, retomamos a afirmação colocada por Clot (2006) de que a análise do trabalho, pela perspectiva da Clínica da Atividade, deve envolver, sempre, os trabalhadores como analistas de sua própria atividade, tendo em vista que são eles mesmos que produzem questionamentos sobre seu fazer laboral face às provas do real. Ao mesmo tempo, uma análise nessa perspectiva, busca intervir no sentido de provocar os trabalhadores a acessarem uma experiência já vivida, enquanto trabalho realizado e, a partir dela, ter meio de viver outras experiências.

Isto é, os métodos de co-análise, visam não só compreender o trabalho do ponto de vista do trabalhador, como, também, investigar possibilidades de transformação da própria situação de trabalho, produzir nos sujeitos momentos de bifurcações, de escolhas na encruzilhada das explicações possíveis. Nesse sentido, baseado em uma perspectiva Vygotskiana do desenvolvimento humano, Clot (2006) entende que a própria análise do trabalho contribui para sua transformação. Para o autor, a análise do trabalho, passando pelo diálogo, desenvolve a atividade, já que, ao se transformar em linguagem, a atividade de trabalho acaba por se reorganizar, modificando-se.

Em outras palavras, citando Vygostsky (1994), Clot (2006, p. 130) entende que a análise do trabalho não se separa de sua transformação, tendo em vista que “a ação passada pelo crivo do pensamento se transforma noutra ação, sobre a qual se reflete.” Com isso, Clot (2006) entende a verbalização como uma atividade do sujeito, não apenas como caminho de acesso ao que já foi realizado.

Nesse sentido, o autor destaca que, como o real da atividade (aquilo que se revela possível, impossível ou inesperado no contato com as realidades), é algo que não se pode observar diretamente, torna-se necessário um método dialógico que permita acompanhar suas transformações, as quais estão sempre em relação não só com o objeto imediato da ação, mas também com o interlocutor: “é necessária uma abordagem dialógica da situação que aceite com lucidez este aspecto do método: a atividade real analisada nunca é a atividade prevista para a análise”. Referenciando-se em Bakhtin (1984), Clot (2006 p.133) compreende que “o evento que tem um observador, seja este distante, escondido ou passivo, é um evento absolutamente outro (Clot, 2006, p.138)”. Com isso, é inerente a análise da atividade, considerar que o destinatário da verbalização é, também, constitutivo de seus conteúdos.

Clot (2006, p.133) nos sinaliza, então, que toda a fala é endereçada, ou seja, “a atividade analisada manifesta não só a relação com o objeto imediato da ação, mas também a relação do sujeito com atividade do ergonomista ou do psicólogo do trabalho”. O trabalhador buscará não só no analista do trabalho, mas também no seu “par-especialista” uma maneira de agir sobre eles, ou seja, a linguagem, além de ser de ser para o sujeito um meio de aquilo que ele fez, torna-se um meio de levar o outro a pensar e sentir conforme sua perspectiva. Nessa atividade em que consiste a verbalização, ao mesmo tempo, cada trabalhador vê sua atividade com os “olhos dos outros”, através de um diálogo consigo mesmo e com o gênero do ofício. Tal deslocamento e diferenças nas bifurcações dos caminhos possíveis, são para Clot (2010), um recurso metodológico.

Convergindo com tais formulações, entendemos que a análise do trabalho visa a atividade em curso, ou seja, as transformações operadas na atividade de falar sobre o trabalho, que podem tornar-se recurso de outros caminhos possíveis e expandir o poder de agir sobre si e sobre o mundo. Neste ponto, reencontramos a cartografia com Tedesco, Sade e Caliman (2014). Tais autores, nos sinalizam pistas para a um ‘manejo cartográfico’ no diálogo, que entendemos como recurso para produção de uma pesquisa que se propõe a colocar o trabalho, enquanto atividade, em análise com os trabalhadores.

Demarcamos manejo cartográfico, pois não se trata de indicar um modelo de “entrevista cartográfica”. Conforme nos sublinham Tedesco, Sade e Caliman (2014), a “eficácia da entrevista na pesquisa dos processos está diretamente ligada ao ‘ethos cartográfico’, praticado não apenas na entrevista, mas em toda a pesquisa (p. 94)”. Cabe ainda destacar, que não se trata de uma técnica fechada, mas uma atitude, um *ethos*, a partir do qual é possível fazer escolhas face às peculiaridades de cada situação, ou seja, trata-se de método enquanto sugestões a graus de abertura a indeterminação:

(...)funciona como um conjunto aberto de pistas que servem para sugerir encaminhamentos, mas também para serem equivocadas, expostas como matéria intensiva, como fragmentos reutilizáveis nos ritornos da criação. O cartógrafo não varia de método, mas faz o método variar (Tedesco, Sade & Caliman, 2014, p.94).

Em outras palavras, não se trata de uma estrutura de entrevista a ser seguida rigidamente, mas um manejo cartográfico experimentado nos encontros, tanto nas visitas para conhecer as atividades de trabalho, quanto na constituição dos grupos propostos para análise da atividade.

Em relação ao grupo dos trabalhadores-educadores, ao propor que eles pudessem nos relatar o que tem se colocado como desafio, ou questão para eles no cotidiano de trabalho, as falas desenvolvem-se quase que ininterruptamente, com um educador complementando o outro por um tempo significativo, com poucas brechas para intervenção da pesquisadora. Entre tantos relatos, sugerimos fazer a escolha de uma atividade que pudesse ser mais detalhada, possibilitando, assim, a compreensão da pesquisadora sobre o trabalho realizado. Com isso, o grupo escolheu a atividade de abordagem social. Para tanto, inicialmente, operamos algumas questões conforme a Instrução ao Sósia²⁹, um dos trabalhadores se prontificou e o instruímos a nos relatar como deveríamos fazer para trabalhar em seu lugar, para que ninguém notasse a diferença. Face a tal questão, não só o trabalhador que se prontificou, mas também outros integrantes do grupo, verbalizam “*não ter um manual*”, “*começar da estaca zero*”, “*ninguém é igual*”, “*vai depender do teu olhar*”. Com a

²⁹ Trata-se de um dispositivo ferramenta proposto pela Clínica da Atividade que consiste em um diálogo que tem como disparador uma situação em que o pesquisador substituirá o trabalhador em sua situação de trabalho, exigindo que este elabore sua experiência no diálogo acerca de seus saber-fazer, ou seja, consiste em explicar como o outro deveria trabalhar se precisasse assumir seu lugar de trabalhador (Clot, 2010).

insistência da pesquisadora, o educador “escolhido” refere: “ *Olha só, nós somos pessoas, e temos trajetórias de vida. Eu nasci na periferia, às vezes não tinha merenda na escola, ou não tinha comida em casa. Ou não tinha passagem quando mudei de colégio, tinha que passar por baixo da roleta(...) e isso, ela reflete na minha ação*”. Nesse lastro, a pesquisadora pergunta como essa trajetória reflete na ação, incitando a fala sobre modos operatórios do trabalho de abordagem: “*A primeira coisa, é ter uma parte lúdica. Não chegar com um caderninho na mão*”. Outros educadores vão complementando: “*pode levar uma bola, um joguinho*”. E, por vezes, ao mesmo tempo, retornam falas sobre não ter uma preparação anterior para ser educador social.

Tais verbalizações do grupo, que poderiam ser entendidos como uma certa resistência a falar sobre os procedimentos e modos operatórios do trabalho, nos parecem sinalizar, a dificuldade de pôr em palavras a atividade. Nessa direção, Clot (2006), nos aponta que a análise da atividade requer a construção de um ambiente duradouro junto com os trabalhadores, ou, em outras palavras, de um trabalho sobre o trabalho que vai possibilitando reconhecer os modos operatórios construídos na experiência. Isto é, requer cultivar o ofício colocando-o a prova coletivamente. Movimento este, que começávamos a empreender com os trabalhadores-educadores.

Numa perspectiva convergente com a análise da atividade, a entrevista na cartografia, não se dirige a representação que os entrevistados realizam de objetos ou estados de coisas. Em sintonia com as proposições metodológicas das Clínicas do Trabalho, que focam a atividade, as pistas para o manejo cartográfico, não buscam apenas coletar informações, através do conteúdo/representação sobre o trabalho ou a experiência vivida, mas visa acessar a experiência em suas dimensões de formas e de forças, na qual a fala emerge na/da intersecção entre elas. Isto é, ressaltam a indissociabilidade dos planos que constituem a experiência, aquele do já vivido ou da experiência de vida (tudo que o sujeito pode narrar e representar como conteúdo vivido), compondo o plano das formas, e a dimensão relacionada a processualidade, o plano da experiência pré-refletida ou ontológica, plano coletivo das forças, de onde emergem os conteúdos representacionais (Tedesco, Sade & Caliman, 2014).

Para isso, o manejo cartográfico, na entrevista, ancora-se na linguagem em uma perspectiva pragmática, em que expressão e conteúdo são distintos, contudo, inseparáveis, expandindo a dimensão criadora da linguagem. Nesse sentido, o manejo cartográfico visa distanciar-se da perspectiva representacional da linguagem, a qual cinde expressão e conteúdo, priorizando a segunda instância. Dito de outro modo, a perspectiva representacional emprega entrevistas que buscam extrair informações claras e organizadas, sem ênfase na narrativa que as produz, independente do que as engendrou. As impurezas do mundo buscam ser limpadas na obtenção de informações que assegurariam a verdade, apagando as irregularidades do dizer presentes no ritmo, nas entonações e tropeços que enunciam as intensidades da experiência. Tal entendimento, exige a eliminação das variações de expressão, por comprometerem a correspondência fidedigna da linguagem com a ordem do mundo (Tedesco, Sade & Caliman, 2014).

Em outra direção, tendo em vista que a perspectiva cartográfica visa acompanhar processos, a entrevista, nesta esfera, busca acompanhar o movimento, mais especificamente os instantes de ruptura, os momentos de mudanças presentes nas falas, ou seja, a dimensão processual da experiência, apreendida em suas variações. Não visa, assim, exclusivamente a informação, o conteúdo dito, mas acessar o trânsito entre os dois planos que engendram a dimensão genética da linguagem, a interseção entre conteúdo e expressão: “ nas margens desfocadas, dispostas ao lado das formas de expressão e das formas de conteúdo, circula a dimensão genética da linguagem, dimensão movente, de constituição, que põe os dois planos em relação de composição recíproca, e, a partir do qual, emerge o dizer e o dito (Tedesco, Sade & Caliman, 2014, p.98). ”

Como nos lembram Barros e Barros (2014), a própria escolha do que se vai relatar já é produtora de um mundo, já é analítica. E nesse caso, o que é “objetivo” para uma pesquisa, o que é passível de análise, não está “dado”. A análise se dá por meio da relação que vai se estabelecendo entre todos os participantes da pesquisa.

A co-emergência do dizer e do dito, por sua vez, trazem dois efeitos: a ingerência dos fatos empíricos sobre os signos e a intervenção dos signos sobre

os fatos do mundo. Primeiramente, ingerência, pois as enunciações não são mais consideradas traduções neutras da realidade do mundo. Com isso, a priorização pelo conteúdo abre espaço para as irregularidades do dizer, para o acompanhamento das indeterminações (velocidades, silêncios, repetições, gestos corporais) que vão se tecendo na experiência do dizer.

Já o segundo efeito, deriva do entendimento de que a dimensão da expressão atua sobre o conteúdo, faz com que os signos ganhem potência pragmática. Ou seja, que a palavra tem um caráter performativo, possui uma dimensão de produção, de transformação da realidade, atua na experiência, podendo modulá-la. Nesse sentido, a entrevista intervém na experiência do dizer e são os efeitos dessa experiência compartilhada – produzida nos encontros entre pesquisadores- trabalhadores - que a cartográfica ressalta como seu objeto (Tedesco, Sade & Caliman, 2014).

O entendimento de tais efeitos nos permite pensar que o vivido (conteúdo/representação) pode se tornar acesso para o vivo em experiência na fala. Esse modo de operar com a linguagem, pode ser visto como ferramenta para acessar/tangenciar a atividade, tendo em vista que, na análise da atividade, pela perspectiva da Ergologia e da Clínica da Atividade, também não se trata de extrair informações sobre o trabalho, mas de intervir na direção de acessar a dimensão inventiva e processual da atividade, ou seja, provocar deslocamentos capazes de produzir interrogações sobre o fazer laboral.

Para tanto, a entrevista na cartografia, é orientada a partir de três diretrizes: primeiramente, buscar a experiência na fala, ao invés da fala sobre a experiência; em segundo, a entrevista deve buscar intervir na abertura à experiência do processo de dizer. E, ainda, em terceiro, a entrevista busca a pluralidade de vozes, ou seja, acessar o coletivo de forças do qual co-emerge o dizer e o dito (Tedesco, Sade & Caliman, 2014).

Buscar a experiência na fala, trata-se de tomar a própria entrevista como uma experiência, ou seja, a entrevista não é um procedimento que medeia o acesso à experiência, ela se efetiva como tal. Diretriz que, ao nosso ver, vêm ao encontro do entendimento da Clínica da Atividade, ao afirmar que a linguagem

não é uma mera expressão do vivido, mas um meio de realizar o pensamento no sentido em que, ao mesmo tempo, o revela e o reorganiza (Clot, 2010).

Tal compreensão, exige do entrevistador-pesquisador-cartógrafo, uma atenção sensível a experiência produzida na própria fala, para além das enunciações, acolher os componentes extralinguístico, tais como variações de entonações, de ritmo, assim como expressões faciais e corporais (Tedesco, Sade & Caliman, 2014).

Nesse lastro, a segunda diretriz, reafirma a dimensão performativa da palavra e o caráter interventivo do pesquisar nessa perspectiva, o que implica estar atento aos efeitos dos encontros, das questões elaboradas e das intervenções do pesquisador na experiência do dizer em curso. Pois, algumas falas, podem contribuir para abertura a experiência, enquanto outras, para o seu impedimento.

Face a isso, Tedesco, Sade e Caliman (2014), sugerem que a atitude do pesquisador/entrevistador, opere na direção de abertura às variações, buscando operar com interrogações e intervenções que comportem um maior grau de indeterminação. Para tanto, os autores indicam algumas expressões, com as quais se avalia uma maior possibilidade de conduzir entrevistas sem determinar a fala. Nesse sentido, podem ser sugeridas, palavras tais “como?”, “e então?”, afastando-se dos “por que?”, pois esta, comumente, induz as pessoas a produzir um metadiscorso sobre a experiência, falando sobre esta, e não facilitando que a experiência emergja na fala. Ainda, outro recurso possível, em direção a experiência, são as “reformulações em eco” que permitem aumentar graus de abertura, sem dirigir um conteúdo específico, podem provocar um deslocamento, um relance que poderá provocar outros sentidos possíveis.

Tais orientações, tem a intenção de acompanhar o movimento processual do relato, conduzindo de forma flexível e aberta a entrevista. Contudo, tendo em vista que a cartografia busca acessar a experiência na fala e não a fala sobre a experiência, não se trata de uma não diretividade que se restringe a dimensão do conteúdo ampliando a coleta de informações. A não diretividade que interessa, visa construir um acesso à dimensão genética da experiência, onde as palavras atuam, produzem e modulam o processo de dizer. A palavra

enquanto prática, ato de fala, comporta uma dimensão criadora e transformadora da realidade. Nesse sentido, torna-se importante:

Acolhermos as opiniões, as palavras de ordem, que aparecem ao longo da entrevista, mas sem ficarmos fixados nelas, à espreita, aproveitando os instantes de maior expressividade nos quais os modos de dizer ostentam em si as variações, as rupturas de sentido, em continuidade com o plano genético da experiência (Tedesco, Sade & Caliman, p.110).

Por fim, de maneira articulada, a terceira diretriz, nos sinaliza que a entrevista na cartografia se orienta a partir da pluralidade de vozes. Trata-se de tomarmos a entrevista como experiência compartilhada do dizer, que em sua performatividade, cria mundos (Sade, Tedesco & Caliman, 2014), modos de subjetivar e modos de trabalhar. Nesse sentido a entrevista se aproxima de uma conversa, um modo de pesquisar que não visa revelar o Sujeito por traz da ação, mas o agenciamento múltiplo da subjetivação em ato.

Dizemos com isso, que se recusa uma subjetividade isolada, o sujeito que funcionaria como origem das falas. Em direção contrária, se reconhece que cada enunciação interfere sobre as outras, altera o sentido das frases e, assim, possibilita outros sentidos, numa composição plural de infinitos discursos. Tal entendimento, leva o manejo cartográfico a prosseguir, sobretudo, atento ao entre falas: “interessam os momentos em que as enunciações perdem a nitidez de seus contornos, misturam-se umas às outras num encadeamento misto de falas, na ausência de autorias, identidades especificáveis ou sentidos únicos e prefixados (Sade, Tedesco & Caliman, 2014, p.114).

Num certo momento da realização do terceiro encontro coletivo com os educadores sociais, ao escutar o relato de um colega sobre a ida até a casa de uma família, um dos educadores refere: “*É um atendimento na casa, se for com os técnicos é visita domiciliar*”. A partir disso, mesmo sem a pesquisadora incentivar a manifestação do restante do grupo em relação a tal colocação, esta fala é seguida de um fluxo de verbalizações:

“- *No mesmo ambiente, mesmas coisas que falaram, muda só.*

- *É técnico.*

- *É a burocrática da coisa, na verdade, né. Porque por exemplo assim, eu vou com a psicóloga. A gente faz uma visita. E aí eu vou evoluir essa visita, eu posso evoluir eu educador, eu e técnica assino como*

visita domiciliar. Agora se for eu e o F., fizeram um atendimento na casa da família tal.

- *Fizeram um atendimento...*
- *Isso.*
- *Não caracteriza visita domiciliar formalmente, né.*
- *É. burocraticamente não é visita.*
- *A gente faz a visita, mas só muda o nome.*
- *É, não contabiliza como visita nos instrumentos.*
- *Porque o educador não pode fazer vd, que é a visita domiciliar.*
- *Ele acompanha né, é acessório.*

(Vários falam juntos)

- *Visita domiciliar é uma estratégia, um instrumento técnico.*
- *Uma visão técnica.*
- *Onde o olhar e as intervenções nesse momento e nesse espaço são feitos pelo técnico. Esse é o entendimento.*
- *Mas o que também, por exemplo assim. Como educador a gente também tem o olhar técnico. Técnico de educador. Se for fazer assim, né. A gente.*
- *Aí assim, né. Nós acabamos encaminhando também. Isso é uma realidade, certo?*
- *Certo.*
- *Isso é. A gente acaba falando com família e tal. E muitas vezes a gente contribui bastante. Mais tranquilo. Ta aí, ta posto.*
- *É, e sempre eu fico me questionando se não tem uma ação pela lógica com a família, né. Porque o nosso viés é educador social dentro da pedagogia social, né, e poderia ter uma intervenção pedagógica, caberia, né, com a família também. E isso aí é conhecimento técnico também.”*

Nessas falas, pode-se pensar, que o sentido assertivo da primeira frase, vai se deslocando nas diferentes manifestações e expressões, onde ocorrem entonações do dizer e alguns falam ao mesmo tempo. Nesse fluxo, o que inicia como uma “certeza” e certa resignação, vai cedendo lugar para interrogações sobre as fronteiras entre o saber-fazer dos técnicos e dos educadores. Nesse momento, a necessidade de intervenção da pesquisadora não se fazia necessária. O encadeamento das falas, o burburinho provocado, emerge como um germe de transformação, à medida que o discurso não se restringia a uma

conformação, mas também permite colocar em questão a legitimidade das normativas.

Nesse lastro, outro deslocamento se produz, emergem cenas de trabalhadores-educadores que, desde o início de nosso percurso de pesquisa, colocavam-se disponíveis a falar. Em um dos dias de visita ao CREAS, na sala de espera, logo na chegada, nos deparamos com dois educadores sociais da equipe Ação rua/CREAS que, entusiasmados, relatam estarem saindo para uma sistemática³⁰ e divulgação de um curso para jovens nas entidades da região. Perguntam se gostaríamos de acompanhá-los. Com o entusiasmo do convite, aceitamos prontamente, o que nos pareceu causar um certo estranhamento nos educadores e pensamos: “será que as saídas do CREAS não são tão facilmente aceitas?”

Tal questão, ficou insistindo em nós, mas levou um tempo para produzir deslocamento e fazer sentido. Num primeiro momento, escrevemos no diário de campo, o quanto essa cena nos mobilizou. Entendíamos como uma acolhida e interesse dos educadores em relação à pesquisa. Saindo do CREAS, tomando as ruas da região, passos e vozes vão constituindo um ritmo, entrecruzando, se misturando, com os sons da rua. Por entre avenida, ruelas e chegadas em entidades de assistência social, emergem relatos sobre estratégias que eles desenvolveram para a abordagem de crianças em situação de rua. Nesse encontro, as falas são quase ininterruptas, de alguma maneira sentíamos que nos aproximávamos, talvez o aceite ante o convite, talvez o circular no território, nos possibilitava pensar sobre a dimensão de uma formação, forma-de-ação que acontece na rua, através dela. O caminhar pelo território parecia possibilitar falar do trabalho em movimento, acontecendo, à medida que íamos passando pelos lugares a narrativa sobre o trabalho era produzida incessantemente, modificada, complementada. Contudo, “algo” insistia: ao mesmo tempo em que estávamos envolvidas com aquela narrativa ininterrupta, interrogações se produziam: Em

³⁰ Trata-se de uma atividade de trabalho dos educadores sociais que organizam roteiros, a partir da realidade de cada território, que serão percorridos, com uma certa sistemática, para identificar possíveis situações de violação de direito tais como situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual.

que outros momentos os trabalhadores-educadores podem falar sobre seu trabalho? Como falam ou, ainda, deixam de falar?

Retornando aos encontros coletivos com o grupo de trabalhadores, podemos pensar que, o espaço e análise do trabalho, já constituído por eles, era agora expandido com a pesquisadora? O manejo cartográfico ao buscar a abertura à experiência polifônica de dizer, possibilita as interferências recíprocas entre as múltiplas vozes, na invenção de novos sentidos, não se centrando na busca de respostas individualizadas, como foi possível acompanhar no trecho assim relatado, onde os trabalhadores puderam tornar-se analistas de seu próprio trabalho.

Para isso, Tedesco, Sade e Caliman (2014) indicam dois aspectos do manejo: os graus de abertura dos discursos e a conformidade entre as falas, na busca por consenso. No que tange ao grau de abertura do discurso, cabe ao cartógrafo acolher as falas sem desestimular as que indicam desvios ou incongruência em relação ao tema em análise. Tais desvios fazem parte dos movimentos do diálogo e na provocação dos sentidos em uma conversa.

A segunda indicação, aponta para a duas tendências, comumente, presentes na conversa: a conformidade entre as falas, ou seja, a busca por consensos fáceis e, em outro extremo, as polarizações radiais. Para o manejo cartográfico, torna-se importante intervir no sentido de eliminá-las ou minimizá-las, tendo em vista que ambas caem em uma posição enunciativa que busca se fechar ao outro e suas interferências.

Com isso, Tedesco, Sade e Caliman (2014) alertam, ainda, que é preciso cuidado para que as divergências entre os interlocutores não sejam experimentadas como litígio a ser combatido, como disputa entre posições discordantes, o que convoca o desmonte de dicotomias hierarquizadoras e o fortalecimento do debate com suas diferentes versões. Nessa direção, retomamos a afirmação de Clot (2010,2013) sobre a importância da formação de coletivos para a análise da atividade e o cultivo do ofício.

Na esteira de tais conexões, as pistas cartográficas e os conceitos teórico-metodológicos das Clínicas do Trabalho, que focam a atividade, constituem, a “caixa de ferramentas” que nos permitiu buscar operar a pesquisa entre a

PesquisADORA e a PesquisaDORa. É do movimento incessante, que nos força a pensar, do que emerge como problema, como fissura-indagadora, que buscamos cartografar o que é da ordem do devir no dizer, trabalhar, pesquisar.

Nessa direção, ao compor com tais perspectivas, demarcamos a intenção em tomar a linguagem e o trabalho, pelo seu caráter inventivo, como atividade que cria problemas, interroga o trabalho, assim como, interroga a própria pesquisa. Contudo, como já sinalizamos no transcorrer dessas linhas, trata-se de um percurso de aprendizagem, no qual nem sempre foi possível mantermos um percurso em sintonia com as perspectivas que nos ancoravam.

A seguir, nos ocupamos dos movimentos experimentados, neste percurso, junto aos trabalhadores do CREAS em pesquisa, que nos possibilitaram tangenciar a atividade de trabalho na Assistência Social, a partir dos encontros propostos para a análise coletiva do trabalho.

5. O REAL DO TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE PELA ATIVIDADE EM UM CREAS

5.1 (Des)dobrar o trabalho: Usos de si e renormatizações no fazer do educador social

Ao tomar o trabalho pela perspectiva da atividade, reconhecemos que o trabalho nunca é só execução, pois, toda atividade implica em “encontro de encontros”, “uma combinatória sempre parcialmente ressingularizada entre meios técnicos, objetos técnicos e humanos (Schwartz, 2011, p.138)”. Nos serviços do CREAS, o objeto de trabalho, já pressupõe fazer a gestão de um “encontro de encontros” entre trabalhadores e famílias e/ou indivíduos em situação de risco pessoal ou social em decorrência de violação de direitos.

Nesse sentido, a própria condição para o trabalho acontecer, já aponta a impossibilidade de uma exaustiva antecipação, ou de normas antecedentes capazes de conduzir a atividade como uma simples execução de prescrições. Do ponto de vista da atividade, poderíamos dizer que se trata de um exercício de trabalho que precisa gerir o encontro efetivado no entrecruzamento de uma pluralidade de normas (normas que constituem o trabalho na Assistência Social, normas de vida que constituem o trabalhador e normas advindas da vida das pessoas atendidas, dentre outras) que, face aos desafios do real, convocam renormatização, criação de meios para fazer viver o trabalho.

Nesse fazer que pressupõe ir ao encontro de situações complexas, no que se refere a atuação de trabalhadores-educadores, o Caderno de Orientações do CREAS (2011) prevê, como principais atribuições: a recepção e a oferta de informações às famílias do CREAS; a realização de abordagem de rua e/ou busca ativa no território; a participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados; e a participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS.

Na direção de ratificar e reconhecer as ocupações de nível médio no SUAS, em 2014, é construída uma resolução³¹ que especifica as funções desses trabalhadores. Nesse documento, são muitos os verbos que compõem o trabalho prescrito: desenvolver, assegurar, apoiar, organizar, acompanhar, atuar, participar. Desde essa dimensão do ofício, no encontro com o trabalho real, o fazer do educador social vai sendo interrogado, renormatizado, inventado.

Dizemos com isso, que um dos primeiros aspectos a destacar, no fazer do trabalhador-educador, diz respeito ao “vazio de normas”, ao encontro sempre com o imprevisto, ou seja, com situações para as quais ainda não se produziram respostas ou meios de trabalho. A respeito disso, no primeiro grupo, um trabalhador-educador, ao falar do seu trabalho, comenta: *O mais interessante assim, que me faz trabalhar nessa área é que eu acho que não tem um manual de como fazer.* Tal comentário, é seguido pelas seguintes verbalizações dos colegas: *- É o fazer né. - É na tua sensibilidade. - É no fazer, a gente tem o SUAS que vai subsidiando, só que no dia-a-dia, tu não sabe o que vai acontecer. Tu tens aquela situação. Ah, eu tô indo fazer um acompanhamento em tal lugar e eu não sei o que vai acontecer. - É o momento, sabe, em um segundo tudo aquilo que eu estudei, tudo aquilo que eu tenho de conhecimento, de prática pode mudar e eu vou ter que ter uma outra estratégia.*

Nesses dizeres, podemos pensar que os trabalhadores-educadores nos remetem a uma dimensão sempre inantecipável do trabalho, o qual convoca a decisões, microescolhas, que precisam ser tomadas no calor da situação, que não estão previstas nos manuais. Nessa direção, no dizer que segue, um trabalhador-educador busca exemplificar tal situação ao relatar o acompanhamento de um adolescente que ingressou na FASE: *Então ele falou: “O que que tu ganha?” E sem eu responder ele disse “ah, eu ganho o que tu ganha em uma semana”. Entendeu? Aí, então tu vais me oferecer um curso. É para que, para ganhar seiscentos reais ou é pra não ganhar nada? Ganhar um papel depois? E aí, é naquela fração de segundos que tu tens que descobrir uma maneira de mostrar para ele que honestamente ganhar aquele pouquinho e tu levar uma vida livre...E de que forma falar isso né? (...) Se tu perder aquele*

³¹ Resolução nº 9 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de 15 de abril de 2014.

momento tu perde ele. A gente só trabalha com isso, vínculo. E outros trabalhadores educadores complementam: Na verdade a gente só tem nossa palavra, nós educadoras (falam ao mesmo tempo). Nesse sentido, há o reconhecimento de uma dimensão relacional inerente ao trabalho no CREAS. Tendo em vista que envolve um encontro entre trabalhadores e pessoas atendidas e que, nesse encontro, as crianças/adolescentes, adultos e famílias, também compõem o universo de valores gerado no debate de normas entre os trabalhadores, com suas exigências e demandas, interferindo na atividade de trabalho.

No lastro desse dizer, ao tomar o trabalho como atividade, os trabalhadores-educadores nos levam a pensar que o vínculo é o que faz possível a realização desse trabalho, convocando o trabalhador a sempre entrar em atividade para construí-lo, mantê-lo, reconstruí-lo, tendo em vista que como um trabalhador afirma, seguido do colega: *Se não tiver desdobramento não tem trabalho. Não tem trabalho*³².

Nessa direção, podemos entender um momento em que o trabalhador-educador relata que foi lhe tirado o chão: *O tirar o chão é porque assim ó, é porque eu estou numa lógica que, por exemplo, a mãe dele está preocupada com ele. Ela ta preocupada com ele. Mas ela não consegue expressar para ele esse amor, não consegue expressar para ele. E aí a gente está construindo assim não. Mas é construindo no discurso e a gente já teve com a mãe, né. E tentando falar para ele, 'ela também gosta de ti'. Daí ele relatou assim, né. Mas ela, para o meu irmão ela já, ela já disse que ama. E ele que já foi para presídio, não sei o que, um monte de coisa assim, né. E para mim não. E aí tentar, me tirou o chão. Pô, to construindo com ele a levada da mãe dele, né, a preocupação que ela tem e ele diz isso assim, né. Daí como é que eu vou fazer isso? Como? Como. Resgatar tudo isso, né. E aí daqui a pouco o importante é saber que a mãe dele chama ele por um apelido. Aí tu chamas ele pelo apelido que só a mãe que chama. Ou por exemplo assim, enquanto teu irmão estava lá preso, a preocupação dela era tão grande que às vezes não te dava essa atenção que tu precisavas, porque tu estavas indo na escola, tu estavas no foco em si, o teu*

³² Trabalhadores falam ao mesmo tempo.

irmão era prioridade nesse momento. E aí tu, bah, tu tem que dentro de uma, acho que é, não sei se é terapêutico isso, mas é, é se ligar nos discursos anteriores, no que tu pode estar contribuindo pra dar lógica ao teu discurso, mas também não criar algo falso também. Porque daqui a pouco eu to falando que a mãe disse. E dizendo algo que ela não disse. Não é isso, não é isso que eu to fazendo, falando. Mas é isso, mas daqui a pouco pela compreensão. Às vezes a mãe. E nesse caso específico ela às vezes não consegue colocar e falar o sentimento, essas coisas todas assim. (pausa) Esse é de tirar o chão assim. Daqui a pouco faz alguma coisa assim que tu “puxa vida”.

O “desdobramento”, pode ser aqui tomado como uma dobra³³, como criação de meios para viver o encontro, criação de meios para fazer o trabalho acontecer. Isto é, de criação de novas normas, de outros modos de fazer, implicando mudanças orientadas por valores. Nesse processo, o trabalhador pode descobrir a si mesmo *com* o outro. Não como mero executantes de uma instrução, mas atores de uma situação singular. Na cena expressa, o trabalhador se colocava o compromisso de estimular o vínculo entre mãe e filho para além de uma normativa de fortalecimento de vínculos familiares colocada no SUAS: eis o trabalhador em atividade.

Nesse sentido, em alguns momentos, o ‘vazio de normas’, não parece ser percebido, pelos trabalhadores, como um desamparo, mas como um processo de criação acionado na situação de trabalho: *E eu acho que essa é a magia, eu entendo assim. A magia do nosso fazer é tu não saber de que forma, não tem um manual que me diga de que forma eu vou chegar, naquela pessoa e como é que ela vai me receber, e aí, e vai de toda a tua experiência. E chegar e conseguir estabelecer alguma coisa. Acho que esse momento assim da chegada. É um menino que está trabalhando, está vendendo alguma coisa. Então como é que eu vou chegar, eu não posso chegar dizendo que eu sou o Ação Rua e trabalho infantil, não se faz. Então tem toda uma, sabe, todo um rodeio e tal. Para abordar um adulto tu não vai chegar e vai dizer “olha, meu senhor, a comunidade aqui quer que o senhor saia daqui, eu vou ter que higienizar o espaço e tal”. Não é*

³³ Dobra é um conceito deleuziano que, embora não tenhamos citado até aqui, remete-nos aos processos de subjetivação. Expressa tanto os territórios subjetivos como os processos de produção desse território (Silva, 2004). Processo esse que, aqui, avaliamos pela via do trabalho como atividade, entre criação de normas e renormatização

assim. Então acho que esse momento, essa chegada assim onde tem toda, bah, tem toda uma atmosfera para criar.

No trecho seguinte, podemos acompanhar esse processo. Face as variabilidades que envolvem a abordagem das crianças em situação de rua, por exemplo, em meio a territórios atravessados pela violência e violação de direitos, um trabalhador-educador refere: - *O que a gente faz é criar a possibilidade.* Afirmação que é complementada pelo colega: - *De certa forma é isso o que a gente faz, é isso, a gente cria oportunidade para criar vinculação ou não com o adolescente e com a criança.*

Nessa direção, relata, da seguinte forma, o processo de trabalho: *O nosso trabalho começa na observação (...)Ó aquele menino já tem uma 'manha' com a feira, parece ter uma levada de não é a primeira vez. Já abordamos ele e ele falou pouco, a gente não sabe se tem um adulto constrangendo ele (...)Como que a gente fez, tem uma pracinha ali perto a gente levou berimbau, levou bola e outras coisas (...) e ficamos ali perto jogando tentando despertar o desejo dele. Aí vieram outras crianças. O foco era o menino que a gente não conseguia falar, mas jogamos com outros meninos ali também, tirando esse peso de serviço (...) aí ele não veio na hora, mas depois falou que estava louco de vontade de jogar, mas não foi. Aí combinamos, tá, então a gente vai passar outro dia aí jogamos (...).*

******Face ao vazio de normas, os trabalhadores buscam criar meios para o trabalho a partir de normas criadas no próprio fazer laboral, assim como, que estejam em sintonia com suas próprias normas de vida. Ao “criarem possibilidades” para fazer o trabalho acontecer, na relação com as crianças/adolescentes, criam a si mesmos, ou seja, criam modos de ser trabalhador-educador e modos de se relacionar-trabalhar com o outro: *a gente tem que ser educador-lúdico, educador-psicólogo, educador-assistente.*

Nesse processo, por entre criação de normas e renormatizações, os trabalhadores vão produzindo como um estoque de recursos desse ofício. Processo esse que é exemplificado um trabalhador-educador, quando a pesquisadora o acompanha em uma situação de abordagem social: *Então a gente aprende que tem que observar, cada situação é uma, mas observar é*

muito importante, falamos que é a metodologia do namoro, primeiro tem a paquera, se olhar, conhecer, até formar um vínculo e chegar no namoro, naquele momento que realmente pode contrariar, apontar algo que foi dito, colocar algum limite. Mas o observar e o ouvir são fundamentais, tem que saber escutar. Dentre os verbos que orientam esse fazer, observar e escutar são criados, na atividade, face ao real do trabalho que apresenta provações a serem enfrentadas.

Verbos sempre renormatizados, no (re)começo incessante da atividade de trabalhar na assistência Social. Ao “desdobrar” o trabalho, sempre no lastro de um coletivo, podemos pensar que o trabalhador produz uma dobra, um caminho singular, uma estilização, que amplia as possibilidades do ofício, ao se tornar, também, recurso para outros trabalhadores-educadores.

Com isso, outro aspecto a destacar, trata-se da pluralidade de normas que atravessam essa atividade no real do trabalho. Dizemos com isso que face aos imprevistos e variabilidades do meio, os trabalhadores recorrem a diferentes instâncias para gerir o trabalho, através de um Uso de Si. Tratando-se de um trabalho no âmbito da Assistência social, há uma busca por orientar o trabalho a partir dos princípios e diretrizes do SUAS, assim como de outros marcos legais, como o ECA. Percebe-se que há um significativo reconhecimento em relação ao fortalecimento dos vínculos familiares, como já citado, e em relação a garantia do direito a educação. Com isso, percebe-se muitas tentativas para tentar renormatizar essa normativa no cotidiano.

Ainda, considerando a equipe multidisciplinar do CREAS, percebe-se que os trabalhadores também recorrem aos saberes referentes a Psicologia e ao Serviço Social: *Tu sabe que entendo que nós temos uma certa autonomia, né. Que nos permite bastante assim, bastante coisas. E que se naquele momento nós não temos a condição, de realizar, atender tal demanda. A gente pode, a gente leva isso para um grupo, né, para equipe, discute e vê de que forma vai tentar falar com o atendido.*

Ao serem convocados face as provas do real, esses saberes são também utilizados como recurso para renormatizações. Fazemos grupos com as crianças, e muitas vezes elas desenham, aí discutimos o caso com a equipe,

com a psicóloga, que nos mostra outra visão, que nos faz repensar, nos faz pensar na nossa própria ação (...) *Sou educador, mas, as vezes, sou técnico também, a gente aprende com eles como fazer.*

Nesse processo entendido pela perspectiva da atividade como transformação, e (des)dobramento como referido pelos trabalhadores, as normas relativas as prescrições no SUAS são renormatizadas, também, em função de normativas familiares, pedagógicas dentre outras, como expressa o trecho abaixo:

Eu acho que, eu acho que também tem a coisa do respeito. Se tu não respeitar como o F. falava de uma prática, que é quando se abaixa para falar com aquela criança, vai mais ou menos assim no nível, à altura. Ou quando o morador de rua, que ele ta cheirando mal, ou o adolescente e tal. Tu chega perto dele e se ele for te abraçar tu vai abraçar, se tu for receber um beijo, vai dar um beijo sim. Acontece. Embora tem algumas pessoas que têm objeção, não aqui, mas acontece e também não se assuste. Então isso assim. Tu te colocas muito fácil de ver uma criança e lembrar automaticamente dos meus filhos, sabendo que aquelas crianças ali não tiveram ainda de repente as possibilidades, de repente, de uma melhora e tal. Mas que tem direito de sim ter, ter, e que também pode, os meus filhos não estão livres disso. Entende? Acho que o respeito, a igualdade.

Para enfrentar o real do trabalho, face ao vazio de normas, os trabalhadores recorrem, ainda, aos pares. Acompanhando dois educadores em uma abordagem no território, um dos trabalhadores explica: *isso tu aprendes fazendo, na rua, saímos sempre em dupla e tu vai conhecendo teu colega, sabendo quando ele vai agir numa abordagem, ou reconhecendo quando ele está mais cansado, que não é o momento e que tu que vai ter que fazer.*

Com isso, o trabalho acontece, sempre, por transformação, como afirma uma trabalhadora-educadora: *Essa tua atribuição, ela está explicada e está específica ali no projeto, aliás, ela está é limitada ali. A gente faz é muito mais, a gente transforma, né, a gente faz assim coisas acho que além.* Ao dizer sobre o seu trabalho, a trabalhadora-educadora experiência o dizer o trabalho e é

seguida dos seus colegas: *Porque senão não haveria trabalho. Se a gente fosse seguir só aquilo que tá ali na norma.*

É nesse sentido que Schwartz (2007,2011) no lastro de Canguilhem, afirma que em toda atividade humana há sempre Usos de si. É o trabalhador e todo o seu Ser que é convocado a arbitrar escolhas por entre as normas antecedentes e as normas criadas a partir da experiência laboral. Nesse processo, face ao real, já que as prescrições são sempre insuficientes, o trabalhador-educador vivência um Debate de normas tensionando um Uso de si por si e Uso de si pelos outros, uma dialética entre singularização e heterodeterminação.

Na experiência de dizer o trabalho, os trabalhadores-educadores expressam essa dinâmica que os coloca em atividade. No seguinte trecho, podemos acompanhar uma trabalhadora-educadora tensionando o Usos de Si na relação com um adolescente: *às vezes o adolescente tem dificuldade de ser atendido no posto de saúde sozinho, aí a mãe se nega e tu tem que fazer o papel de mãe. Ir na consulta e ficar na consulta. Mas como ficar na consulta com um adolescente? Ele tem a vida sexual dele, a privacidade dele. Ah aí assim, tu acompanhas, mas até uma parte.*

Em seguida outra trabalhadora-educadora, complementa, expressando a necessidade de entrar em atividade para produzir um lugar para o trabalhador-educador entre o lugar ao qual o adolescente a convoca: *Tinha um menino na FASE e eu estava indo no dia da visita. Era festa das mães lá, eu estava indo na visita para saber como é que ele estava, não tinha nada a ver. (...) cheguei bem na hora do churrasco e ele disse, 'estava te esperando'. E eu bah, não poso ficar para o churrasco, mas tive que tirar as fotos, me apresentar e todo mundo querendo saber o que é o CREAS.*

Tal processo, também é experienciado na relação com adultos em situação de rua. Para a realização desse Serviço, uma educadora relata: *Nós íamos assim, durante a semana várias vezes. E cada vez que conversava com ele uma coisa e outra. Aí num momento eram coisas bem perdidas assim no início. Em outro momento a gente conseguiu pegar ele num momento lúcido, que ele tinha uma esquizofrenia e algumas outras coisas. E ele conseguiu colocar para gente toda a vida dele, foi a partir dali. E olha, mas isso, muita escuta, de muita. Que*

todo mundo dizia “ai, não adianta nós ir”. Adianta. Sempre adianta. (...) E a gente tem que tá preparado e saber que amanhã ele pode voltar. E a gente vai começar tudo de novo.

Nessa direção, outro trabalhador-educador continua e convoca a colega a lembrar de outra situação: *Foi aquela vez que abordamos um senhor e levamos para o PAM. E ainda falamos para o cara da SAMU, Ó, essa pessoa tem que ser tratada, olha aqui como ta. Isso era quase onze horas da manhã. Aí nós voltamos para almoçar no CREAS e, voltaríamos, ao PAM, na primeira hora. Nós tínhamos um sistema cuidando. Eu disse “não, o cara ta no PAM, vamos mais tarde”. O J. disse “vamos lá”. Ainda bem que o J. disse “vamos lá”. Nós chegamos, o cara saiu. Estava indo para a parada, eu não acreditei. Eu disse “o que que foi feito nele aqui?” “ah, deram um banho, e o cara foi embora”. (...) O cara com uma fralda indo embora. E aí nós nos olhamos e perguntamos “e o que é que nós podemos fazer?” (...) Aí a gente foi pra ele e disse “vem cá, meu amigo, o que é que tu” “ah, vocês me levam pra minha casa” “onde é a tua casa?” “É na rua lá no Partenon”. Eu disse “J., mas não vamos levar ele assim, ele esta descalço, ele ta, sabe”. Então nós fomos ali no Centro Pop³⁴, a gente pegou roupa, pegou tudo, ele não queria botar nada, não queria, trocou a roupa no meio da rua. E aquela situação ali na nossa frente e a gente tinha que lidar com aquilo e dizer “nós vamos tirar da rua o cara e botar na rua?” E botamos o cara na rua e o cara ficou feliz. (...) Lá na rua porque ele tinha toda uma rede dentro do Partenon. Então nos contatamos o pessoal do CREAS da região, tiramos documentação do cara. Mas daí tu tem que lidar com isso, né, nós imaginamos uma coisa assim ah, tiramos da rua, a conclusão é dentro de um albergue, um abrigo. (...) Mas ele ficou feliz porque ele tava na rua antes. (...) ta no tempo dele, e não vai adiantar o manual dizer que tem que levar para a saúde.*

Dessa forma, microescolhas são realizadas no cotidiano, tensionando as múltiplas normas que atravessam esse ofício. Na cena relatada, os educadores, além de precisarem gerir a complexidade do trabalho entre os valores do outro e seus próprios valores, situações como essa são, também, atravessadas por outros fatores como as expectativas da comunidade: *Aí tu recibes uma ligação*

³⁴ Serviço da Assistência Social para pessoas em situação de rua.

que tem um morador de rua na frente do portão dele, que ele está sujando o espaço. Então a gente tem que ir lá e trabalhar isso tudo, dizer que não é assim, não é simplesmente retirar. Para nós é tranquilo, vamos tentar de novo outro dia. Só que as vezes, tem o gestor, ou a comunidade, ou a civil.

Acompanhando tais cenas, ao mesmo tempo que, destacamos um “vazio de normas” que convoca o trabalhador a criação de meios para fazer viver o trabalho, percebe-se, também, que os trabalhadores-educadores estão imersos, num campo de lutas. Isto é, em meio a normas/instituições (muitas vezes paradoxais) construídas no decorrer da história desse ofício e do campo social. Lembrando Schwartz (2011), as normas antecedentes, que estão disponíveis antes da atividade acontecer, e que foram construídas como matrizes da atividade humana, não são apenas protocolos, prescrições a orientar a atividade, elas estão conectadas a valores, a modos de ser, de trabalhar e de viver.

Em outras palavras, entendemos que se trata de um processo de trabalho atravessado por instituições/normas que, além dos já referidos, de certa forma, construíram e são renormatizados nesse encontro, dentre os quais podemos pensar: Infância³⁵, Família, Modelo Social-Assistencial (Silva, 2005). Dito de outro modo, a especificidade dos encontros, que convocam o trabalhador, no CREAS, a entrar em atividade, é atravessada por diversas Instituições que compõem os modos de trabalhar e subjetivar nos serviços da Política de Assistência Social.

Nessa direção, trazemos ainda, uma cena relatada em dois encontros coletivos dos trabalhadores- educadores, que continua reverberando, insistindo: *Eu só queria bem rápido falar, que é sobre tirar o chão assim. Estávamos brincando com uma gurizada e o R. disse assim para um dos meninos “por que*

³⁵ Embora não pretendamos nos estender operando uma desnaturalização das instituições Infância e Família, cabe destacar, que as entendemos, também, como construções históricas. Nessa direção, Ceccim e Palombini (2009) conversam com diferentes autores como Ariés, Bandinter e Jurandir Freira Costa, para retomar um pouco dessa invenção da infância e da família. Apesar da naturalidade com que a primeira imagem evocada de uma criança é associada a brincadeira, essa história é, também, uma construção que começou a se configurar, desta forma, a partir do século XVIII, emergindo com força no século XIX. O que podemos dizer em sintonia com a emergência do campo social enquanto problema e do Estado enquanto modelo de política na modernidade.

tu fez isso?” Daí ele riu. Face a esse relato, o trabalhador-educador que também estava na cena, complementa: Daí eu perguntei “tu sempre brinca assim?” E ele ficou meio sem graça assim. Daí o M. perguntou “o que que ele fez?” E eu falei “não, ele estava brincando de arma e deu um tiro na tua nuca”. Só que o M. estava de costas para criança. Com a explicação, o trabalhador-educador convocado pela cena prossegue: Isso me fez. Eu não perdi o chão, eu senti um vazio assim. Na minha existência.

No encontro com um menino em situação de rua, o trabalho parece não acontecer, simplesmente, entre trabalhadores-educadores e uma criança. No centro desse encontro, parece estar o que Schwartz (2011) aponta como o coração do trabalho no campo social: o encontro entre valores e saberes construídos em diferentes formas coletivas da atividade industriosa no Brasil, a partir da diversidade e desigualdade geográfica, étnica e econômica do país.

Seguindo a cena iniciada, podemos elucidar tal afirmação. Após verbalizar o vazio sentido, o trabalhador-educador prossegue: *Claro, a gente sabe que o dia-a-dia. A realidade dele é isso. A realidade da família dele. Da comunidade que ele vive(...)Mas é aquela coisa, pra mim, assim. Pô, estava todo mundo brincando e tal. E não sei o que, é uma brincadeira dele que foi essa, dar um tiro na minha cabeça. E naquele momento, aquela fala ali do R. ficou para mim assim. Bah, está todo mundo aqui brincando e um tiro na cabeça. Mas é brincadeira, entendeu.*

No lastro da intensidade do encontro, a ambiguidade relativa a cena prossegue: *É uma brincadeira aquilo, na visão dele. Na minha não, na minha me dá um beijo então, sabe, não. Na minha não foi legal, porque a minha cabeça estourou. (riso) Mas é como o R. falou, que é o dia-a-dia. E é seguida de uma fala que nos remete a uma dramática presente nesse trabalho: Eu acho um pouco assim, que muitas vezes, me deixa muito reflexivo sobre as nossas ações. É até que ponto muitas vezes a gente tem que oportunizar uma mudança de realidade através dos nossos desejos ou através do desejo dele assim? Esse paralelo é que me deixa um pouco assim, muito pensativo e reflexivo. Que muitas vezes tem a realidade da criança, tem a realidade do adolescente, de que forma a gente vai oportunizar para haver essa mudança. E até que forma a gente vai botar os nossos desejos? Muitas vezes o nosso desejo atrapalha. Essa situação.*

Mas que medida é essa que a gente faz através do nosso desejo e do desejo deles? Para, de certa forma, ele se sentir fortalecido para ele fazer as escolhas dele. Sendo que ele teve uma realidade que é transgeracional. Que por falta de oportunidade, por falta de escolhas. E tu vem, de certa forma, oferecendo outras escolhas, outras oportunidades. E que, ao mesmo tempo, a gente tem as nossas frustrações. E como a gente dar seguimento a isso? Isso que me deixa muito frustrado. Não digo frustrado, né, mas sempre pensando assim.

Nesse infinitamente pequeno do trabalho, os trabalhadores-educadores se deparam com a dupla via do seu trabalho em que, ao mesmo tempo podem produzir práticas de controle, higienização, tutela, ou criar, modos outros de produzir a vida. Nessa direção, entendemos que o trabalho comporta uma potência de invenção, de problematizar os modos instituídos e assim, na encruzilhada micropolítica em que os trabalhadores se encontram (Guattari & Rolnik, 2010), inventar modos outros de trabalhar-viver.

Face ao vazio de normas, a multiplicidade de normas que atravessam esse trabalho, é colocada a prova. Dessa forma, a análise do trabalho, pela perspectiva da atividade, parece carregar a potência de ampliar o poder de agir dos trabalhadores, assim como, produzir uma análise crítico-clínica.

5.2 Por entre renormatizações: produção de “urgências” e resistência

Ao colocar em análise o trabalho no âmbito das políticas públicas de saúde, Brito, Muniz, Santorum e Ramminger (2011) afirmam que há, nessa esfera, uma coexistência de uma inflação e de uma ausência de normas. Ausência essa, que se difere do que Schwartz(2007) aponta como um vazio de normas. Isto é, para os autores, no contexto das políticas de saúde, há de um lado um conjunto de metas difíceis, contraditórias ou impossíveis de atingir, e, de outro, a ausência ou a deficiência de meios para alcançá-las. Nesse contexto, interrogam “qual será o limite entre um vazio de normas que chama a reinvenção saudável, e uma ausência de normas que fragiliza e exaure o trabalhador em Uso Exarcebado de Si? (Brito, Muniz, Santorum e Ramminger, 2011, p.41)”.

Tal questão, torna-se muito cara ao nosso estudo, a medida que, durante o percurso da pesquisa, ao acompanharmos os trabalhadores em suas rotinas, algumas falas nos remetem ao que poderia ser um exarcebado Uso de Si. Em uma reunião de referência e contrarreferência uma trabalhadora-técnica verbaliza: *Não somos só técnicos, só educadores, somos detetives, pois são muitas as coisas de investigação que precisamos fazer em cada caso.* Enquanto em outro momento a coordenação também nos coloca: *Aqui dentro de mim, tem uma técnica, uma gestora, um administrativo, uma serviços gerais, só assim, para tentar dar conta de tudo.*

Nessa direção, acompanhando o trabalho de uma trabalhadora-técnica, esta nos refere: *Então, tu vê, aluguel social tem um fluxo prescrito, a gente segue, mas aí a pessoa chega lá e não dá certo, aí tu tens que fazer todo o trabalho de novo, por que com pessoa em situação de rua e usuário de SPA é difícil, e ele está tendo o apoio de uma pessoa da igreja, mas até quando. Também temos que preencher toda documentação, preencher contrato, isso não está prescrito nas minhas atribuições, mas preciso fazer para dar certo. Outra coisa é isso, estamos aqui tentando resolver uma coisa e acontece outra que já abre uma janela, estamos aqui resolvendo aluguel social aí já entra uma ligação tu vê outra coisa, aí fico assim desorganizada, olha esse monte de prontuários.*

Nesses momentos, o trabalhador parecia ser convocado dar respostas rápidas, “competentes”, operando uma flexibilização dos modos de trabalhar. Lógica essa, que podemos pensar, em sintonia com uma produção de subjetividade capitalística (Guatarri & Rolnik, 2010) correspondendo a um determinado modelo de trabalhador na grade economia neoliberal.

Dizemos com isso, que um dos principais aspectos identificados no acompanhamento das rotinas do CREAS, nos remetem a situações em que os trabalhadores, no real do trabalho, frente as provas a enfrentar parecem, por vezes, estar produzindo renormatizações na direção de práticas que sustentam uma sobrecarga de tarefas e situações-limites nas quais se forjam as urgências e as necessidades de resolver todas as situações que chegam. Questões semelhantes as analisadas por Nascimento e Coimbra (2015) em relação ao trabalho nos Conselhos Tutelares e Judiciário.

No início do primeiro encontro coletivo, face a questão sobre o que tem se configurado como um problema no cotidiano do trabalho, um trabalhadora-técnica, verbaliza de forma muito enfática: *Bom, eu acho que a questão que mais pega é a gente poder assumir o que a gente não pode fazer. Não que mais nós vamos fazer, a gente sempre acha que tem que fazer e que tem que dar conta. A questão é poder não fazer, ou já ter feito até o limite e não fazer mais. Ou que cabe a outras políticas ou que não cabe a nenhuma política. Por exemplo, a situação da violência onde todos calam, mas parece que na assistência. Parece não, eu sei que na assistência. E isso é difícil de ser escutado por todos nós. Assim, que não é, não tem mais. Ou de dizer que isso não é nosso. (...) E a gente acha que tem que dar conta de tudo. Ou que tudo cabe a nós. Essa é a questão mais séria de dificuldade.*

De forma enfática a fala prossegue: *Óbvio que se tu vieste hoje para cá, obviamente que a nossa fala tem relação com todo momento que a gente vivencia³⁶. Mas se tu deres uma olhada no que está ali agora, que agora está no momento agudo assim. Mas é o que é a realidade ali, que ações de Básica³⁷ a gente tem ali? O que que é possível ainda fazer? Face a questão de como seria possível fazer o trabalho, duas trabalhadoras respondem: *_Não é possível. _Não é possível.* E os dizeres seguem na mesma direção: *A verdade é essa, que não é possível. Enquanto não tiver investimento maciço em termos de políticas públicas ali e que não seriam a curto prazo, não é possível. O que a gente ta fazendo aqui é só uma.* Outra trabalhadora-técnica complementa: *Enxugar gelo.**

Com o apoio da colega, a fala prossegue: *É só isso, é a verdade. Então no momento, não adianta ficar utopizando isso. Porque é, não tem outra opção. Se tu fizer um diagnóstico de território sincero e honesto, é isso. Se não tiver ali rios de dinheiro entrando ali dentro daquela comunidade para realmente fazer com que aquilo aconteça em termos de saúde, habitação, saneamento, ela vai continuar dessa forma. O que a gente faz aqui dando BPC, benefício eventual para uma família, ou algum tipo de evento, toda essa documentação, isso não vai adiantar nada, vai continuar a mesma coisa, é isso. A gente está procurando,*

³⁶ Situação de violência vivenciada na região com a morte de um jovem e incêndios a lotações.

³⁷ Referindo-se as ações do CRAS.

os adolescentes que a gente atende aqui, medidas a gente está produzindo lá, ponto. Devia ser a linha de produção. Vai continuar sendo assim. E a assistência, e eu concordo quando ela diz, a grande questão é a gente não saber limitar o que é nosso, né. E aquilo que é nosso que a gente pode atender mesmo. Qual é o nosso limite de atendimento? A gente não consegue fazer tudo. A gente tem um limite que é até dentro do que é nosso. E isso é uma esquizofrenia na assistência. De não conseguir se bancar, sabe. Parece que é a prima pobre das políticas assim. E que não consegue se bancar.

Na sequência das falas, as trabalhadoras-técnicas nos remetem a uma dramática vivenciada nesse trabalho, onde os trabalhadores parecem se sentir responsáveis por “dar conta” ao mesmo tempo que reconhecem uma impossibilidade de meios para alcançar as “metas” ao qual o trabalho é destinado. Como tal dramática é vivenciada no cotidiano? Com quais universos de normas o trabalhador-técnico se depara? Que normas parecem estar orientando um “dar conta” no fazer do CREAS? Como essas normas são renormatizadas por entre assujeitamentos e resistências?

Frente ao drama a ser vivido, é na fronteira *com* o outro, que resistências e renormatizações são forjadas num campo de relações possíveis entre trabalhadores do CREAS, entre trabalhadores do CREAS e a rede socioassistencial, entre trabalhadores e as pessoas atendidas, atravessado por múltiplas normas/instituições. É na atividade que as normas que atravessam esse trabalho, podem ser colocadas em questão, produzindo desvios e renormatizações. Abrindo brechas e crítica a modelos de regulação da vida que ancoram algumas práticas. Normas essas, também produzidas na atividade de trabalho no CREAS. Conforme é possível tangenciar a partir das visitas e dos encontros coletivos.

Por um lado, o trabalhador se vê pressionado por “dar conta” e pode acabar produzindo ações pela via de um controle da vida. Por outro, na atividade, face ao vazio de normas, renormatiza a partir de um plano de valores. Contudo, muitas dessas renormatizações, sem o amparo coletivo, colocam o trabalhador sob o risco da transgressão.

Nessa direção, trazemos dois casos problematizados pelas trabalhadoras-técnicas. A seguir, acompanhamos um relato em que a trabalhadora aponta um Uso de si pelos outros (coordenação, Política de Saúde, Política de Estado):

- *Ta, uma questão é que a discussão ad eternum do CREAS. E acho que vai ser ad eternum mesmo, é sobre a carga de demanda que a gente nunca conseguiu atingir as metas de vinte famílias por técnico. Nunca, nunca conseguimos. E a gente veio há um bom tempo expondo assim a questão do faturamento, da sobrecarga, da incapacidade de continuar recebendo coisas que não, que muitas vezes nem nos competem enquanto serviço, enquanto política, enfim. Então estava eu na reunião de referência e contrarreferência. A saúde estava participando e tudo mais. Eles trouxeram um caso que, na minha avaliação, naquele momento não, não era um caso nem da assistência, muito menos do CREAS assim. O tipo de intervenção que eles queriam e a intencionalidade que eles queriam da intervenção da assistência naquele momento. Eu interpretei que não, que não era. Né, fiz uma fala nesse sentido, defendi, argumentei.*

- *Como que tu entendeste que não era da assistência?*

- *É porque tinha todo um recorte de saúde mental assim e de uma coisa mais impositiva. Que ao meu ver, e até eu justifiquei, provavelmente teria que ser vinculado a uma questão judicial porque a gente não teria o poder que a saúde esperava que a gente tivesse para tomar determinadas atitudes, né. Então eu fiz uma explanação toda nesse sentido. Argumentei, justifiquei e tudo mais. Isso não foi acolhido. Na verdade isso, pior ainda, isso foi acolhido tanto pela, pela coordenação, quanto pela supervisão, as duas.*

- *O que que foi acolhido?*

- *A minha interpretação. Inclusive verbalizado isso de que houve entendimento em relação ao que eu dizia. Mas de qualquer forma o caso me foi posto para que eu fizesse uma intervenção. Tipo, nós estamos aqui, nós estamos avaliando que de fato não é uma questão que deveria ser tomada para assistência, mas a gente ta abraçando. Então eu fui colocada no caso goela abaixo. (riso)*

- *Ela sentiu goela abaixo mesmo, foi total goela abaixo. Quando vê gerou, sabe, incômodo. Gerou grande incômodo tomar dessa forma assim.*

(...)

- *Quando ingressam casos assim, vocês discutem depois? Como é que é esse ingresso assim no CREAS, depois da referência e contrarreferência, quando ele vem para acompanhamento da equipe?*

- *O que que aconteceu com esse especificamente assim. Ficou articulada então uma visita domiciliar com a saúde. Fui. Fiz essa intervenção com eles, que eu também achava que era inadequado uma visita domiciliar num, num primeiro atendimento assim com uma*

família que eu também nem tinha vínculo. Depois a gente fez mais um atendimento no posto de saúde, ficou extremamente caracterizado que não tinha, de fato, intervenção para assistência. Era uma demanda da saúde, da saúde mental, mais especificamente. E aí eu acabei me retirando porque eu não, eu não tinha o que fazer, o que intervir, né, nesse caso, nessa família.

No trecho acima, acompanhamos o relato da trabalhadora-técnica vivenciando a dramática de um Uso de si pelo outro e Uso de si por si (entre normas de uma Política de Estado sobre a população e uma política que se pretende pública). Buscando criar meios para entrar em atividade, e fazer o trabalho acontecer para além da execução de a Norma que produz “urgências”, procura meios para desviar da norma imposta. Nesse processo, conhecimentos sobre saúde mental e visita domiciliar, vão sendo renormatizados.

A realização de visitas domiciliares, quando necessário, é uma das atribuições previstas para os trabalhadores-técnicos em relação às famílias acompanhadas pelo CREAS. Com isso, é um dos instrumentos de trabalho que são colocados em questão e renormatizados na atividade como possibilidade de resistência. No trecho que segue, as trabalhadoras técnicas expõem como renormatizam essa atribuição.

- Principalmente numa lógica metodológica assim de imposição de metodologias ou. Eu vejo assim que tem uma coisa com visitas domiciliares assim, como se fosse a coisa mais. Quase como se tu não tivesse feito uma visita domiciliar tu não tem propriedade pra ta discutindo um caso ou pra fazer um acompanhamento familiar bem feito, sabe. Tu, como se tu de fato não conhecesse uma família sem ter ido na casa dela. Isso é várias vezes questionado e perguntado “ta, mas por que que tu não fez visita?” Bom, eu sou o técnico de referência, eu tenho autonomia pra organizar o meu trabalho. Eu to avaliando que não existe a necessidade de uma visita, mas vocês, mas existe aquela, aquela, aquele espectro ali rondando de que aquilo tem que ser feito, sabe.

- Uma supervalorização.

- Exato.

- E como que vocês avaliam a necessidade de uma visita ou não?

- Isso vai se dando no acompanhamento, na conversa com a família, nos atendimentos. Não necessariamente eu preciso ver uma casa para fazer combinações ou ir estabelecendo.

- Eu faço, é, pensando sobre isso VD. Quando tu não tem acesso, quando a pessoa não vem, que seria uma vez pra tu dizer pra ela vir.

- Quando existe questões habitacionais relativas ao caso.
- Isso. Ou assim, tem tido uns casos agora de duas pessoas. Uma PCD que está no abrigo, então até uma visita que uma mãe queria que eu visse a casa para ver isso, às vezes a coisa do. O abrigo diz que não tem acessibilidade. E o que que é acessibilidade para um, para outro. Daí eu fui ver, e acho que tem acessibilidade. Mas sim, questões que podem influenciar no acompanhamento, entende.
- Não fazer um atendimento domiciliar no caso só por fazer. Às vezes as visitas domiciliares são mais ou para ficar averiguando a casa das pessoas ou para ficar fazendo atendimentos domiciliares sem propósito. Que nem esse caso que eu relatei. A minha primeira intervenção com as pessoas foi diretamente na casa delas. Isso é horrível. Eu detestaria que uma pessoa completamente desconhecida pisasse na minha casa. Na primeira vez que eu vou falar com ela.
- É. Na maioria das vezes eu acho constrangedor até. Quando tem que chegar sem ter marcado alguma coisa. Até para alguns usuários é importante que vá na casa, tu vê que eles entendem que aquilo é uma coisa de valorização ou que essa coisa do olhar é muito importante assim, né.
- Tem alguma situação que tu lembre de visita domiciliar que tu acha que foi importante?
- Não, agora. Mas às vezes a gente escuta isso do usuário, sabe. Então isso tu avalia assim que, que vai lá, porque dão valor pra ele. Mas para mim não é um valor, né. Porque eu escuto, entende, a casa vai acontecer a revelia do que eu acho ou não da casa. Importa como o que ele fala da casa dele. E quais são as questões. Porque é com isso que a gente vai trabalhar, é a pessoa que vai fazer, não é eu lá que vou dizer o que que ela tem que fazer. Então assim que diferença grande faz tu olhar, aquela coisa, de comprovar e tal. Do que ela consegue te trazer. Se a pessoa consegue te fazer uma demanda é com isso que a gente vai trabalhar, com a demanda. A maioria dos nossos usuários não consegue fazer nenhuma demanda. Aí tu tem que ir lá na casa daquele jeito assim de fazer isso, fazer.

No tensionamento entre um uso de si por si e pelo outro, as trabalhadoras - técnicas vão tangenciando as possibilidades da construção de um lugar para si com o outro, para além da (re)produção de um modelo higienista, fiscalizador e tutelar.

Contudo, em outros momentos, tais (re)reproduções são muito passíveis de acontecer, reconvocando-as a produzir meios para viver o trabalho que estejam também em sintonia com seus valores e saberes. Uma das questões que insiste a todo momento nos encontros coletivos, é o excesso de demandas e a dificuldades de resistir a elas. Sobre isso, uma trabalhadora verbaliza:

Dificuldade de entendimento, de prioridade. A prioridade não é o que o técnico está avaliando, a prioridade é dar conta. A prioridade é o mundo, é o monitoramento. Isso eu acho que a gente concorda né. Nesse dizer, coloca em questão o processo de um trabalhador que se vê frente a um mandato de colocar as pessoas atendidas e a si mesmo numa lógica de cálculo, produtivista, produzindo um certo sujeito de direito, dentro de uma lógica já produzida de regulação da população. Frente a isso, pode acabar por criar meios, para fazer viver o trabalho, sob um traçado biopolítico. Ao perguntarmos sobre o que é dar conta, como os trabalhadores fazem para “dar conta”, seguem as seguintes explicações:

- *A gente, é o estresse no trabalho.*
- *Até agora fazendo o que tão te mandando fazer. Para e vai contar pauzinho.*
- *É, e tu faz do jeito que dá. Atende, o que que é um atendimento sistemático. Eu não faço atendimento assim, poucos eu consigo fazer atendimento que eu deveria fazer, né.*
- *Como é esse jeito que dá?*
- *O jeito que dá é estabelecer critérios de acompanhamento. Por exemplo, de um critério de acompanhamento ah, tu vais tirar a família, mudar gente, vai tirar do acompanhamento famílias que tu vai acompanhar uma vez a cada semestre. Isso para mim não é acompanhamento, por exemplo.*
- *Como vocês definem esses critérios?*
- *Pela violação, pelo tipo de violação. Pelo vínculo que é estabelecido também do educador com as crianças pela, por várias questões. Então pela especificidade do caso, se o caso demanda mais.*

Face as imposições do meio, o trabalho do educador aparece como um dos recursos possíveis na articulação de caminhos singulares. Assim como, em outros momentos, o trabalhador-técnico recorre aos colegas buscando compor um acompanhamento interdisciplinar:

- *A gente teve algumas situações de moradores de rua que a gente conseguiu articular um trabalho e que a gente se deu conta de como foi bom assim e como isso das particularidades de cada profissão assim se complementavam. No atendimento. Alguém se dava de uma coisa. A outra pessoa ia pelo outro viés.*

- *Sim, aí tu fazes uma costura. Constrói alguma coisa, faz mais sentido. Que aquela família não é só um jeito de olhar. São várias perspectivas.*

- *Não, hoje mesmo eu estava ali conversando com o J. (educador) sobre uma situação de saúde mental bem agravada. E aí a gente estava se questionando bom, como é que a gente vai informar. Como é que a gente vai informar para esse cara que ele tem toda essa situação de doença mental, que ele tem que ser atendido no CREAS de Alvorada? Que ele já tá referenciado lá e, enfim. Aí eu até disse para o J., bah, vou falar com a psicóloga para ver se ela tem alguma dica assim de como poderia, sei lá, por toda essa coisa de saúde mental que ele tem. Como isso poderia ser melhor dito? Então é isso assim, a gente sente essa falta do olhar do colega e vai tentando.*

Embora haja o reconhecimento da contribuição de um acompanhamento interdisciplinar, onde as diferentes visões são também possibilidades de modos outros de trabalhar com as famílias. São recorrentes as falas na direção de um trabalho, muitas vezes, centrado em um único profissional, convocando a equipe para dar conta da demanda: *Por conta do nosso número de famílias, a gente resolveu dividir né, a coordenação resolveu dividir né. Então são umas trinta e poucas famílias por técnico.*

Entre renormatizações, um dos principais aspectos apontados como uma das fontes de imprevistos e variabilidades no real do trabalho, são as situações de violência e suas diferentes configurações. Frente a questão sobre o que se configura como problema no cotidiano, as questões relativas a violência emergem atravessando as diversas situações relatadas, e como um dos grandes desafios a ser enfrentado. A respeito disso, uma trabalhadora-técnica verbaliza no início do primeiro encontro: *Uma questão que me causa bastante desconforto que é sempre um desafio, é em relação a violência. Quando eu olho para as famílias que eu atendo, o envolvimento com o tráfico de drogas, são questões que na intervenção fica bem difícil da gente conseguir encontrar limites. Onde que é o limite da Assistência Social no trabalho, na intervenção com a família, onde é uma questão de segurança. Tanto para quem atende quanto para a família, como do adolescente sendo envolvido".* Também nessa direção, foi iniciado o último encontro, período em que as situações de violência, relacionadas ao tráfico, estavam intensificadas no território: *Um dos fatos assim que aconteceram nessas últimas semanas é a questão da violência no território. Está bem latente, está em todos os meios de comunicação. E isso interfere*

diretamente no trabalho, porque a gente não sabe muito bem como. Ou melhor, a gente vai aprendendo todos os dias como administrar. A relação com os usuários que tem algum envolvimento. A própria circulação dentro do território.

Ainda, nos atendimentos dentro do espaço do CREAS: Já teve outras situações da gente ficar preso aqui dentro com o usuário. E o agressor do outro lado da porta nos ameaçando, ameaçando a família e tal. E aí a gente não conseguia sair. A família não conseguia sair. E todo mundo aqui dentro meio que num, numa motivação única de tentar resolver essa solução, todo mundo largou tudo o que estava fazendo para resolver. O agressor era o pai e a filha estava dentro do CREAS.

Face a isso, questiona-se como os trabalhadores fazem, então, a gestão do processo de trabalho face as imprevisibilidades que tais situações evidenciam? Que estratégias tem sido possível, ou não, criar? Em quais espaços as questões relativas as microgestões diárias são possíveis de serem discutidas? Como o poder de agir é ampliado ou impedido em tais processos?

Por ora, não trazemos questões relativas as situações do tráfico que impõem inclusive limites físicos e muito concretos em relação a execução dos serviços. Na direção que agora problematizamos, apresentamos duas situações de acompanhamento a casos de violência sexual, que produziram diferentes provocações e efeitos nos trabalhadores-técnicos.

A primeira situação, refere-se a um acompanhamento considerado muito difícil pela trabalhadora-técnica assistente social:

- Um caso assim que eu considero bastante difícil que já passou pela equipe, e que hoje eu tenho certeza que permanece ainda, que ela é uma adulta, hoje, é profissional do sexo. É o caso da T. Que é um caso que já passou pelo acolhimento institucional pela questão do abuso, na verdade nem foi abuso, foi exploração sexual, foi pela mãe. Então foi muito difícil para mim especificamente trabalhar com ela, porque ela carregava assim uma questão de amor e ódio com a mãe. Porque ela queria aquela mãe, mas aí ela trazia, e isso me incomodava assim, eu não sabia trabalhar direito. (...). E aí tinha uma casa na comunidade. E era uma casa, uma creche abandonada. E ali ficavam pessoas usando drogas. E aí ela foi levada para aquela casa. Ela tinha acho que na época sete anos, oito anos, ela era muito pequena. E aquilo, claro, ela lembra daquilo ali com dor, com violência, e dali para frente foi... E quando ela foi acolhida, daí ela saía

do abrigo. Era explorada sexualmente para fazer uso de drogas. E ela falava. Ela perdeu toda aquela vergonha de contar (...), “(...) acaba que acabou, eu só quero o dinheiro”. E isso é, para mim, um desafio. Eu não sabia. Me causou um incômodo não saber trabalhar com aquilo assim. Como devolver isso para ela. Como significar a relação dela com a mãe dela.

- E como que tu fizeste para acompanhar esse caso?

- Eu acho que eu não fiz. (riso). Na verdade, a gente trabalhou muito com a redução de danos no caso dela assim. O quê que a gente fez para reduzir o dano? A gente tentou fortalecer a família extensa dela, como a irmã mais velha, por exemplo, trazendo essa irmã mais para próxima, os outros irmãos também. Trazendo, dando um pouco mais de autonomia. Porque daí lá pelas tantas já estava fazendo dezesseis, dezessete anos então trabalhando com ela de que ela teria que dar alguns espaços por si própria mesmo. E não poderia nesse momento depender dos familiares, especificamente da mãe. Mas que a mãe, as pessoas, o ser humano ele vai mudando ao longo do tempo. Pode ou não se arrepender de algumas coisas, e que isso ao longo do tempo ela poderia ou não, retornar, conversar com a mãe. Mas era uma mãe que a gente também nunca acessou, nunca conseguiu fazer um trabalho com essa mãe de dizer para ela o quanto que era importante a presença dela na vida da filha mesmo com a violência. Porque era uma mãe que estava presa. Então era um caso que era muito complexo. E aí no fim, no fim de tudo ela fez dezoito anos. Ela chegou a parar de usar drogas, foram feitos encaminhamentos para ela (...). Chamou atenção. E porque é um caso que me marcou. E é um caso que eu consegui acho que até ali. Acho que não consegui desempenhar tão bem como se alguém mais preparada, pra trabalhar com abuso, não sei conseguir.

- Como seria estar mais preparada?

- Ai, não sei. Desenvolver alguma estratégia. Porque ela queria algumas respostas. Eu acho que ela queria algumas respostas. Ela queria algumas respostas de como que ela ia viver dali para frente com essa angústia. E como que ela fazia para, ela dizia assim, ‘mas como que eu faço para falar com a minha mãe, por exemplo?’

O segundo acompanhamento, trata-se de uma situação acolhida por uma trabalhadora-técnica psicóloga: *Eu esses dias fiz um atendimento que eu pensei assim “esse é um atendimento que foi referenciado porque eu sou psicóloga”. Isso é raro. A gente está numa política de assistência social, né. Então acredito que eu mais saio da minha, da minha competência que eu já nem sei mais o que que é que eu faço. Depois que eu fiz eu pensei ah, isso, psicóloga. (risos)*. Face a verbalização, perguntamos, como foi esse momento em que ela se dizia psicóloga:

- É, esse era um acolhimento. Esses dias tinha sido um caso também de abuso, eu tinha vindo do CRAI, mas a M., que era a residente que estava comigo tinha acolhido. Então eu não conhecia, não tinha visto que ela, essa pessoa é atendida por um SAF e tal. Mas aí ela marcou, a vó da menina marcou de novo porque ela queria muito conversar. E já tão os encaminhamentos dados, a menina é bem pequena, tem três anos, e a menina ta bem, morando com a vó. Porque antes morava com a mãe, virou usuária de drogas, e a casa virou não sei que lá. E aí que ela foi abusada. E a vó muito angustiada que a menina tava mostrando um comportamento assim, tipo, algumas vezes quando ia ver ela tinha baixado a calcinha. Mas a menina tava muito melhor, tava dormindo a noite inteira, tinha parado de fazer xixi na cama, coisa que fazia antes. Achava que a criança tinha que ser encaminhada pra algum lugar. Como assim, e eu disse pra ela não, não tinha que ser encaminhada pra algum lugar.

- Exato, te apropria, né.

- Que isso, é bem um retorno do negócio que bom, ela está bem, ela precisa de um adulto protetor do lado dela. Ela ta brincando. Ta, a menina já tinha me pedido o brinquedo. Tava com três anos. Tava brincando e tal. Tu vê, agora parou de fazer xixi na cama. Ta conseguindo. Antes tinha um sono agitado, parou. Sabe, tranquilizei ela pelo lugar importante dela. E que bom que essas coisas assim podem ter a ver com abuso, podem não também, tem sexualidade. Entende. Pude tranquilizar, ver talvez, as gurias, não sei, não achasse um horror, mas assim, eu sei que a minha tranquilidade é porque eu sou psicóloga e vejo envolvimento. Três anos, a sexualidade.

Nesse momento, uma trabalhadora-assistente social intervém: Mas sabe, te ouvindo falar agora assim. Por muitas vezes eu me sinto extremamente insegura esse tipo de avaliação quando inicia, vem para um primeiro atendimento de um caso de abuso e fazer uma primeira intervenção. E de estar decidindo se de fato precisa ou não de um acompanhamento assim. Por não ter, por não poder contar com esse olhar da psico assim para me auxiliar, sabe. Como que tu faz para definir?

A trabalhadora-psicóloga responde: Tiro na lua. Face a isso perguntamos como é esse tiro na lua: Fecha os olhos. (risos) Também tu conta com, claro. Tu contas que se veio para cá, vai pro CRAI, no CRAI tem uma equipe lá que, entende. Também tem as questões que tu te amparas assim. Eu também, não cabe a mim avaliar isso. Mas nesse caso eu pude seguramente avaliar. E eu acho que o CRAI encaminhou a menina também. Mas é pelo que ela estava

dizendo eu tive segurança, entende, de dizer. E pude fazer o que era importante, que era dizer que a vó estava sendo protetora. E ela sentir calma. E como que ela faz nessas situações assim em casa. Levanta a calcinha, a menina já passa para outra coisa e aquilo. Que daqui a pouco a menina vai para escola e outras coisas. Normalmente ela nem vai apresentar mais nada. Ou se sim, num outro momento que não quer dizer que agora, mas isso eu estou falando porque, eu sei, é da minha conta isso, é diferente.

Embora tratem-se de situações com diferentes complexidades, por um lado, pode-se pensar a dificuldade de reconhecer um bom trabalho a partir dos recursos disponíveis, por outro, a identificação com os conhecimentos advindos da formação em psicologia, é o que parece levar a reconhecer um bom trabalho. Nessa direção, interrogamos como vêm se constituindo o gênero trabalhador social no CREAS? No percurso de pesquisa, ao perguntarmos sobre como os trabalhadores-técnicos faziam para enfrentar momentos que consideram difíceis como as reuniões de referência e contrarreferência, reconhece-se momentos em que os trabalhadores verbalizam uma organização sempre em duplas, mas, também, verbalizações, no sentido de “terapia”, “medicação”, “rivotril”, ou “*se não estiver bem nesse dia nem vais porque tu vais levar.*” Face a isso, fica a questão sobre como tais entendimentos ampliam ou impedem o poder de agir dos trabalhadores?

Sem negligenciar a complexidade das situações acompanhadas, assim como, as dificuldades reais em termos de recursos em relação as políticas públicas no Brasil, interrogávamo-nos sobre como a produção de algumas ‘certezas’ que pareciam ser produzidas sobre esse trabalho, restringiam as possibilidades de análise e da criação de modos outros de trabalhar.

Tais situações, por vezes, nos remetiam na direção de estar favorecendo processos de institucionalização de determinadas práticas/normas, dificultando assim, a expansão de um poder de agir no lastro de um coletivo. Nessa direção, o que nos parecia como uma “ausência de normas”, num primeiro momento, começava a sinalizar para a fragilização de recursos coletivos, de cultivo do ofício, de um trabalho sobre o trabalho como nos indica Clot (2010).

Contudo, tal processo não acontecia sem resistências. Nos diálogos acima, tangenciamos uma tentativa de colocar o gênero a prova quanto uma trabalhadora pergunta a colega como ela fazia para decidir. Assim como, os trabalhadores técnicos também reconheciam a potência de tais composições com o outro (colega) e buscavam estratégias para criar meios para fazer viver um trabalho interdisciplinar: *Eu reclamo. E questiono sempre assim, questiono em reunião. E a gente faz muita força assim de, não, hoje nós vamos juntas. Ah mas não, ta, isso é outro dia, hoje a gente vai fazer atendimento junto, vai fazer visita. (..) Eu brinco, mas é uma coisa que me incomoda porque eu sempre trago isso, Helena, bem explícito. Tanto para equipe, as educadoras e a nossa coordenadora: Se não tivesse importância, se não tivesse relevância de ser psicólogo, assistente social, então a gente colocava um contador. E eu sou bem assim. Se não tem diferença o trabalho em conjunto, então vamos botar um contador junto com a L. ou comigo. Ah não. Eu questiono muito, sempre trago isso. Que nossa visita junta, nosso atendimento juntas enriquece muito, faz toda diferença, bom, vocês sabem.*

Por entre renormatizações, produções de “urgências” e resistências vão se forjando na relação entre os diferentes atores que compõem o trabalho no CREAS. Com isso, entendemos que problematizar a gestão do trabalho, nessa esfera, implica buscar conhecer o que é produzido nesse circuito intenso entre políticas de Estado (Molar) e uma política pública, construída na relação com o outro, pela micropolítica do trabalho enquanto atividade. O que convoca a estarmos atentos a dinâmica de produção de normas antecedentes e, ao mesmo tempo, aos vazios de normas que exigem renormatizações.

Sobretudo, implica reconhecer essa dimensão sempre inantecipável do trabalho, o qual convoca a decisões, microescolhas, que podem ser tomadas como criação em ato dos trabalhadores. Bifurcações que colocam em questão as instituições/normas que os atravessam e podem colocar, em cena, caminhos singulares.

5.3 Os desafios na construção de um coletivo de trabalho para enfrentar o real

Nesse breve percurso, podemos nos aproximar da complexidade do encontro com as famílias atendidas, assim como, entre os próprios trabalhadores, mobilizando os trabalhadores-técnicos e trabalhadores-educadores, a entrarem em atividade e/ou, por vezes, impedindo seu poder de agir. Dessa forma, é acompanhando as problematizações elaboradas pelos próprios trabalhadores, face as provações encontradas na relação com as pessoas atendidas e nas relações entre trabalhadores(as), assim como, as renormatizações empreendidas a partir destas, que tangenciamos a produção de subjetividade engendrada na atividade e nos processos de trabalho no CREAS. Produção essa, que se dá entre recursos e restrições.

Conforme o Caderno de Orientações do CREAS (2011), a natureza da atenção ofertada e o caráter público estatal da Unidade, implicam a composição da equipe de trabalho por Servidores Públicos efetivos. Contudo, entre o prescrito para a implantação, e como as equipes são compostas, há uma grande distância, que podemos entender como um dos primeiros desafios a gestão do trabalho.

O processo de trabalho no CREAS conta com diferentes postos de trabalho e é marcado pela multiprofissionalidade: psicólogos, assistentes sociais, pedagogos³⁸, educadores sociais, porteiros, auxiliares administrativos, motoristas, auxiliares de limpeza³⁹. A coordenação do CREAS e os técnicos sociais que atendem o Serviço de Medidas Sócio Educativas e o PAEFI, são servidores concursados da Prefeitura. Enquanto os educadores sociais e o advogado que trabalham nos mesmos serviços, são vinculados a um convênio entre o Estado e uma unidade de organização religiosa.

Já o Serviço de Abordagem Social, subdivide-se⁴⁰ em Abordagem Adulta e Abordagem de Crianças e Adolescentes. Enquanto a primeira é executada pelos

³⁸ Embora não esteja previsto a inserção desse profissional no CREAS pela NOBRHSUAS(2006), trata-se de uma categoria profissional presente no SUAS e, sobretudo, com grande representação na execução da Política de Assistência Social no município de Porto Alegre.

³⁹ Cabe destacar que os profissionais de apoio (auxiliares de limpeza, auxiliares administrativos, motoristas não foram escutados diretamente nesse percurso de pesquisa, contudo

⁴⁰ Durante o acompanhamento do trabalho no CREAS essa era a configuração do Serviço, contudo, durante o período de finalização da dissertação, novos arranjos acontecerão e o convênio para o Serviço de Abordagem foi ampliado também para abordagem adulta.

mesmos trabalhadores que executam o PAEFI e O Serviço de Medidas, a Abordagem à Crianças e Adolescentes, é executada por equipes de trabalhadores contratados por outro convênio com entidades da sociedade civil, também de cunho religioso. Tratam-se de equipes que realizam o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil, acompanhando-os através dos serviços de Abordagem Social e de PAEFI. São compostas por um Articulador Institucional, um assistente social, um psicólogo e quatro educadores sociais (de nível superior ou médio) que complementam a equipe do CREAS preconizada pela NOBRH (2006). Cabe destacar, que esse serviço já era desenvolvido no município antes da implantação do SUAS. Enquanto os porteiros, motorista e auxiliar de serviços gerais são contratados por diferentes empresas terceirizadas.

Há, assim, o atravessamento da diversidade de vínculos empregatícios, dos diferentes cargos de trabalho (educadores e técnicos sociais) que compõem diferentes arranjos de equipes (CREAS e Ação Rua) para execução dos três Serviços executados no CREAS enquanto unidade estatal.

Durante os encontros coletivos para a análise do trabalho com os trabalhadores-educadores estes expressam com maior intensidade as microgestões realizadas pelos trabalhadores que carregam a dimensão coletiva e as renormatizações operadas no curso da atividade de trabalho. Tal processo pode ser pensado, tendo em vista que a organização do trabalho para os educadores sociais possibilita, principalmente pelo Serviço de Abordagem social, que a execução do trabalho seja realizada sempre em duplas, diferente do atendimento realizado pelos técnicos sociais que são cada vez mais tensionados a dar conta de metas individuais. Assim como, os próprios trabalhadores-educadores, frente as provações do real do trabalho, já haviam organizado um grupo de encontros mensais, para colocar o trabalho em análise.

Nesse sentido, podemos pensar que, tal processo, nos permitiu acompanhar a experiência já em curso de organização do processo de trabalho por um coletivo de trabalho que buscava ampliar seu poder de agir.

No trecho que trataremos a seguir, os trabalhadores-educadores vão expressando o processo de organização do coletivo de trabalho na situação,

compondo Equipes Coletivas Relativamente Pertinentes - ECRP (Schwartz, 2007), as quais compõe-se na experiência de trabalho como no exemplo da ação de abordagem:

- *É, eu acho que é mais a questão de trabalho a pessoa viver aquilo ali, entende. A pessoa que chega crua hoje o que acontece, é um fato realmente que acontece, não tem uma preparação para ser educador social. Tanto em CREAS, em abrigo, acho que também Ação Rua.*

- *Acho que geral.*

- *Educador social não tem assim essa preparação. Então isso que o F. traz assim é em todos os segmentos, entende. CREAS, Ação Rua, ou até mesmo os abrigos. Não tem uma preparação. Por exemplo, chega hoje para o F., ele vai pegar e vai te mandar sair com alguém, a colar em alguém que já trabalha e vai desenvolvendo ali. E vai criando, vai criando o seu perfil, entende. Vai criando de uma forma, não tem a, a não ser estudar as siglas que hoje se exige mais ou menos.*

- *Eu acho que então no momento em que se chega a uma equipe, então o Ação Rua trabalha em duplas, os educadores saem à rua, o CREAS às vezes também.*

- *Em três, em dois.*

- *Então tu sai com outra pessoa. Essa outra pessoa teoricamente ela já tá há um pouco mais de tempo. Essa pessoa então vai, como foi falado aqui, vai te orientando, aqui a gente faz isso, aqui eu faço aquilo. Mas mais ou menos essa pessoa que já estava, em algum momento ela chegou nesta equipe e tinha uma outra pessoa, né, já ali. Eu acho que vem passando pra equipe aquela estrutura, como aquela equipe trabalha com isso. Então acho que muito por isso, todas as equipes conversam, socializam os acontecimentos, as situações e ali é entendido que em algum momento já aconteceu essa situação de ah, deixou o crack e tá na maconha. Ah, que bom. Consenso geral. Que bom e tal. Em algum momento isso já pode ter acontecido, que foi trazido, chegou nessa pessoa, que tá chegando com essa pessoa nova agora. Acho que a questão de tu trazer e tu falar pro teu colega, assim, que o bom senso é muito importante. Não sermos curiosos, respeitarmos o.*

- *Mas como ter bom senso?*

- *Tá, é que o bom senso.*

- *O teu bom senso não é o meu bom senso.*

- *É isso aí que eu ia falar.*

- *Muita coisa se traz de casa. Com certeza assim também. E acho que tu aprende, tu aprende, tu entra naquela equipe e a equipe trabalha isso. Como se trabalha o bom senso. De repente, sábado*

agora, esses dias numa casa que o tráfico era pesado e a gente nem sabia que ia ta tão movimento assim. E no momento um dos rapazes que era conhecido nosso fez um sinal pra os outros que tavam nas minhas costas. E nós ali. Fez um sinal. E o bom senso me disse pra não olhar pra trás. Não me interessa o que ele ta fazendo.

- Mas fiquei com dúvida como que se aprende esse bom senso? Se eu tivesse que trabalhar no teu lugar como eu deveria fazer?

- Mescla, se mescla. Certo? Que eu acho que é essa bagagem aliada a, que é a bagagem que vem com as, a situação da equipe que eu ia chegar ali ó, então se eu olho para trás, acabo de repente colocando em risco não só eu, mas os colegas. E de repente depois numa próxima reunião conversaríamos sobre isso e aí é que eu começo a aprender. Teoricamente começaria a aprender que os colegas, olha, M., acho que tu fez errado, não deveria ter olhado. To trazendo esse exemplo. Aqui começa a se formar um pensamento, uma prática da equipe, o que é um bom senso, a não colocar todo mundo em risco e tal.

Criar um vínculo entre os trabalhadores-educadores implica o exercício de um trabalho sobre o trabalho na qual o coletivo de trabalho torna-se instrumento para enfrentar o real. Exercício esse que se dá no reconhecimento da diferença entre trabalhadores e que possibilita a existência de um gênero por entre estilizações: *Isso eu enxergo muito assim, muito a questão com a troca de informação com os educadores. Cada um tem um jeito, cada um tem um perfil e eu vejo muito com essa troca, também de vivências. Cada um tem a sua vivência, a sua levada de chegar no adolescente, como a gente diz. Muitas vezes um pode fazer com um brinquedo ou muitas vezes até no olhar. Teu colega te olhou de uma forma diferente e tua recua um pouquinho.*

Já nos encontros em grupo com os trabalhadores-técnicos sociais, é expressado, primeiramente, com maior intensidade, as provações do real e os impedimentos ao poder de agir. Tal movimento, pode ser pensado pela organização do trabalho nos CREAS que, ao nosso ver, tem buscado, também, 'dar conta' de uma demanda por atendimentos individualizados e respondendo a certas "urgências", fragilizando espaços coletivos e uma organização do trabalho pelo coletivo.

Dentre as questões restrições que não podem ser negligenciadas, destacamos, por exemplo, a produção de demandas judicializadas por meio dos Serviços das Medidas Socioeducativas. Nessa direção, podemos pensar, um

dos encontros que nos deslocam em relação ao Trabalho de Gestão em Políticas de Estado. Em uma visita ao CREAS, ao encontrarmos a coordenadora, essa prontamente começa a falar da organização do trabalho no momento atual. Refere que estando apenas com dois técnicos (1 assistente social 40 horas e 1 advogado 20h), pois outras duas técnicas estão de férias (1 assistente social e 1 psicóloga), precisou se colocar, também, no atendimento e acompanhamento, principalmente dos adolescentes em medida socioeducativa, grande demanda da região: *Os processos por exemplo, estão todos aqui na minha mesa, vou segurando, largando aos poucos para equipe, não posso largar tudo junto se não gera muita ansiedade.*

Enquanto o SINASE⁴¹ e a NOBRH SUAS preconizam 20 acompanhamentos por técnico, a região do CREAS, durante a realização da pesquisa, tinha 250 adolescentes em cumprimento e 1 técnica assistente social como referência. Nesse processo, também caberia perguntar como as políticas de gestão tem facilitado ou dificultado tais formações, potencializado ou restringido espaços coletivos e acompanhamentos interdisciplinares.

De certa forma, isso possibilitou pensar nos desafios na organização do coletivo de trabalho, na esfera da política de Assistência Social, em torno do real, já que, ainda, os técnicos sociais tateavam como compor o coletivo de trabalho. Nessa direção, podemos pensar que há uma ausência de normas por uma escassez de normativas sobre como fazer o trabalho social especializado. Assim como, um gênero trabalhador no CREAS, ainda, muito incipiente. Com isso os trabalhadores, sobretudo os Trabalhadores-técnicos, parecem viver um enfrentamento do vazio de normas sem um plano de gênero fortalecido. Ou seja, com conhecimentos genéricos produzidos pela própria atividade, pela experiência no e pelo trabalho, ainda insuficientes, não emergindo como recurso frente aos desafios do real. Isto é, podemos pensar que o acúmulo de tarefas para os técnicos e uma exigência de flexibilização de suas práticas, ao esvaziarem espaços coletivos, acabam por fragilizar também discussões e o compartilhamento de recursos impedindo a expansão do poder de agir dos trabalhadores.

⁴¹ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Retomamos aqui, um dos importantes conceitos-operadores no qual se referência o trabalho, na perspectiva da atividade, o desenvolvimento de um ‘poder de agir’ entrelaçado a uma produção sempre coletiva, que converge em saúde e resistência. Para Clot (2010) o ‘poder de agir’ no trabalho está diretamente ligado a um movimento incessante entre a dimensão pessoal e transpessoal, entre gênero profissional do ofício e as estilizações dos trabalhadores.

Dizemos com isso que, sem os recursos das formas comuns da vida profissional, pode-se assistir a uma “queda” do poder de ação no trabalho e no desenvolvimento subjetivo. O gênero social, ao formar um repertório de atos e maneiras de considerar as coisas e pessoas em determinado meio, fixam, de alguma maneira, os previsíveis que permitem suportar – em todos os sentidos do termo – os imprevisíveis do real. Em outras palavras, pode ser assim entendido, como uma ferramenta para a ação. Uma forma de trabalhar que os profissionais de determinado meio reconhecem, o que eles sabem que devem fazer, graças a uma comunidade de avaliações pressupostas, sem que seja necessário reespecificar a cada vez que a situação se apresenta (Clot, 2006, p. 129).

Ao mesmo tempo, o gênero é sempre inacabado e transitório, pois é constantemente submetido a prova do real. Os trabalhadores agem por meio do gênero; enquanto satisfazem as exigências da ação:

Assim, quando necessário, eles ajustam e aperfeiçoam os gêneros, posicionando-se igualmente fora deles por um movimento, por uma oscilação, às vezes rítmica, que consiste em se afastar, em se confundir, de acordo com as contínuas modificações de distanciamento que podem ser consideradas criações estilísticas (Clot, 2011p.126).

Trata-se de um processo de ‘estilização’ que mantêm os gêneros em funcionamento. Ao se apropriar de um gênero profissional, cada trabalhador toma o trabalho para si e o executa do seu jeito, ou ‘estilo’. Isto é, na atividade, os trabalhadores experimentam variações dos modos já conhecidos de atuar, expandindo, dessa forma, os recursos coletivos para enfrentamento do trabalho real.

Contudo, Clot (2010) mesmo sinaliza que a existência desses gêneros, a possibilidade de construção de uma história comum, é extremamente maltratada nas organizações contemporâneas. O trabalho de organização dos próprios coletivos, nem que fosse pelo tempo que lhe é concedido, está longe de ser estimulado como devia. Situação que pode ser entendida pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no neoliberalismo. Tratando-se da esfera de trabalho no CREAS, pelos efeitos e atravessamentos de tais políticas econômicas que produzem uma demanda cada vez maior em relação ao trabalho social especializado.

Face a tal demanda, reconhece-se, no âmbito da Assistência Social, por vezes, a busca por “dar conta”, a partir da flexibilização do trabalho de do desdobramento do trabalhador. Nessa direção, ficamos atentos, ainda, ao que Clot (2010) sinaliza como necrose do gênero, quanto este não mais é tomado como processo, mas como estado de coisa e, assim, conseqüentemente, do próprio ofício, determinando o trabalho como meramente um ato de passividade e subordinação.

Nesse sentido, poderíamos pensar que o excesso de demandas e a fragilização dos espaços coletivos pode produzir como efeito uma certa cristalização dos meios para fazer o trabalho acontecer? Tal questão, nos remete ao primeiro encontro com os trabalhadores-técnicos em que, face aos relatos sobre os desafios encontrados pelo real do trabalho, os trabalhadores referiam uma não possibilidade de realização do trabalho, expressando fortemente as condições que, atualmente, impedem a ação do trabalho na Assistência Social. Conectada à grande demanda, há uma análise tanto em relação a própria produção das situações-limites que chegam ao CREAS e que são produção social para além das possibilidades de intervenção de uma única política: *É só isso, é a verdade. Então no momento, não adianta ficar utopizando isso. Porque é, não tem outra opção. Se tu fizer um diagnóstico de território sincero e honesto, é isso. Se não tiver ali rios de dinheiro entrando ali dentro daquela comunidade pra realmente fazer com que aquilo aconteça em termos de saúde, habitação, saneamento, ela vai continuar dessa forma. O que a gente faz aqui dando BBC, benefício eventual pra uma família, ou algum tipo de evento, toda essa documentação, isso não vai adiantar nada, vai continuar a mesma coisa, é isso.*

A gente tá procurando, os adolescentes que a gente atende aqui, medidas a gente tá produzindo lá, ponto. Devia ser a linha de produção. Vai continuar sendo assim. E a assistência, e eu concordo quando ela diz, a gente tá, a gente não, a grande questão é a gente não saber limitar o que é nosso. E aquilo que é nosso que a gente pode atender mesmo. Qual é o nosso limite de atendimento? A gente não consegue fazer tudo. A gente tem um limite que é até dentro do que é nosso. E isso é uma esquizofrenia na assistência. De não conseguir se bancar, sabe. Parece que é a prima pobre das políticas assim. E que não consegue se bancar, não consegue se.

Ainda, tais situações, também levam os trabalhadores a reconhecerem os efeitos que a organização do trabalho tem provocado: *Mas eu acho isso até meio cruel porque aí que aquela pessoa não tem capacidade para lidar, pra lidar com aquela família, não tem instrumentalidade. Quando na realidade às vezes é só exaustão, exaustão em termos de recursos, sabe. Não é a pessoa que não tem capacidade. Isso me incomoda. Passa pro sicrano porque o sicrano tá com a cabeça arejada, sabe? Cabeça arejada, ele nem tá com a cabeça arejada aqui na assistência, isso não existe.*

Com isso, embora haja, por vezes um certo ativismo e um esvaziamento do coletivo, isso não acontece sem resistências e questionamentos dos trabalhadores, que parecem buscar meios para não assumir o lugar de profissional ‘especializado-expert’, colocando em interrogação o próprio Estado e uma certa produção de subjetividade onipotente na esfera da Assistência Social. Tais questões, por um lado, na ausência de um coletivo de trabalho fortalecido, capaz de ser interrogado e levado a prova, podem reverberar como transgressão em meio a equipes expostas ao isolamento, onde o trabalho coletivo fica, então, privado do coletivo de trabalho (Clot, 2010).

Sem negar as restrições e impedimentos que tais ausências de normas podem convocar, para potencializar a analítica da atividade, recorreremos a Clot (2010, p. 104) e ao conceito de ‘real da atividade’. Sob a influência de Vygotsky, Clot nos lembra que “o homem é pleno a cada minuto de possibilidades não realizadas”. Isto é, se focarmos apenas no trabalho realizado, negligenciamos as potenciais possibilidades contidas no real da atividade. Para compreender a atividade, é preciso considerar ainda, a atividade (re)engolida, impossível,

impedida, ou seja, “o real da atividade é, igualmente, o que não se faz, o que se tenta fazer sem ser bem-sucedido – o drama dos fracassos- o que se desejaria ter feito o que se pensa ser capaz de fazer noutra lugar. (Clot, 2010, p. 104)”

Nessa direção, poderíamos interrogar o que não pôde ser feito até agora no trabalho do CREAS mas que poderia vir a ser realizado? Face as dificuldades enfrentadas pelo real, os trabalhadores sinalizam em diferentes momentos, mesmo que, não sem dificuldades, criar meios para fazer o trabalho acontecer, seja recorrendo aos pares, a um plano de valores, assim como, aos recursos de seu campo de formação (Psicologia, Serviço Social).

Assim, microescolhas, são realizadas no cotidiano. Acompanhando os trabalhadores, pode-se afirmar que, sobretudo, é no infinitamente pequeno (Schwartz, 2007) que os maiores problemas do político se colocam no e pelo trabalho. Ou seja, é no encontro entre trabalhadores e pessoas atendidas, assim como, entre trabalhadores e trabalhadores, na gestão cotidiana de normativas e recriação de normas, que a Política, modos de relação com os outros são construídas. Assim, é nesse processo que a história desse ofício e da política de Assistência Social pode continuar a ser (re)produzida pela via de uma regulação da via no e pelo trabalho, ou experimentar bifurcações, desvios inventivos capazes de impulsionar caminhos singulares.

Dessa forma, é o fazer cotidiano, as microgestões dos trabalhadores que são a força propulsora do SUAS. Ou seja, é pelos encontros no pelo trabalho que caminhos outros na Assistência Social podem ser experimentados. Nessa direção, a análise do trabalho pela perspectiva da atividade, nos sinaliza a relevância de, antes de mais nada, apoiar os coletivos nos seus esforços de reduplicar seu poder de agir em seu meio (Clot, 2010). Isto é, de fortalecer o coletivo de trabalho através de uma abertura as estilizações, aos caminhos singulares.

Trata-se da proposição de dispositivos que possibilitem tornar o gênero visível e discutível no diálogo. Para Clot (2010), ao submeter o gênero a prova na confrontação com sua própria atividade e com a do outro, faz reviver o gênero de uma maneira pessoal, oferecendo ao coletivo a possibilidade de um aperfeiçoamento do gênero ou a possibilidade de questionamentos capaz de

levar a validação coletiva de novas variantes. Reafirma-se assim, que a análise do trabalho envolve sempre os trabalhadores como analistas de sua própria atividade, tendo em vista que são eles mesmos que produzem questionamentos sobre seu fazer labor face as provas do real. Ao mesmo tempo, por entendermos que a experiência já vivida, através do coletivo de trabalho, pode ser recurso para viver outras experiências. É nesse sentido, que a experiência laboriosa habitual, pode ser recurso de outros caminhos possíveis (Clot, 2006).

Dizemos com isso que, um coletivo de trabalho fortalecido, ou seja, uma produção de conhecimentos genéricos do ofício, compartilhado entre os trabalhadores, pode tornar-se recurso para estilizações e assim, para um trabalho comum, aberto as forças do coletivo que operam na micropolítica do trabalho.

Nessa direção, destacamos, ainda que, embora, não tenhamos realizado grupos com a equipe como um todo, a partir dos encontros em grupo com os educadores sociais foi possível perceber movimentos em que o gênero educador se constituía, também, a partir da relação com os técnicos sociais e vice e versa. Tais movimentos nos sinalizam a necessidade de pesquisas e intervenções que remetam ao drama a ser enfrentado, pela via do coletivo de trabalhadores do CREAS, possibilitando a construção de um plano comum. Com isso, pensamos a potência de um gênero profissional fortalecido de trabalhadores do CREAS. O trabalho na assistência é o que os liga, assim, pensamos que, mesmo com fazeres diferentes, há a relevância de um gênero trabalhador social da Assistência, com as peculiaridades que isso coloca, na direção do qual podem ser produzidas outras pesquisas-intervenção.

A atividade (re)engolida, impedida, nos sinaliza a potência de se tornar meio para viver outras experiências. Além dos processos de gestão do trabalho pela equipe, estes já evidenciados na sessão anterior, outra relação era verbalizada pelos trabalhadores através da sensação de serem engolidos pela Assistência social, tratava-se das relações com outros serviços da rede sócioassistencial, principalmente nas reuniões de referência e contrarreferência com o CRAS. Nessa direção, pensamos a possibilidade da formação de coletivos, também, enquanto trabalhadores da rede socioassistencial, podendo ser o lastro para outras intervenções.

6. POR UMA FORMAÇÃO INVENTIVA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A partir da pesquisa com os trabalhadores do CREAS, objetivávamos compreender como o trabalho na Assistência Social, enquanto atividade, se constitui no trabalho em situação, atravessado pelas diferentes linhas problemáticas que compõem esse campo. Para tanto, nossa questão-problema, embora com alguma imprecisão, nos levava a pensar como a partir da análise do trabalho como atividade na PNAS ativar/potencializar processos de trabalho que se voltem a construção de público/comum em meio a política estatal?

Tomar o trabalho, na Política de Assistência Social, pela perspectiva da atividade, nesta dissertação, levou-nos, sobretudo, a desenvolvermos(nos) uma/numa relação inventiva com o trabalho. Isto é, buscamos produzir uma análise que problematizasse as diferentes dimensões, acompanhando e interrogando os efeitos que o trabalho e o fazer, nesse âmbito, vem produzindo. Nesse sentido, nosso interesse se direcionou, em especial, aos possíveis desvios, “escapes” a normas/instituições que marcam e produzem o campo social e o trabalho/trabalhador nessa esfera, pela via de um controle da vida, operando uma Política de Estado sobre a população.

Com isso, a própria pesquisadora emergiu quando começou a estabelecer uma relação inventiva com o trabalho de pesquisa, permitindo-se não só ‘acompanhar’ a rotina do trabalho no CREAS, mas abrir-se aos efeitos dos encontros no e pelo campo, e, por eles, também, interrogar-se, interrogar o trabalho e a própria produção da pesquisa. Entendemos, assim, que o trabalho-pesquisa se tornou um campo de despertar da problematização, deslocando-nos, convocando-nos a pensar o que pode ser um mundo diferente das verdades que nos constituíam.

Inicialmente, a problemática do governo sobre as famílias e pessoas atendidas, era muito presente, sendo por nós pensada a partir das forças que atravessam a emergência do campo social e da Política de Assistência Social, nesse âmbito. Ao nosso ver, a regulação parecia ser produzida/expressada, por uma certa Judicialização da Vida, pressionada pela institucionalização crescente

das demandas da população, face as quais os trabalhadores do CREAS viam-se cada vez mais pressionados pela execução de uma Política de Estado, do que pelas possibilidades de construção de uma Política Pública *com* o outro.

Contudo, sobremaneira, a partir dos encontros com os trabalhadores, quando reconhecemos que a própria produção de pesquisa se encontrava na encruzilhada micropolítica entre a reprodução e as possibilidades de singularização, tal problemática vai puxando novas linhas, ganhando outras dimensões. Assim, fomos produzindo, ao longo dessa dissertação, discussões que, no encontro com o campo de pesquisa, dizem da construção histórica do trabalho na Assistência Social que continua sendo refeita. Entendemos que, se o trabalho como atividade, consiste em uma gestão cotidiana de normativas e recriação de normas, a análise do trabalho, por essa perspectiva, nos possibilitou acompanhar como essa Política continua a ser construída pela própria gestão dos processos de trabalho. Se por um lado, há o reconhecimento de uma produção biopolítica, sobretudo, pela via de um controle sobre o trabalhador que se vê convocado a “dar conta” das demandas operando uma flexibilização do trabalho e um esvaziamento dos espaços coletivos.

Por outro lado, a perspectiva do trabalho como atividade, nos permite compreender que tais configurações estão sempre sendo colocadas a prova no e pelo próprio exercício de trabalhar, em meio a (re)produções e resistências. Dizemos com isso que é no infinitamente pequeno do trabalho, como diria Schwartz (2007), no encontro, que os trabalhadores se deparam com a dupla via do seu ofício em que, ao mesmo tempo podem produzir práticas de controle, higienização, tutela, ou criar modos outros de produzir a vida. Encontro esse, que como podemos acompanhar, não se produz sem resistências e problematizações. Nessa direção, entendemos que o trabalho comporta uma potência de invenção, de problematizar os modos instituídos e assim, na encruzilhada micropolítica em que se encontram os trabalhadores, desviar das forças assujeitadoras e inventar modos outros de trabalhar-viver.

O conceito de invenção, conectado ao caráter imprevisível do processo de aprender e a invenção de problemas (Kastrup, 2001), ganha relevância nessa dissertação porque ele está justamente ligado a possibilidade de o trabalhador retirar seu trabalho das evidências, problematizá-lo quando convocado pelo real,

possibilitando o novo em situação de trabalho. O processo de invenção, assim, como aqui reconhecemos, trata-se da possibilidade de criação de si e do mundo. O que, em situação de trabalho, entendemos que acontece no encontros entre trabalhadores e pessoas atendidas, bem como, entre trabalhadores(as) e trabalhadores (as), no processo da atividade, entre renormatizações.

Cartografar o trabalho no CREAS, pela perspectiva da atividade, nos permitiu acessar a pluralidade de normas que atravessam esse fazer (Normas do SUAS, Normas das outras Políticas Públicas, Normas Jurídicas, Normas ancoradas nas trajetórias de vida dos Profissionais e das Pessoas atendidas, assim como das Instituições Infância, Família, dentre outras). Ao mesmo tempo, como nos sinalizam os trabalhadores-educadores não há normativas suficientes para prever o trabalho, de certa forma, tem que inventar todo dia, compartilhar experiência, criar meios para fazer viver o trabalho. Nesse sentido, podemos pensar que deparar-se com um vazio de normas, pode não ser entendido como um desamparo, mas como um processo de criação acionado em situação de trabalho.

Em outras palavras, pensamos que a atividade de trabalho no âmbito da Assistência Social carrega uma potência de caráter inventivo e político, vivenciado nas microgestões cotidianas realizadas pelos trabalhadores. Em meio as dificuldades encontradas, as provas que se impõem, os trabalhadores interrogam as normas que os atravessam e criam estratégias para fazer o trabalho acontecer, produzindo modos de relação *com* o outro que tanto podem ganhar força numa direção de reprodução institucional quanto de sua transformação.

Tal entendimento, nos sinalizava uma formação que acontece no processo da atividade, uma gestão do trabalho que também é produtora de saberes. Isto é, através de um Uso de Si, os trabalhadores recorrem a diferentes instâncias, normas relativas aos valores pessoais, aos saberes da equipe multidisciplinar (psicologia, serviço social, pedagogia), bem como as próprias diretrizes e princípios do SUAS, renormatizando-as em situação de trabalho. Assim fazendo, também produzem conhecimento, modos operatórios, sobre como fazer, no e pela experiência de trabalho.

Nesse processo, não podemos deixar de destacar a complexidade das situações vivenciadas. A coexistência dos múltiplos vetores que atravessam esse fazer, nos levam a entender que o trabalhador, nessa esfera, opera sempre em uma fronteira muito tênue entre a reprodução de modelos de produção de subjetividade capitalística, que conformam as “urgências”, e as possibilidades de singularização, entre controle e tutela, entre Judicialização e produção de política pública *com* as pessoas atendidas. Por se encontrarem nessa encruzilhada micropolítica, no trabalho nessa esfera, há sempre um tensionamento entre essas fronteiras, entre desejos e necessidades dos diferentes atores e Instituições que compõem a rede de assistência social.

Tais questões, afirmam um campo de trabalho sempre em movimento, em uma zona de tensão em meio a políticas de Estado e Políticas Públicas, em que os trabalhadores são convocados, cotidianamente, a criar meios para fazer o trabalho acontecer. Assim, a perspectiva da atividade, nos remete, sobretudo, a um plano de processualidade, de engendramento micropolítico onde a produção de subjetividade e de realidades não cessam de ser (des)feitas em ato, no encontro entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhadores e pessoas atendidas, em meio a trama sociais de normas que, face aos desafios do real, são colocadas a prova e renormatizadas no e pelo trabalhar. Nessa direção, podemos entender a dimensão de uma formação inventiva que acontece na atividade de trabalho, quando os trabalhadores problematizam as normas e as prescrições e renormatizam em situação de trabalho, produzindo estilizações que podem se tornar recursos para os próprios trabalhadores.

Pela perspectiva da atividade, podemos entender ainda, como fontes de variabilidade que produzem uma dimensão sempre inantecipável do trabalho, face a pluralidade de normas e embates que esse campo é atravessado, assim como, por esse trabalho vivo que não cessa de produzir renormatizações. Com isso, para além da construção de normativas e fluxos que componham limites ao trabalho no CREAS e na Assistência Social, face as demandas do Sistema de Garantia de Direitos por exemplo, construções que não deixam de ser necessárias. Entendemos que são as experimentações cotidianas, capazes de fortalecer e expandir o trabalho coletivo, por um coletivo de trabalho, que operam a travessia entre uma Política de Estado e uma Política Pública, entre o poder

sobre a vida e a atividade que se coloca como potência para uma vida outra. Ou diríamos, uma Política outra, capaz de repensar e produzir diferentes relações com as pessoas atendidas, para que essas, possam compor com a rede e, não, dela depender.

Nesse sentido, entendemos que a produção de uma política pública, aberta ao coletivo das forças, não pode ser garantida por normativas, por “palavras de ordem sobre garantias de direitos”, como encontramos, então, as possibilidades de seu (des)envolvimento? Se entendemos que ela é produzida na atividade, no encontro entre trabalhadores, entre trabalhadores e usuários, pensamos que seria o cultivo do trabalho, isto é, do trabalho que pode se fazer, permanentemente outro por um processo incessante de problematização no coletivo, a promoção do trabalho enquanto ofício, portanto, que geraria a possibilidade da Política de Assistência Social se fazer efetivamente pública.

Afirmamos tais questões, reconhecendo, por uma lado um protagonismo do trabalhador que é convocado a realizar a gestão entre o prescrito para o trabalho e as imprevisibilidades, das mais diversas ordens, face as resistências do real. Com isso, pensamos a gestão como inerente a atividade e, demarcamos, nesse estudo, conforme afirmado por (Neves & Herckert, 2010), a gestão como algo indissociado das práticas de trabalhadores, usuários e “gestores” no âmbito do trabalho em políticas públicas. Tal afirmação, sinaliza a intenção de distanciar a ideia de gestão como função centralizada na figura do gestor e nos departamentos administrativos. Em outras palavras, trata-se pensar o trabalho a partir da gestão da atividade por entre o plano das formas (normativas/instituições) e o plano movente das forças nos encontros em situações de trabalho.

Por outro, mas de forma articulada, também entendemos a necessidade de um trabalho de Gestão, de Políticas de Gestão, na esfera da Assistência Social, que reconheçam e considerem a gestão da atividade, produzindo normas antecedentes (que aqui podemos entender desde recursos materiais, financeiros, produção de normativas a partir da atividade) que fomentem o seu desenvolvimento. Acompanhando o trabalho no CREAS, éramos também deslocados, convocadas por um real do trabalho atravessado pela execução de uma política de governo, produzindo, por uma via, restrições a construção de

uma política pública. Em outras palavras, nos questionávamos entendendo que o Trabalho de Gestão em Políticas públicas pode facilitar ou produzir impedimentos aos espaços coletivos. Com isso, compartilhamento das microgestões diárias que constituem o trabalho no CREAS, e o fomento dos espaços coletivos e de estratégias que coletivizem o debate da atividade, precisam se tornar recurso para o Trabalho de Gestão da Política. Ou seja, fazendo-se, ao mesmo tempo, fonte tanto de processos de Educação Permanente quanto de ações clínicas do trabalho na direção da atenção à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da Política de Assistência Social.

Dizemos com isso que, nosso percurso, nos conecta a pensar o fortalecimento da dimensão coletiva do trabalho, que na perspectiva da atividade, é denominada por Clot (2010) de gênero profissional do ofício, para que o coletivo forçosamente heterogêneo, possa ser recurso para estilizações, para produção de normas que ampliem o poder de agir dos trabalhadores e, assim, para um trabalho comum, no CREAS. As questões produzidas até aqui, nos permitem pensar que as estratégias que coletivizam o debate de normas que atravessam a atividade de trabalho no CREAS, pode ampliar o desenvolvimento da dimensão dos saberes genéricos produzidos em situação de trabalho, face as provações do real e as estilizações que desse processo resultam.

Tal percurso, nos faz entender a análise do trabalho como atividade, na Política de Assistência Social, como dispositivo potente para ativar/potencializar processos de trabalho que se voltem a construção de um plano comum/público, em meio as tramas da política estatal. Sobretudo, porque, pela perspectiva da atividade, trabalhar consiste sempre em colocar a prova as normativas que a atravessam, podendo delas desviar, problematizar.

Com isso, a criação de dispositivos para análise do trabalho como atividade, ampliariam, o que já acontece nos espaços laborais, podendo tornar-se um recurso pelos próprios trabalhadores para a gestão dos processos de trabalho. Tudo isso, nos leva a entender que emerge, assim, uma questão importante, inclusive demarcada pela perspectiva do trabalho como atividade, a convocação por estratégias metodológicas de formação, no âmbito do SUAS, nas quais os saberes produzidos na e pela atividade, possam ser

compartilhados, colocados a prova e se tornarem recursos para os trabalhadores face aos desafios do real do trabalho que, nessa esfera, sobremaneira, consiste em operar a gestão das variabilidades em meio a uma zona de tensão entre Políticas de Estado, Governo e Pública. Nesse lastro, poderíamos dizer que uma política pública só é passível de acontecer fazendo problema cotidianamente, ou seja, colocando a prova as instituições que a atravessam por experimentação, por sustentação de problemas.

Podemos pensar então que o trabalho, nessa esfera, desafia a uma Formação inventiva, que para além de produção de verdades sobre o trabalho na Assistência Social, materializado em normativas e Fluxos, crie condições para que a experiência de uma política pública aconteça. Isto é, tendo em vista que o trabalho tem uma dimensão sempre inantecipável, convocando o trabalhador a entrar em atividade, um processo de formação inventiva poderia criar condições para que o trabalhador pudesse compartilhar uma experiência no e pelo trabalho sustentando um campo de problematização já convocado pelo próprio trabalho como atividade.

Tais questões são por nos apontadas, entendendo essa dissertação não como o fim de um processo de mestrado, mas, sobretudo, como um meio capaz de nos lançar a novos caminhos inventivos. Toda pesquisa produz efeitos de transformação (Kastrup, 2012), contudo, nem todos eles, ou suas diferentes dimensões, podem se tornar visíveis, traduzíveis em uma dissertação. Não somos mais nós mesmos, fomos ajudados, aspirados, multiplicados (Deleuze e Guattari, 1995), provocados a nos descolar e, por vezes, romper com territórios já habitados. Com isso, o movimento produzido no e pelo processo de trabalhar-pesquisar, continua acontecendo, durando. Continuamos em atividade.

REFERÊNCIAS

- Alvarez, J. & Passos, E. (2009). Cartografar é habitar um território existencial. In: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Amador, F. S. & Barros, M. E. B. de. (2011). Cartas a Foucault: em que estamos em vias de nos tornar em meio ao trabalho no contemporâneo? *Mnemosine*, vol.7, n.2, p.17-31.
- Amador, F. S., & Fonseca, T. M. G. (2014). Atividade: O trabalho sob o signo do inacabamento. In D. S. Rosemberg, J. Ronchi Filho, & M. E. B. Barros (Orgs.), *Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises* (pp. 19-49). Vitória: Edufes.
- Barros, M. E.B & Kastrup, V. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Barros, M. E.B., & Pimentel, E. O.C. (2012) Políticas Públicas e a construção do comum: interrogando práticas psi. in: *Polis e Psique*. Vol.2, n.2.
- Barros, L. M. R. & Barros, M. E. B. (2014). O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal, Rev. Psicol.*, 25 (2), 373-390.
- Barros, M. E. B., Passos, E., & Eirado, A. (2014). Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. spe.), 150-160.
- Benevides, R. & Passos, E. (2005). A humanização como dimensão Pública das Políticas de Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 10 (3), 561-571, jul/set.

- Bendassolli, P., & Soboll, L. A. P. (Orgs.). (2011). *Clínicas do Trabalho – novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas.
- Brasil. (2004) Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2005) *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social*. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Brasil. (2006) *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social*. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2009) *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2011) Orientações Técnicas dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social. (CREAS). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brito, J., Muniz, H.P. Santorum, K, & Ramminger, T. (2011). O Trabalho nos serviços públicos de saúde: Entre a inflação e a ausência de normas. IN: Assunção, A. A. e Brito, J. (org). *Trabalhar na Saúde: experiências cotidianas e desafios para a gestão do trabalho e do emprego*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Clot, Y. (2011). Clínica do trabalho e clínica da atividade. In P. Bendassolli, & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do Trabalho – novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 71-83). São Paulo: Atlas.

- Clot, Y. (2010^a) A Psicologia do Trabalho na França e a Perspectiva da Clínica da Atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, v.22- n.1, p207-234. Jan/Abr.
- Clot, Y. (2013) O ofício como operador de saúde. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. V.16. n.especial. p.1-11.
- Coimbra, C. M., & Nascimento M.L. (2012) Implicar. In: Fonseca, T.M.G, Nascimento, M.L. & Maraschin,C. (org) *Pesquisar na diferença – um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.
- Coimbra, C. M., & Nascimento M.L. (2015) *Sobreimplicação: Práticas de esvaziamento político?*. Disponível em: http://www.slab.uff.br/imagens/Arquivos/textos_sti/.../texto22.pdf
- Couto, B., & Silva, M. (2009) A política de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social: a trajetória da constituição da política Pública. In: Mendes, J. et al(org). *O Sistema Único de Assistência Social entre a fundamentação e o desafio da implantação*. Porto Alegre: EdiPUC.
- Cruz, L., & Guareschi, N. (2009) A constituição da Assistência Social como política pública: interrogações à psicologia In: Cruz, L., & Guareschi,N. (Org.) *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Cruz, L., & Guareschi, N. (2012) As articulações entre a Psicologia Social e as políticas públicas na Assistência Social. In: Cruz, L., & Guareschi, N. *O psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Deleuze, G. , & Guattari, F. (1996) Segmentariedade e Micropolítica *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Durrive, L. & Schwartz, Y. (2008). Glossário da Ergologia. *Laboreal*, 4, (1), 23-28.

- Foucault, M.(1984) *A governamentalidade*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Gaal, 1979. pp 277-293.
- Foucault, M. (1992). O que é a crítica? (Crítica e Aufklärung). *Cadernos da FFC*, 9(1), 169-189.
- Foucault, M. (1995) O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H.L. & Rabinow. *Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. P. 231-249.
- Foucault, M. (2008) *O Nascimento da Biopolítica – Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Merhy, E. (2009) Enfrentar a lógica do Processo de Trabalho em Saúde: um ensaio sobre a micropolítica do trabalho vivo em ato, no cuidado. In: Carvalho, S. R., Ferigato, S. E Barros, M. E. *Conexões Saúde Coletiva e Política de Subjetividade*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2010) *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Kastrup, V. (2001) Aprendizagem, Arte e Invenção. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jun
- Krein, J. D. (2011). Neoliberalismo e Trabalho.In: Cattani, A. D, & Holzman, L. (Orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 2 ed. Porto Alegre: Zouk.
- Lemos e Rocha (2012). Pensar. In: Fonseca, T.M.G, Nascimento, M.L. & Maraschin,C. (org) *Pesquisar na diferença – um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.
- Lhuillier, D. (2006). *Cliniques du travail*. Érès: Paris.
- Lhuillier, D. (2013).Trabalho (F. S. Amador, Trad.). *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 483-492.

- Lopes, M. C. (2009) Políticas de inclusão e governamentalidade. In: *Revista Educação & Realidade*, V.1, n.1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, p .153 – 169.
- Mansano, S. (2009) *Sujeito, Subjetividade e modos de Subjetivação na contemporaneidade*. Revista de Psicologia da UNESP, 8 (2).
- Nascimento M. L. do. (2012) Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. spe.
- Neves, C. B. A. (2004). Modos de Interferir no Contemporâneo: um olhar micropolítico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 56, n. 1, p. 2-19.
- Neves, C. B. A., & Heckert, Ana Lúcia. (2010). Micropolítica do processo de Acolhimento em Saúde. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro. Ano 10, n.1, p. 151-168.
- Oliveira, P. A. B. (2011). Trabalho prescrito e trabalho real. In A. D. Cattani, & L. Holzmann (Orgs.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp. 461-464). Porto Alegre: Zouk.
- Oliveira, C.M.C. & Hecker, L.M.C (2013) Os Centros de Referência de Assistência Social e as Artes de Governar. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25 – n. 1, p. 145-160, Jan./Abr.
- Passos, E & Barros,R.B. (2001) Clínica e Biopolítica na Experiência do Contemporâneo. *Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa* (PUC/RJ), PUC-RJ, v.13, n.1, p.89-99.
- Passos, E & Barros,R.B . (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., & Kastrup, V. & Escócia, L. *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E.& Eirado, A. (2009) A carografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

- Pereira Junior, M. G.(2014) *A atuação da psicologia no SUAS: um enfoque no CREAS, em seus desafios e potencialidades*. 1ed. Curitiba, PR.
- Ribeiro, A. *O Psicólogo na Proteção Social Especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos nos CREAS*. Dissertação de Mestrado. Natal, 2010.
- Sade, C., Ferraz, G.C, & Rocha, J.M. (2013). O Ethos da Confiança na Pesquisa Cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. *Fractal*, V.24, n.2
- Schwartz, Y (2000) A Comunidade Científica Ampliada e o Regime de Produção de Saberes. *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte. N.7. jul/dez.
- Schwartz, Y. (2011b). Manifesto por um ergoengajamento. In P. Bendassolli, & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do Trabalho – novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 132-166). São Paulo: Atlas.
- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2007). Trabalho e Uso de Si. Em: Schwartz, Y. & Durrive, L. (Orgs). *Trabalho e Ergologia. Conversas sobre a atividade humana*. Niteroi: UFF.
- Silva, R. N. (2005). *A Invenção da Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Silva, R. N. & Zambenedetti, G. (2011) Cartografia e Genealogia – aproximações possíveis para a pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*. V.23 (p.454 -463)
- Silva & Barros (2013) Oficina de fotos: um método participativo de análise do trabalho. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1325-1334
- Tedesco, S. H. & Sade, C, & Caliman, L.V. (2013) A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal Ver. Psicol.* V.25 – n, p. 299-322.

Teixeira, D. V & Barros, M.E.B. de (2009) Clínica da Atividade e Cartografia: construindo metodologias de análise do trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 21 (1), p.81-90.

Teixeira, Solange. (2010) *Trabalho Social com Famílias: elementos para sua reconstrução em bases críticas*. in: Ser.Soc.Rev., Londrina, V. 13, N.1, P. 4-23, Jul/Dez.

Trein, A. L; Tittoni, J. & Prudente, J. (2013) O Trabalho como Potencializador da Vida nas Práticas da Assistência Social. *Revista Psico*. v.44 n.1 p. 55-63. jan/mar.

Tittoni, J. & Nardi, H. (2011). Subjetividade e Trabalho. In: Cattani, A. D. & Holzmann, Lorena (Orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 2 ed. Porto Alegre: Zouk.

Zanella, A.V. (2012). Escrever. In: Fonseca, T.M.G, Nascimento, M.L. & Maraschin,C. (org) *Pesquisar na diferença – um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.